



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FABÍOLA VASQUES VIEIRA

**ESPAÇOS DE PERTENCIMENTO E CIRCULAÇÃO: VIVÊNCIAS DE
EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NA CIDADE DE MANAUS**

MANAUS
ABRIL/2017

FABÍOLA VASQUES VIEIRA

**ESPAÇOS DE PERTENCIMENTO E CIRCULAÇÃO: VIVÊNCIAS DE
EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NA CIDADE DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, na Linha de Pesquisa Processos Psicossociais, da Universidade Federal do Amazonas, como cumprimento obrigatório para proteção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Regina Brandão Sampaio.

MANAUS
ABRIL/2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

V658e	<p>Vieira, Fabíola Vasques Espaços de pertencimento e circulação : : vivências de egressos do sistema socioeducativo na cidade de Manaus / Fabíola Vasques Vieira. 2017 137 f.: il. color; 31 cm.</p> <p>Orientadora: Cláudia Regina Brandão Sampaio Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) - Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>1. Egressos do sistema socioeducativo. 2. espacialidade. 3. mapas sociais. 4. adolescente autor de ato infracional. I. Sampaio, Cláudia Regina Brandão II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p>
-------	---

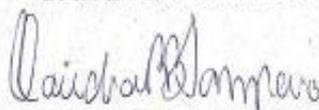
FABIOLA VASQUES VIEIRA

“ESPAÇOS DE PERTENCIMENTO E CIRCULAÇÃO A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DE EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NA CIDADE DE MANAUS.”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na **Linha de Processos Psicossociais.**

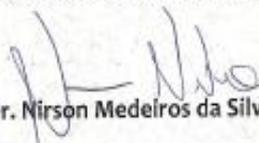
Aprovada em 17 de abril de 2017.

BANCA EXAMINADORA



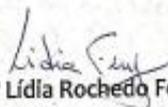
Prof.ª Dr.ª Cláudia Regina Brandão Sampaio

Universidade Federal do Amazonas



Prof. Dr. Nirson Medeiros da Silva Neto

Universidade Federal do Oeste do Pará



Prof.ª Dr.ª Lídia Rochado Ferraz

Universidade Federal do Amazonas

Dedico este trabalho a minha mãe, Eulália, que sempre fez o seu melhor para que eu e meus irmãos pudéssemos nos sentir protegidos e amparados; que me proporcionou uma infância e adolescência tendo como referência a presença constante do afeto materno. E a minha avó, Raimunda *in memoriam*, que sem usar as palavras me ensinou tanto sobre gentileza.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu a vida e o livre arbítrio. A minha família que sempre esteve ao meu lado apoiando e acreditando nas minhas escolhas, mesmo sem entender bem o porquê de eu me dedicar a pesquisar sobre jovens que “já foram presos”.

Aos meus amigos que são pedras preciosas na minha vida, com os quais aprendi mais sobre amor, fraternidade, paciência e partilha.

A minha orientadora que no início da graduação me apresentou uma Psicologia voltada para o compromisso social, marcando minha formação.

A todos os meus professores que fizeram parte desta caminhada e que geraram inquietações a respeito do fazer psicológico.

Aos jovens que participaram desta pesquisa partilhando e confiando suas trajetórias egressas a mim, enriquecendo ainda mais minha formação como psicóloga e cidadã.

A SEJUSC pela autorização para realização da pesquisa em nome da Secretária de Estado Maria das Graças S. Prola, permitindo a entrada em campo junto a equipe do PROEG.

A equipe do PROEG pela recepção cordial e por compartilhar sobre o importante trabalho realizado com os jovens egressos em Manaus procurando enfrentar as adversidades desse trabalho da melhor forma possível.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa de pós-graduação concedida a esta pesquisadora, fundamental para o desenvolvimento e dedicação exclusiva a esta pesquisa.

RESUMO

Egressos do sistema socioeducativo têm sido tema de pesquisas dentre as que abordam a questão do adolescente autor de ato infracional. Estudos apontam para as dificuldades encontradas por estes jovens quando da saída das instituições socioeducativas, dada a persistência dos quadros de vulnerabilidade que fazem parte configuração da vida de adolescentes e jovens mesmo após o cumprimento de medida. A despeito de aspectos que tendem a permanecer os mesmos na vida do jovem, tornar-se egresso implica em mudanças e deslocamentos: um dos deslocamentos é o próprio da terminologia. Ser egresso. Outro deslocamento refere-se à dimensão espacial: desloca-se de um espaço específico – a unidade socioeducativa – para outros, onde construirá sua trajetória pós-cumprimento da medida judicial. O deslocamento do egresso implica em mudanças e enfrentamento de desafios advindos desta nova condição, sendo relevante compreender aspectos relativos à sua trajetória a partir dos espaços e relações estabelecidas nesses contextos, para a elaboração de estratégias de intervenção que visem à sua proteção e inclusão como cidadão. A presente pesquisa tem como objetivo aprofundar o olhar sobre mapas sociais que revelem a trajetória de egressos do sistema socioeducativo, tendo como foco a relação entre espacialidade, vivências e sentidos, a fim de conhecer e compreender a realidade vivida por estes sujeitos. Como objetivos parciais, propôs-se construir mapas sociais da trajetória individual de cada participante da pesquisa, a partir do momento em que são caracterizados como egressos do socioeducativo; levantar as vinculações institucionais e interpessoais relacionadas à trajetória do egresso; verificar como os egressos identificam os elementos da sua trajetória em termos de recursos e adversidades nas demandas cotidianas e compreender a relação entre os espaços de circulação dos egressos e participação ativa destes em termos de autonomia e cidadania. A base teórica do estudo consiste em um diálogo interdisciplinar entre a Antropologia, Geografia e a Psicologia Social Crítica. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, utilizando a confecção de mapas sociais em uma adaptação da estratégia das cartografias sociais utilizadas pelas Ciências Sociais. Os participantes foram egressos de uma unidade de internação da cidade de Manaus - AM. O conteúdo dos mapas foi explorado por meio de uma entrevista individual, sendo utilizado o método de Análise de Conteúdo para tratamento dos dados. Como resultados, identificou-se que a relação espaço-tempo revelou-se enquanto categoria analítica-chave à compreensão das vivências dos jovens e sua relação com o espaço; de modo geral, os espaços de circulação dos jovens incluem instituições como escola, família e trabalho, ainda que cada jovem apresente estes aspectos de modo singular; a igreja figurou como espaço de pertencimento significativo na trajetória de um dos jovens; os recursos para enfrentamento das adversidades dependiam mais dos arranjos individuais de cada entrevistado do que a existência de suporte formal; a autonomia foi destacada como importante aspecto para que os jovens se sentissem capazes de administrar sua própria trajetória; as adversidades foram demarcadas pela baixa escolaridade, dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, residir em bairros considerados zonas de risco. Concluiu-se que em sua complexidade, os espaços podem caracterizar-se predominantemente por serem restritivos ou emancipatórios, podendo, ainda, um mesmo espaço apresentar a dualidade da vulnerabilidade e proteção ao jovem.

Palavras-Chave: Egressos do sistema socioeducativo; espacialidade; mapas sociais; adolescente autor de ato infracional.

ABSTRACT

Young offenders who have been through the socio-educational system have been the subject of research that examines the issue of adolescents committing an infraction. Studies show the difficulties the youths face when leaving socio-educational institutions, given the persistence of vulnerability frameworks that are part of the configuration of the lives of adolescents and youths even after they complete their time in the institutions. Despite some aspects remaining unchanged in the lives of the adolescents leaving the socio-educational institution implies changes and displacements: one of the displacements is the use of terminology. To be an ex-offender. Another displacement refers to the spatial dimension: a youth moves from a specific place – a socio-educational unit – to another place, where they will determine their own path after fulfilling the demands of the judicial decision. The ex-offender's movement from one space to another implies change and facing the challenges arising from this new condition. This is relevant to understanding aspects relative to their trajectory from these places and the relations established in these contexts, in order to elaborate strategies of intervention that aim at protection and inclusion as citizens. The present research has as its objective the scrutiny of the social maps that reveal the trajectories of the ex-offenders from the socio-educational system, focusing on the relationship between spatiality, experiences and senses, in order to know and understand the living reality of these subjects. As partial objectives, it was proposed to construct social maps of the individual trajectory of each participant in the research, starting from the point at which they are characterized as leaving the socio-educational system; investigating the institutional and interpersonal bonds related to the ex-offender's trajectory; verifying how the ex-offenders identify the elements of their trajectory, in terms of resources and adversities in the demands of everyday life; and understanding the relationship between the ex-offenders' places of circulation and their active participation in terms of autonomy and citizenship. The theoretical base of the study consists of an interdisciplinary dialogue between Anthropology, Geography and Social Critical Psychology. The methodology is of a qualitative nature, utilizing the preparation of social maps in an adaptation of Social Cartographies' strategies used in the Social Sciences. The participants were ex-offenders from a youth detention unit in Manaus, Amazonas. The content of the maps was explored by interviewing each individual, and the method of Content Analysis was used to examine the data. In the results it was identified that the space-time relationship proved to be a key analytical category for the understanding of young people's experiences and their relation to space. In general, the youths' places of circulation included institutions like school, family and work, even though they present these aspects in a singular way. The church figured as a significant place of belonging for one of the youths. The resources for facing difficulties depended more on individual circumstances of each of the interviewees than the existence of formal support. Autonomy was highlighted as an important aspect so that the youths felt in control of their own trajectory. The challenges were identified as having a low level of education, difficulty in finding formal employment, and living in neighbourhoods considered risk areas. In conclusion, it can be said that in its complexity the spaces can be predominantly characterized as restrictive or emancipating and enabling, yet, the same space could offer the duality of vulnerability and protection to the youths.

Keywords: adolescent ex-offenders; socio-educational systems; spatiality; social maps; adolescent authors of infractions acts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Unidades de internação que oferecem acompanhamento ao egresso e família	35
Figura 2 - Unidades de internação que oferecem acompanhamento ao egresso e família por região.....	36
Figura 3- Total de atendimentos por gênero em 2015.....	37
Figura 4 - Total de atendimentos por gênero em 2016.....	38

LISTA DE QUADROS

Quadro1 - Composição Sistema de Atendimento Socioeducativo no Amazonas	51
Quadro2 - Cartografia para as ciências sociais e humanas.....	58

LISTA DE SIGLAS

CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e drogas
CAPS i – Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CETAM – Centro de Tecnologia do Amazonas
CIAIAI – Centro Integrado de Atendimento Inicial ao Adolescente Infrator
CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
DEAAI – Delegacia Especializada na Apuração de Atos Infracionais
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
GEASE – Gerência Especializada de Atendimento Socioeducativo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML – Instituto Médico Legal
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS - Índice de Vulnerabilidade Social
LA – Liberdade Assistida
LABINS – Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário
PIA – Plano Individual de Atendimento
PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
Pnad Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PROEG – Programa de Apoio ao Egresso
PSC – Prestação de Serviço à Comunidade
SDH/PR – Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República
SEAS – Secretaria Estadual de Assistência Social
SEJUSC - Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC - Serviço Nacional do Comércio
SEPM – Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres
SETRAB- Secretaria de Estado de trabalho e Renda
SINASE – Sistema Nacional de Atendimentos Socioeducativos
SSP-AM – Secretaria de Estado de Segurança Pública
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. JOVENS EGRESSOS: PANORAMA SOBRE AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E O PROGRAMA DE APOIO AOS EGRESSOS	24
1.1. Adolescência e juventude: marcos conceituais	24
1.2 Adolescência e Ato infracional: marcos legais	26
1.2.1 Breve contextualização histórica do atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Brasil	26
1.2.2 As Medidas Socioeducativas.....	28
1.3 O SINASE e a condição de egresso do sistema socioeducativo	30
1.3.1 Quem é o egresso do Sistema Socioeducativo?	33
1.4 Programa de Acompanhamento de Egressos no país	34
1.4.1 Panorama Nacional	34
1.4.2 Programas de acompanhamento aos egressos na região Norte	36
1.5 Espacialidade e Juventude.....	43
1.5.1 Espaços como via de acesso à compreensão das trajetórias de vida	44
1.5.2 Espacialidade, vivências e identidade	47
2. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA	49
2.1 A pesquisa de campo.....	49
2.1.1 Local da Pesquisa	49
2.1.2 Participantes da Pesquisa	53
2.1.3 Instrumento de pesquisa - Elaboração de Mapas Sociais	56
2.1.3.1 Cartografia social como estratégia de referência.....	56
2.1.4 Procedimentos para construção dos dados	60
2.1.4.1 Trajetória das Entrevistas	60
2.1.5 Procedimento de análise dos dados	64
2.1.6 Comunicação dos Resultados.....	67
2.1.7 Análise dos mapas	67
2.2 Procedimentos Éticos	68
3 A TRAJETORIA EGRESSA: O CAMINHAR DOS JOVENS A PARTIR DE SEUS MAPAS SOCIAIS	69
3.1 Vivências pós-medida e espacialidade	69
3.2 Charlie	71

3.2.1 Descrição do Mapa de Charlie	71
3.2.2 Família e espaço de pertencimento	72
3.2.3 Escola como espaço de circulação/pertencimento e regulação normativa	76
3.2.4 Emprego como via de socialização	77
3.2.5 Novos espaços relacionais: amizades, namoro e diversão social	80
3.2.6 Novos espaços e novas configurações em torno da família	84
3.2.6.1 Paternidade: nova identidade, reorganização dos espaços, novo projeto de vida	86
3.3 Djemerson	89
3.3.1 Descrição do mapa de Djemerson	89
3.3.2 De volta ao bairro de origem: espaços e vivências restritos.....	90
3.3.3 Ressignificando a identidade a partir de novas vivências e inserção em novos espaços – Encontro com Deus	92
3.3.4 Identidade não infratora, nova espacialidade e Projeto de Vida.....	95
3.4 Espaços e vivências de Charlie e Djemerson: a diacronia expressando os movimentos pós-cumprimento de medida	103
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE.....	124
APÊNDICE A - ROTEIRO GUIA PARA CONSTRUÇÃO DO MAPA SOCIAL	125
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	126
ANEXOS	128
ANEXO A – Autorização da SEJUSC.....	129
ANEXO B – Parecer do Comitê de Ética	130
ANEXO C – Mapa social de Charlie	136
ANEXO D – Mapa social de Djemerson	137

INTRODUÇÃO

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) permitiu muitos avanços no setor do Sistema de Garantia de Direitos e nessas duas últimas décadas a literatura sinaliza um maior investimento em políticas públicas voltadas à juventude no Brasil (Bardagi, Arteché e Neiva-Silva, 2005; Lancelotti, 2002; Passetti, 2007). De modo geral, estas políticas visam alcançar os sujeitos em situação de maior vulnerabilidade social.

É notória uma atenção ascendente ao público infanto-juvenil, em especial devido a problemas relacionados a este segmento. É notória, também, a existência de dificuldades no manejo de uma real política inclusiva para estes. Se considerarmos um segmento ainda mais específico dentro do escopo infância e juventude, a saber, adolescentes que cometem ato infracional, tais problemas se tornam ainda mais complexos e evidentes. No presente trabalho, será abordado mais precisamente a questão dos egressos do sistema socioeducativo na cidade de Manaus.

No tocante à juventude em geral, ainda que o interesse em abordar a questão seja crescente, cumpre destacar que o fato de discuti-la associada à violência comporta contradições. Uma delas é a demarcação de dois pólos de discussão: ora os jovens são destacados enquanto vítimas, ora enquanto autores da violência. Ou seja, se de um lado há maior interesse na discussão de políticas e leis voltadas ao cuidado e proteção dos jovens, do outro, as histórias que envolvem adolescentes e jovens na autoria de atos infracionais são pauta principal para justificar a proposta de endurecimento das leis, como a redução da maioria penal em nosso país, uma vez que estes vêm sendo contínua e erroneamente responsabilizados pelo aumento da criminalidade e violência¹.

Mesmo após quase 27 anos da promulgação do ECA inaugurando a Doutrina da Proteção Integral, o debate a respeito de adolescentes e jovens em conflito com a lei ainda mantém proximidade com a lógica meramente punitiva, sendo a questão sempre

¹Câmara aprova em 1º turno redução da maioria penal em crimes hediondos – matéria em 02 de jul. 2015 - disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/491507-CAMARA-APROVA-EM-1-TURNO-REDUCAO-DA-MAIORIDADE-PENAL-EM-CRIMES-HEDIONDOS.html>> acesso em 09 de nov. 2015.

Após manobra, Câmara aprova proposta para reduzir maioria – matéria em 02 de jul. 2015 - disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/apos-rejeitar-pec-camara-aprova-novo-texto-que-reduz-maioridade.html>>. Acesso em 09 de Nov. 2015.

Câmara aprova em 2º turno redução da maioria penal para 16 anos – matéria em 19 de ago. 2015 - disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/camara-aprova-em-2-turno-reducao-da-maioridade-penal-para-16-anos.html>>. Acesso em 09 de nov. 2015.

equiparada à lei penal no que concerne à população adulta, desconsiderando o adolescente enquanto sujeito em condição peculiar do desenvolvimento. A rigor, em consonância ao ECA e ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a atenção ao adolescente autor de ato infracional deve compreender concepções e práticas que envolvam além da responsabilização, a proteção e a promoção de políticas de direitos e deveres, de modo a favorecer aos jovens a apropriação desses conceitos como ferramentas na construção de uma nova trajetória de vida desvinculada da infração (BRASIL, 2006; 2012).

De outro modo, observamos que apesar dos avanços na área, a violação de direitos e falta de investimento nesses sujeitos em desenvolvimento ainda é realidade comum no cenário nacional. Nesse sentido, deparamo-nos com notícias de internos em unidades socioeducativas os quais são vítimas de agressões gerais², homicídio³, agressão sexual⁴. Estes dados expressam a distância entre as práticas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei e seu reconhecimento enquanto sujeito de direito em condição peculiar do desenvolvimento, que precisa ser responsabilizado, mas também protegido e resguardado.

O ato infracional e todos os desdobramentos advindos deste - apuração, processo, execução de medida e arquivamento do processo -, devem ser tomados a partir da condição de sujeito em desenvolvimento e de direito. É a partir deste entendimento que buscamos problematizar a infração juvenil. Compreendemos o fenômeno da infração juvenil como um fenômeno recorrente em nossa sociedade que necessita ser discutido e repensado na busca de melhores alternativas para prevenção e transformação dessa realidade através da discussão de concepções conceituais de perspectivas críticas com um olhar para o contexto da socioeducação.

Segundo Penso et al. (2012) não é possível falar de adolescente em conflito com a lei sem tratar a questão num contexto político e social, o que nos remete ao tema da violação dos direitos fundamentais, da violência, bem como a noção de exclusão social. Adorno (2000) observa que a despeito das conquistas democráticas, a sociedade

²Secretaria investiga agressões em Unidade de Internação em Maceió – disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/02/secretaria-investiga-agressoes-em-unidade-de-internacao-em-maceio.html>>. Acesso em 29 de fev. 2016.

³Interno morto em centro socioeducativo de Manaus foi vítima de tiro de arma de fogo - disponível em: <http://acritica.uol.com.br/manaus/Interno-centro-socio-educativo-Manaus-vitima-Manaus-Amazonas-Amazonia_0_713328674.html>. Acesso em 29 de fev. 2016.

⁴Jovem sofre agressão sexual em unidade do Degase em brigas internas - disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/jovem-sofre-agressao-sexual-em-unidade-do-degase-em-brigas-de-internas-18453525>>. Acesso em 29 de fev. 2016.

brasileira vem explodindo em múltiplas formas de violência, muitas das quais consubstanciadas em graves violações dos direitos humanos, comprometendo a vida de segmentos muito significativos dessa sociedade.

O fato já destacado de que a violência figura na vida dos jovens tanto pela via da vitimização quanto a perpetração, remete à compreensão de que os modos de vida que configuram o cotidiano deste segmento da população os tornam mais suscetíveis aos agravos relacionados à violência. Essa compreensão é crucial para a elaboração de estratégias de intervenção que visem à sua proteção e inclusão como cidadão. Para muitos jovens, o ingresso no mundo do crime pode constituir não apenas o caminho mais fácil e mais rápido para a ascensão social, principalmente para aqueles socialmente excluídos da sociedade de consumo (SUDBRACK e CONCEIÇÃO apud PENSO et. al., 2012). A vinculação com o crime pode ser o único caminho apresentado e vivenciado como possível na produção de respostas de demanda subjetiva, tais como pertencimento, sentimento de existência, projeto de vida, etc., quanto objetiva, no tocante ao acesso às várias necessidades essenciais – materiais ou simbólicas – do cotidiano.

A visão reducionista sobre a questão ainda persiste em nossa sociedade como legado de nossa herança histórica, cultural e política. Os atos infracionais seriam praticados por “desajustados sociais” que precisam ser isolados do convívio social para que possam se recuperar (PENSO et.al., 2012). Todavia, a compreensão da relação violência e juventude a partir de vieses reducionistas não tem contribuído para a transformação efetiva da questão. Tal visão ora aumenta o estigma do “delinqüente” que acirra a lógica punitiva, ora fomenta o rótulo de “pobres coitados” que remonta às práticas assistencialistas. Assim, cada vez mais se consolida a opinião de que o crime está crescendo e que parte da responsabilidade desses crimes se deve ao envolvimento dos jovens com o mundo do crime (ADORNO, 2000; PENSO et.al., 2012).

Tendo como apoio as abordagens críticas da Psicologia de inspiração histórico-cultural, nos recusamos as visões que naturalizam a relação violência e juventude junto à pobreza e, com isso, anunciam de antemão o fracasso, relegando o futuro dos jovens que tem histórico infracional em sua trajetória a uma imutável condição. Adentrar nas relações que produzem e mantêm as condições que historicamente limitam a experiência da adolescência e juventude atrelada ao crime é um modo de operar a desnaturalização e identificar vias de desconstrução desta condição histórico-social. A despeito das dificuldades atualmente encontradas na efetivação de medidas

verdadeiramente socioeducativas, pontuamos a existência de práticas que, mesmo esbarrando nos limites estruturais das condições de desigualdade social, promovem a desconstrução das relações que mantêm parte das condições aprisionantes aos jovens com histórico infracional. Propostas que cumprem efetivamente função de suporte ao sujeito de direito, são desenvolvidas no país. Carecemos, entretanto, de políticas específicas que atuem em transformações mais profundas, de modo a favorecer a promoção plena da condição de sujeito, atrelada à possibilidade real da elaboração de um projeto de vida desvinculado da prática infracional.

O contexto socioeducativo necessita ser mais amplo que a situação específica de cumprimento da medida. O cumprimento da medida socioeducativa deve consistir, entre outras coisas, em um momento voltado para o adolescente restituir/construir vínculo positivo com a sociedade e elaborar seu projeto de vida (COSTA & ASSIS, 2006). Assim, estará mais fortalecido diante dos desafios de construir uma nova trajetória de vida desvinculada das práticas infracionais, quando na condição de egresso do sistema, mesmo diante das dificuldades que por certo sobrevirão.

Segundo Costa (2006) a vulnerabilidade dos jovens está relacionada aos modos de vida a partir dos quais estes encontram as possibilidades de ser, na sociedade contemporânea. Como base ao presente trabalho, realizamos uma pesquisa em seis bases de dados visando entender os modos de vida e condições que vulnerabilizam adolescentes e jovens. Foi encontrado um total de oitenta e um artigos em língua portuguesa, entre os anos de 2010 e 2015, tendo como descritores em português: adolescência, adolescente, vulnerabilidade. Fizemos uma triagem a partir dos resumos, chegando ao final da triagem com vinte e sete artigos lidos, a partir dos quais identificamos dez tipos de vulnerabilidades comuns a adolescência: DST's, gravidez não planejada, abuso de substâncias, violência sexual, situação de rua, trabalho infantil, abandono escolar, falta de garantias de direitos, morte e ato infracional. Todas as vulnerabilidades levantadas podem ser categorizadas pelo termo *vulnerabilidade social*. Vulnerabilidade social pode ser entendida como a resultante entre processos de risco e proteção vinculados às questões sociais. Configuram as situações onde há exposição do adolescente a fatores que aumentam as situações de riscos e sobre o sujeito. Tais fatores podem existir nos mais diversos domínios da vida do jovem, destacando-se como riscos para o envolvimento infracional, por exemplo, a evasão escolar, violência, usos de drogas por familiares, baixo acesso a bens e serviços, dentre outros.

Dell' Aglio e Costa (2011) sintetizam o conceito de vulnerabilidade apresentado por Abramovay et al. (2002) como sendo: “resultado negativo da relação entre a disponibilidade de recursos materiais e simbólicos e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturas” (DELL'AGLIO e COSTA, 2011, p.239). Para Paiva (apud MARINHO, 2013) a vulnerabilidade deve ser entendida em três dimensões:

1. Dimensão individual, relativa às predisposições biopsíquicas e comportamentos de um sujeito;
2. Dimensão grupal, na qual se incluem os fatores comunitários e familiares;
3. Dimensão programática, relativa às políticas e programas públicos ou privados responsáveis pela promoção do bem estar.

Para essas dimensões, Costa e Assis (2006) já haviam proposto as terminologias: dimensão individual, afetivo-relacional e sócio-estrutural. Para todas as autoras, as três dimensões não são estanques, mas encontram-se inter-relacionadas de tal forma que a proteção promovida em uma das dimensões altera o modo como se percebe ou são vivenciados riscos em outras dimensões. Tal inter-relação foi também verificada por Costa (2007) e Marinho (2013), em estudo com jovens egressos de unidades de internação. As autoras citadas, entretanto, reconhecem maior dificuldade na transformação das condições de vulnerabilidade atreladas à dimensão sócio-estrutural ou programática.

A vulnerabilidade que perpassa a vida de adolescentes que se envolveram com a prática infracional, bem como a questão da violência social foram temáticas debatidas intensamente no ano de 2015, em especial no calor da votação da proposta de lei para redução da maioria penal, a qual teve sua aprovação nos dois primeiros turnos na câmara dos deputados em Brasília de forma polêmica em 2015. No entanto, vieses que claramente reforçavam o interesse na aprovação da proposta desconsideravam importantes pontos de análises, a exemplo da retomada do que anunciou Adorno (2000), ao confrontar dados da década de 80 com os da década de 90. O autor já havia verificado que no país inteiro, “em particular nas cidades de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, o número de casos da chamada mortalidade por causas violentas, principalmente por homicídios voluntários, crescia absurdamente” e atingiria sobremaneira o segmento jovem (ADORNO, 2000, p. 104).

Outra análise imprescindível como contraponto à proposta de redução da maioria penal advém da análise feita por Waiselfisz (2012), ao apresentar dados que

permitem identificar que na última década “as taxas de homicídios de crianças e adolescentes cresceram ainda mais, passando de 8.132 (11,9) em 2000 para 8.686 (13,8) assassinatos para cada 100 mil crianças e adolescentes do país em 2010” (WAISELFISZ, 2012, p. 47). No caso específico do estado do Amazonas, o referido autor aponta o crescimento de 58,6% entre o ano de 2000 (116 crianças e adolescentes) e em 2010 (184 crianças e adolescentes). Na capital, Manaus, o número de 102 homicídios de crianças e adolescentes no ano de 2000 sobe para 145 homicídios em 2010, uma elevação percentual de 42,2 (WAISELFISZ, 2012).

Essas referências permitem observar o outro lado da moeda da juventude, o alto índice de homicídios a que essa população é subjugada. Uma versão diferente da exibida pela mídia, jovens como grandes causadores da violência na sociedade, mas a de um grande número de jovens vítimas de uma sociedade violenta. Apontar a ineficácia do sistema cujas ações se concentram quase que unicamente durante o período em que o jovem encontra-se em cumprimento da medida, seria incorrer também no equívoco de atribuir somente a este momento a realização de ações em um processo que deveria se estender através de recursos diversos, de modo a favorecer a efetiva realização de um projeto de vida desvinculado da prática infracional e outros agravos, após a saída do Sistema Socioeducativo.

O cenário cotidiano do jovem egresso pode não apresentar mudanças expressivas mesmo após passar meses ou anos em cumprimento de uma medida socioeducativa. Ao sair, encontra as mesmas adversidades da vida, acrescido do estigma por ter cumprido medida que equivale à “pena”, no senso comum (VIEIRA, 2011). A respeito disso, pesquisas apontam que grande parcela dos adolescentes desligados dos programas de medidas socioeducativas encontra-se em situação de vulnerabilidade social, dentre as mesmas identificadas no levantamento bibliográfico na literatura nacional: graves conflitos familiares; desqualificação para o trabalho; precariedade habitacional; dependência de substância psicoativa (álcool ou drogas); envolvimento no tráfico de drogas; inexistência de referência familiar; vinculação com a rua e grupos que expõem estes adolescentes a vulnerabilidade; risco ou ameaça de morte (CHIMIN JUNIOR et al., 2008; DOMINGUES e DESSEN, 2013; FRANCISCHINI e CAMPOS, 2005; PRADO, 2014).

A elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), de responsabilidade da equipe técnica institucional nas unidades socioeducativas, deve tomar por base a escuta do adolescente e do seu grupo familiar, bem como os relatórios e pareceres das equipes

técnicas de todos os órgãos públicos, programas e entidades que lhes prestam atendimento e orientação. Contudo, Nery (2006), em sua pesquisa, apresenta que os egressos entrevistados em nenhum momento mencionaram ter conhecimento do PIA, mesmo quando a pesquisadora fez sondagem nesse sentido. De igual modo a família, participante importante na construção do referido Plano, está ausente nos relatos dos jovens egressos quando investigado acerca da existência de um trabalho efetivo feito com as famílias enquanto eram internos de uma instituição (NERY, 2006). A falta das ações que não envolvem efetivamente a família no processo socioeducativo, expressa o desconhecimento de que a estas são atribuídos sentido tanto de risco como de proteção, segundo os próprios egressos, segundo pesquisa realizada por Baquero, Lemes, e Santos (2011).

Para além da família, a literatura sinaliza, e concordamos, a urgência em estruturar uma rede social de enfrentamento às situações de adversidades enfrentadas pelos jovens egressos do sistema socioeducativo, tais como: exclusão do sistema educacional, saúde comprometida pelos agravos do abuso de álcool e drogas, desqualificação para o trabalho, condições precárias de moradia, ambiente familiar marcado pela violência, desemprego e miséria, proximidade da criminalidade, dentre outros aspectos. Se grandes são os desafios às ações na área de cumprimento de medidas socioeducativas no que diz respeito a um processo transformador que atenda a dimensão da responsabilização eficaz e proporcional a infração infligida, e o exercício da garantia de direitos dos adolescentes, estes não cessam com o arquivamento do processo.

No sentido de ampliar conhecimento acerca do que ocorre pós-cumprimento de medidas, pesquisas têm investigado sujeitos egressos do sistema socioeducativo por compreender que o adolescente possui demandas que não encerram com sua saída do sistema. Apesar da rigidez de vários condicionantes histórico-sociais que atuam na vida dos jovens como facilitadores à vinculação e/ou permanência na prática infracional, a condição de egresso traz em si uma mobilidade terminológica e uma mobilidade espacial. O nome “egresso” passa a integrar sua história e identidade social. E juntamente com o termo que o denomina a partir de então, este momento de sua trajetória implica uma passagem de um lugar para outro. Identidade e espaços constituindo desafios advindos desta nova condição. A este respeito, estudos como o de Souza (2013) apontam que os jovens retornam a sua comunidade com o estigma de infrator, ex-interno, pares associados à prática infracional. A pesquisa realizada por

Marinho (2013) destaca também as dificuldades de inclusão no sistema educacional, de trabalho, etc., além de se sentirem impedidos, por questão de segurança, em retornar ao mesmo convívio comunitário, optando pela mudança de bairro, que por sua vez traz novos desafios relacionados ao espaço.

A trajetória de egresso apresenta particularidades que podem aproximar-nos e fazer conhecer, como pesquisadores, a realidade desses jovens, bem como subsidiar propostas de ações interventivas compatíveis com as demandas dos sujeitos envolvidos considerando seus modos de vida. Modos de vida, vinculações pessoais e institucionais, pertencimentos e acessos constituem a dinâmica cotidiana de qualquer trajetória individual e, na condição de egresso do sistema socioeducativo, face à fragilidade que o jovem se encontra, torna-se fundamental compreender as relações que se dão na dimensão da espacialidade onde a vida efetivamente se constitui.

Trajelórias implicam em deslocamento espacial, onde relações se dão e sentidos são produzidos e negociados, onde a vida se expressa em uma dimensão concreta e ao mesmo tempo subjetiva. Para compreensão desta nossa concepção de trajetória nos apoiamos em uma Psicologia Social crítica de inspiração histórico-cultural. Sawaia (2014) aponta que a psicologia histórico-cultural orientada pelo método dialético, compreende os processos de transformação interna perpassando e fazendo conexões com o social, havendo, assim, a possibilidade de “trabalhar questões sociais no âmbito da intersubjetividade, da singularidade e da afetividade, sem cair no psicologismo, no idealismo ou mesmo no determinismo mecanicista” (SAWAIA, 2014, p. 13).

Sob essa lente teórica é que nos propomos a investigar a trajetória dos egressos do sistema socioeducativo, como conseguem fazer enfrentamento com seus recursos cotidianos através dos vínculos, dos sentidos, articulados com o espaço e com o modo de vida possível nesse tempo, nessa cultura. O espaço, cerne dos estudos da geografia, é compreendido, na perspectiva da interpretação crítica de estudiosos como Milton Santos (2014), como uma categoria social indissociável das relações homem, economia, política e cultura. É no espaço e na relação com o tempo que se delineiam trajetórias, as quais incluem circulação, apropriações, construção de sentidos, transformações. Assim, para a compreensão da espacialidade onde as trajetórias de egressos se constituíram, o espaço é a totalidade de um tempo, passado e presente, e o conjunto de relações que ocorrem nesse espaço-temporal.

Nesta pesquisa buscamos, inicialmente, compreender os caminhos percorridos pelos jovens após a experiência de cumprimento de medida socioeducativa, ou seja, na

condição de egresso do sistema. Para isso, adentramos no mundo desses sujeitos, ouvindo o que têm a dizer sobre suas experiências, de modo a permitir apreender como pensam, agem e os sentidos atribuídos a partir de seu contexto histórico-social.

Considerando que neste estudo buscamos conhecer e compreender a trajetória de adolescentes e/ou jovens egressos, optamos por uma abordagem qualitativa buscando inserir um rigor que não seja da precisão dos números aos fenômenos que apresentam características subjetivas. A diversidade de experiências subjetivas nas pesquisas qualitativas permite um conhecimento ampliado que, ao invés da regularidade e universalidade, permitem considerar a multiplicidade que caracteriza os fenômenos sociais.

Para desenvolvimento desta pesquisa optamos pela escolha de sujeitos que cumpriram medida restritiva de liberdade, aspecto a ser detalhado no capítulo destinado ao percurso metodológico. Propusemos como modos de produzir inteligibilidade sobre as próprias trajetórias a construção de mapas sociais. A construção de mapas sociais tem contribuído ao campo das ciências sociais na identificação e fortalecimento de populações tidas como minorias, e na confecção desse instrumento expõem seu modo de perceber o território, bem como se percebem dentro desse espaço (LIMA e COSTA, 2012; NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL: ADOLESCENTES E JOVENS INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO, 2009; TORRES, GANOA e CORREDOR, 2012).

A cartografia, enquanto estratégia utilizada pelas ciências sociais, pode e frequentemente utiliza recursos que valorizam a questão territorial, inclusive com recursos tais como uso de GPS. A proposta de adaptação do mapa social utilizado nesta pesquisa tem inspiração na cartografia social, a qual utiliza enquanto estratégia utilizada para firmar direitos territoriais e simbólicos de identidades coletivas. Para este fim, a cartografia social permite às populações locais construir mapas a partir de suas referências cotidianas.

Diferente do mapa tradicional, que traz informações técnicas, o mapa social valoriza o cotidiano mapeando além de localidades, mobilizações sociais, descrevendo-as e georreferenciando-as (ASCERALD apud GORAYEB, 2014). No estado do Amazonas, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem trabalhos com crianças e adolescentes em comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, indígenas). Esses trabalhos mostram a espacialização das áreas mapeadas pelos participantes nas oficinas, com as respectivas territorialidades e movimentos sociais específicos. Fora do estado também existem diversos trabalhos com jovens utilizando

mapas sociais para relacionar espacialidade com estilo de vida e modos de resolução das atividades cotidianas (ADVÍCULA, 2006; CASSAB, 2014; GOMES, SILVA e GARABELI, 2013; OTTONI, 2008).

No entanto, a inspiração que a cartografia nos evoca consiste em poder enfatizar não o desenho ou mapa em si, enquanto representação fiel do espaço, mas a possibilidade de, a partir dos mapas, dar ênfase aos significados que passam pela subjetividade do sujeito e são constituídos num contexto relacional e cotidiano do espaço vivido é que nos interessa no presente estudo, pensando na compreensão na trajetória do egresso. Sobre adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo não encontramos qualquer pesquisa que tenha a trajetória destes como objeto de estudo a partir da construção de mapas sociais. Por acreditarmos que compreender essa trajetória exige o reconhecimento da cotidianidade constituída por adversidades, alianças, recursos e processos que conectam esses contextos.

Nossa adaptação o uso da cartografia social em nossa proposta de pesquisa em psicologia também difere das cartografias do inconsciente ou do desejo, utilizada em trabalhos de base esquizoanalítica, a exemplo de Guattari e Rolnik (1986). Diferenciamos, pois, os mapas sociais que pretendemos considerar nas trajetórias dos egressos da perspectiva de mapeamento do território por identidades coletivas, para as quais pode ser de fundamental importância o georreferenciamento nas disputas políticas e legais que envolvem o uso e reconhecimento do território, como também nos diferenciamos das cartografias do desejo tendo em vista que não tivemos por objetivo fazer uma cartografia analítica do desejo (Ibid, 1986).

Desse modo, buscamos compreender a trajetória dos egressos através da confecção de mapas sociais que traduzam o espaço de vivências deles, a construção de suas relações cotidianas, envolvendo lazer, trabalho e conflitos sociais, possibilidades e dificuldades que tecem suas experiências de vida em uma relação temporal que considere esta circulação desde seu desligamento do sistema socioeducativo.

Algumas perguntas funcionaram como norteadoras no processo de amadurecimento da proposta da pesquisa, a saber: considerando a condição de ser adolescente/jovem e ser egresso de um sistema socioeducativo devido ao cometimento de ato infracional, quais as experiências, as relações, os sentidos atribuídos a essa experiência, as quais se constroem dentro de um espaço, também dotado de sentidos, na trajetória dos egressos do sistema socioeducativo de Manaus? De que modo esta circulação permite compreender quais e como são os vínculos pessoais e institucionais

destes jovens após o cumprimento da medida? E como esses elementos se relacionam com os modos através dos quais estes jovens lidam com situações do cotidiano?

A fim de produzir respostas possíveis a tais questionamentos, gerando, quiçá, novos questionamentos, fez-se necessário conhecer quais os espaços que circulam, e de que modo constroem suas vivências e seus modos de enfrentamento. Propusemos, então, como objetivo central da pesquisa **compreendera trajetória de egressos do sistema socioeducativo a partir de seus mapas sociais, tendo como foco a relação entre espacialidade, vivências e sentidos, a fim de conhecer a realidade vivida por estes sujeitos.**

Como objetivos parciais delineamos:

- Construir mapas sociais da trajetória individual de cada participante da pesquisa, a partir do momento em que são caracterizados como egressos do sistema socioeducativo;
- Levantar quais são as vinculações institucionais e interpessoais (comunitárias, familiares, etc.) relacionada à trajetória do egresso;
- Verificar junto aos participantes como eles identificam os elementos da sua trajetória em termos de recursos e adversidades, e como lidam com as suas demandas cotidianas;
- Compreender a relação entre os espaços de circulação dos egressos e participação ativa destes em termos de autonomia e cidadania.

Acreditamos que mapear trajetórias diretamente junto aos egressos do sistema socioeducativo no Amazonas possibilitará a construção de conhecimentos que auxiliem a proposição de estratégias de intervenção, prevenção, promoção e cuidados a serem construídas para e com os jovens.

A respeito de minha implicação como pesquisadora no contexto da socioeducação, esta surgiu ainda na graduação estudando sobre o sistema de proteção e direitos humanos a crianças e adolescentes. O primeiro contato foi com a leitura do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e então engajamento como aluna extensionista em um projeto que promovia oficinas sobre o referido Estatuto no ano de 2008.

Interessante sinalizar que esta pesquisadora nunca havia até aquele momento lido o ECA ou recorda ter participado quando criança ou adolescente de alguma atividade que promovesse uma discussão acerca dessa ferramenta tão importante sobre

os direitos e deveres das crianças e adolescentes. Diante disso, houve certa surpresa e descontentamento em notar a falta de divulgação deste instrumento de garantia de direitos tanto ao público infanto-juvenil quanto aos seus responsáveis e sociedade em geral.

No ano de 2009 houve uma aproximação com a temática do adolescente em conflito com a lei através de participação voluntária em uma pesquisa realizada em algumas unidades de cumprimento de medida socioeducativa em Manaus. Pouco tempo depois realizou-se um estágio pelo período de doze meses em uma instituição socioeducativa de internação, momento no qual esteve-se cotidianamente acompanhando uma parte do complexo universo do adolescente em conflito com a lei.

Ainda no período do estágio na unidade de internação inquietações foram surgindo à medida que observava a rotina da instituição e conhecia as histórias de vida dos adolescentes e suas famílias. Assim surgiu o interesse em pesquisar mais sobre a temática, participando em outro momento do projeto de extensão En-Canta a Vida (projeto de canto coral dentro de uma unidade de internação masculina), e concluindo a graduação pesquisando como trabalho final os sentidos atribuídos por jovens egressos ao cumprimento de medida e saída de uma unidade de internação, culminando com o questionamento atual acerca da trajetória percorrida por jovens egressos do sistema socioeducativo.

Este projeto de pesquisa vincula-se ao laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário (LABINS) que está associado à linha de pesquisa em Processos Psicossociais do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Nessa linha de pesquisa investigam-se processos psicossociais em diferentes perspectivas teóricas no campo da Psicologia, principalmente em questões relacionadas à violência, representação social, afetividade, sofrimento, risco e proteção social, inclusão e exclusão social, práticas sociais, na interface com contextos sócio-culturais.

Levantadas tais questões, pontuamos que a academia precisa estar aberta ao cotidiano dos sujeitos em suas diferentes expressões, uma vez que um dos papéis da pesquisa em Psicologia é o compromisso social com a sociedade no subsídio de práticas éticas que contribuam para a atenção à subjetividade dos sujeitos e para a transformação social rumo a um convívio mais harmonioso e eficiente que assegure a garantia de direitos e condições dignas de vida e participação. Ao profissional de Psicologia pesquisar nesse quadro possibilitará repensar a área de formação, capacitando-o numa

dimensão política, ética e técnica sobre o fazer em Psicologia, uma vez que exige deslocamento de lugares no campo epistêmico e desafios metodológicos através do uso de ferramentas não familiares à Psicologia.

Esta dissertação está organizada em seis partes, mais apêndices e anexos, de modo a apresentar os componentes e momentos em tornos dos quais realizamos a pesquisa. A introdução, que ora se encerra, tem por finalidade situar o problema e estabelecer os objetivos do estudo; a revisão de literatura envolve a apresentação do marco legal e do marco teórico que envolve a questão da adolescência e conflitualidade com a lei, a situação dos egressos, e questões que envolvem espacialidade e juventude. A trajetória metodológica aborda o desenho de pesquisa proposto, participantes, instrumentos, procedimentos operacionais e éticos; o capítulo de resultados contém a apresentação dos dados obtidos e analisados, seguido das considerações finais, referências, anexos e apêndices.

1. JOVENS EGRESSOS: PANORAMA SOBRE AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E O PROGRAMA DE APOIO AOS EGRESSOS

1.1. Adolescência e juventude: marcos conceituais

A despeito deste trabalho referir-se a jovens, é sobre o adolescente enquanto categoria teórico-legal e analítica que nos debruçamos, uma vez que a problemática da condição de ser egresso das unidades socioeducativas deriva da condição de ter sido adolescente e ter cometido ato infracional. Na presente proposta, buscamos um distanciamento das concepções hegemônicas da psicologia sobre a adolescência, definida como período natural e universal do desenvolvimento humano, desconsiderando o processo histórico e social que constitui este período. Portanto, mesmo que o foco do presente trabalho sejam jovens e não adolescentes, faz-se necessário discorrer sobre a condição de adolescente. A exemplo desta situação, Marinho (2013), em sua dissertação de mestrado intitulada “ Jovens Egressos do Sistema Socioeducativo: Desafios à Ressocialização”, realiza pertinente reflexão sobre a concepção de adolescente e as implicações desta nas ações desenvolvidas pelo sistema socioeducativo do qual os jovens participantes de sua pesquisa se tornaram egressos.

Pelo viés da naturalização e universalização da adolescência, esta etapa é caracterizada como uma fase difícil pela condição natural do adolescente em si, desconsiderando-se as condições concretas que tornam mais ou menos favorável vivenciar este período, no meio social em que se constitui (COIMBRA, BOCCO, NASCIMENTO, 2005). A perspectiva histórico-cultural da adolescência não é, contudo, uma contribuição das décadas mais recentes. Em 1951, Margaret Mead, a partir de sua experiência em Samoa, já havia apontado a adolescência enquanto um “fenômeno cultural” produzido por práticas sociais em determinados momentos históricos, podendo se manifestar de modos diferentes ou nem existir em determinados locais (MEAD, 1951). No Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, os movimentos chamados críticos da Psicologia ganham força e contribuem na intenção de superar *a perspectiva da ciência positivista* para compreensão do sujeito em seu contexto social, histórico, cultural, político. Nesse sentido a adolescência é compreendida como uma

construção social que tem suas repercussões na subjetividade e desenvolvimento do sujeito (OZELLA, 2003).

O ser humano traz uma dimensão que não pode ser excluída, que é a sua condição social e histórica, em detrimento de uma visão distorcida do seu comportamento. Para Vigotsky (apud FACCI, BARROCO, LEONARDO, 2009, p. 110), “cada pessoa é em maior ou menor grau o modelo da sociedade, ou melhor, da classe a que pertence, já que nela se reflete a totalidade das relações sociais”. Assim sendo, a compreensão do cometimento de ato infracional e, conseqüentemente, dos egressos, adolescentes ou jovens, do sistema socioeducativo, está inexoravelmente conectada com o social, sendo necessário compreendermos o sujeito que cumpriu uma medida socioeducativa dentro do contexto histórico e social no qual está inserido.

Em relação à juventude, esta é uma categoria pouco utilizada na produção que envolve medidas socioeducativas, embora seja de grande pertinência abordá-la, tanto pelo fato de que, excepcionalmente, maiores de dezoito anos podem estar sob cumprimento de medida, tanto quanto pela condição de egresso do sistema abarcar esta categoria, sendo, pois, imperativo refletir sobre tal categoria.

A intenção, todavia, não é se referir estritamente a uma faixa etária específica e muito menos se prender a uma categoria sequencial que comporta comportamentos fixos e esperados em relação a um determinado segmento. Nesta pesquisa não pretendemos apontar cada uma das formas de se conceituar juventude, mas enfatizamos que esta é uma categoria, tal qual a adolescência, socialmente construída.

[...] frente à diversidade de modos de ser jovem e de fronteiras cada vez mais difusas entre os ciclos da vida, os estudiosos concluem que a abordagem ao tema deve considerar as juventudes, em seu caráter plural, como categoria socialmente construída, em que representações e sentidos circulam e são intercambiados entre diversos atores (Abramo, 1997; Dayrell, 2003; Sposito e Carrano, 2003 apud FERREIRA e MEDEIROS, 2014, p. 162).

Para as referidas autoras a multiplicidade de vivências da condição juvenil contribui para a dificuldade, ou melhor, a complexidade envolvendo a definição de juventude uma vez que se trata de um grupo heterogêneo “que resiste à delimitação por critérios rígidos” (FERREIRA e MEDEIROS, 2014, p. 163). Assim como Peralva (1997) e Dayrell (2003) entendemos a juventude como uma condição social e um tipo de representação. Não negamos que constitui um momento determinado ou uma determinada “fase”, como alguns preferiam chamar, já que categorizamos o sentido de humanidade em início, meio e fim; entretanto, trabalhamos numa perspectiva de

juventude que não pode ser reduzida a uma passagem e está implicada na diversidade. Nessa direção, para Dayrell (2003) essa diversidade vai se caracterizar com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, crenças, valores) e de gênero, bem como as regiões geográficas, dentre outros aspectos.

No tocante aos estudos envolvendo o sistema socioeducativo, cabe destacar o pensamento apresentado por Coimbra, Bocco e Nascimento (2005, p. 7), ao repensarem seu trabalho na área da socioeducação, considerando ser a juventude “a melhor forma de trazer uma **intensidade juvenil** em vez de uma identidade adolescente quando pensamos no público com o qual trabalhamos, ou seja, crianças e jovens caracterizados como perigosos em potencial”.

Assim, as mesmas autoras acreditam com isso enfatizar as forças que atravessam e constituem os sujeitos em vez das formas com que se tenta defini-los, em especial pela força potencial de valorização que o conceito de juventude possui, favorecendo enxergar os sujeitos como cidadãos capazes de exercer atividades autônomas e criativas (COIMBRA, BOCCO, NASCIMENTO, 2005).

1.2 Adolescência e Ato infracional: marcos legais

1.2.1 Breve contextualização histórica do atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Brasil

A respeito da atenção ao adolescente autor de ato infracional no Brasil, vemos nas práticas historicamente construídas “a necessidade de colocar o menor considerado perturbador da ordem social em espaços que pudessem curá-lo” (CASTRO, 2004, p 78). A despeito do processo que demarca o percurso constituinte das leis sobre instituições que teriam como objetivo “consertar” crianças e adolescentes, observamos o surgimento de instituições adotando práticas coercitivas, violadoras da dignidade e do respeito de crianças e jovens que já se encontravam em situação vulnerável. Este quadro remete ao período dos dois primeiros Códigos de Menores: o de 1927 e o de 1979; apesar de possuírem um caráter de novidade e modernismo para suas respectivas épocas, atuavam de forma discriminatória, policialesca e autoritária dando corpo à chamada Doutrina da Situação Irregular.

Segundo a Doutrina da Situação Irregular, crianças e adolescentes pobres, que faziam da rua seu espaço de vida e subjetivação, autores ou não de delitos, eram tratados indistintamente como parte do mesmo grupo, conhecidos como menores. Segundo Santos (2007), o termo passou a caracterizar aqueles que estavam nas ruas e eram responsabilizados por desordens, “vadiagens”, embriaguez, furto ou roubo. É neste contexto que surge, atrelada ao Código de Menores de 1979, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor e então a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, com a promessa de educar sem reprimir e prestar um tratamento humanizado contribuindo para abolição da marginalidade e formar jovens para a vida em sociedade.

Contudo, as práticas assistencialistas de então, entre elas a internação de crianças e adolescentes como menores e marginalizados, se revelam voltadas a reprimir qualquer comportamento que não fosse considerado adequado ao convívio social, tido como desviante. Estes, que já eram excluídos (da sociedade) sendo livres (nas ruas), agora passam a serem excluídos e enclausurados.

As instituições excludentes resultantes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor vieram reiterar o estigma da associação de pobreza e miséria a abandono e delinquência, fazendo do seu espaço “uma escola para o crime” (PASSETTI, 2007). Com tantas desconexões em relação aos cuidados à criança e adolescente diversos segmentos se organizaram e passaram a exigir uma revisão do Código. Assim, em 1990 é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – reflexo de grandes discussões e acordos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

O ECA tem como eixo a Doutrina da Proteção Integral, dizendo respeito a todas as crianças e adolescentes enquanto possuidoras de direitos, responsabilizando a todos, família, estado e sociedade, a garantir o acesso e exercício dos direitos àqueles sujeitos. A mudança de eixo doutrinário acarretou em uma mudança de pensamento também no que se refere ao adolescente em conflito com a lei. A medida socioeducativa, destinada a adolescentes em conflito com a lei, passa a ser compreendida como uma das situações que demandam investimentos da sociedade visando à inclusão social, contrastando com o passado, onde o adolescente era visto como desviante, mero objeto de intervenção disciplinar.

Todavia, os princípios socioeducativos pouco têm sido incorporados às práticas de atenção ao adolescente autor de ato infracional, revelando grande distanciamento entre o ECA e a realidade concreta do sistema socioeducativo (Oliveira, 1999 apud FRANCISCHINI e CAMPOS, 2005).

1.2.2 As Medidas Socioeducativas

De modo sintético, o ato infracional é a ação que figura enquanto contravenção penal ou como crime, no ordenamento jurídico brasileiro. Seu cometimento por menores de idade é previsto no Art. 103 do ECA. Em se tratando de menores de 12 anos de idade, é aplicada medida de proteção, já ao adolescente é aplicada uma medida socioeducativa, sendo observadas as circunstâncias da gravidade da infração e os aspectos pessoais e subjetivos. Acredita-se na necessidade de acompanhamento do adolescente durante o cumprimento da medida, seu resultado, suas consequências e a forma do seu cumprimento. Uma vez cumprida não deve cair no esquecimento de todos os interessados e o melhor seria tentar compreender a causa que levou o adolescente a cometer o delito.

A **medida de advertência** é aplicada em juízo, em seção onde o magistrado exerce a função admoestadora e, concomitantemente, devem ser aplicadas medidas protetivas ao adolescente, segundo necessidade identificada no estudo pela equipe técnica. Encerra-se com o ato em juízo, com presença e compromisso assumido também pelos responsáveis. A **obrigação de reparar o dano** causado à vítima é uma medida por vezes controversa, já que deverá ter caráter educativo e impactar o jovem em si e a reparação patrimonial nem sempre figura enquanto alternativa para este fim, tanto pelo adolescente não possuir condições econômicas à restituição, tanto pelo fato de que a fonte de restituição pode não ser o próprio adolescente, diminuindo o caráter pedagógico que esta poderá ter, permanecendo, tão somente, o direito da vítima ao ressarcimento.

Já a medida socioeducativa de **prestação de serviços à comunidade** busca fazer com que o adolescente responda por seu ato infracional a partir da realização de um trabalho de prestação de serviço que se dá na comunidade. Visa o resgate dos valores sociais por meio do trabalho socioeducativo, com acompanhamento de um técnico de referência que o auxiliará tanto na construção do posto de trabalho quanto no seu processo de responsabilização frente ao ato cometido. Cabe ressaltar que no local onde fará a prestação de serviço o adolescente também terá uma pessoa como referência durante o período da execução de sua atividade.

A medida de **liberdade assistida** visa o acompanhamento da vida social do adolescente por durante a execução da mesma. Esse acompanhamento busca garantir a

proteção do adolescente, sua inserção na comunidade, na escola e na formação para o trabalho. As ações também se dirigem ao trabalho com os vínculos familiares e principalmente sua responsabilização frente ao ato infracional cometido. A medida de liberdade assistida assim como a prestação de serviço à comunidade integra as medidas em meio aberto, ou seja, medidas em que o adolescente não sofre nenhuma restrição à sua liberdade e permanece na sua comunidade e família durante a execução da mesma (MOREIRA et al., 2014).

Entre as medidas restritivas e privativas de liberdade estão: **semiliberdade** e **internação**. A primeira ocorre em meio semi-aberto, sendo possível ao adolescente manter os laços com a comunidade de atividades cotidianas em meio aberto, com retorno a instituição, por exemplo. Já a internação ocorre em meio fechado, privando a liberdade do adolescente pelo período máximo de três anos de internação conforme previsto no Estatuto, ou compulsoriamente ao jovem completar 21 anos de idade. A execução dessa medida implica em uma avaliação semestral na qual o juiz poderá decidir pelo arquivamento, manutenção ou progressão da medida. Esta é vista como o último recurso a ser usado para socioeducar um adolescente em conflito com a lei, levando em consideração os impactos negativos da privação da liberdade na vida deste sujeito em desenvolvimento.

Todas as medidas possuem um caráter sancionatório, ainda que não sejam classificadas como pena, de acordo com a proposta do ECA. A pena é compreendida a partir do Código Penal brasileiro, sendo aplicada a adultos. A medida socioeducativa repousa sobre o princípio pedagógico de integrar o sancionatório com o estabelecimento de ações pedagógicas que possam contribuir no desenvolvimento físico e subjetivo dos adolescentes.

A medida socioeducativa, seja ela em meio fechado ou aberto, deve possuir uma proposta de prevenção e promoção em oposição à punição. Costa e Assis (2006) colocam em discussão a importância de fatores protetivos no contexto socioeducativo como a promoção de ações que levem estes adolescentes em cumprimento de medida a serem autônomos no enfrentamento de suas adversidades. Faz-se necessária atenção ao desenvolvimento através de atividades pedagógicas de formação profissional, lazer, saúde, assistência. Contudo, notamos a inexistência de um ou mais eixos ou a falta de integração entre as atividades que acabam por ocorrer de forma isolada esquecendo a rica possibilidade de um trabalho interdisciplinar.

Estudos sobre adolescência e ato infracional no Brasil pós promulgação do ECA, apontam, via de regra, para o fracasso das medidas no diz respeito as práticas profissionais realizadas com os adolescentes. No estado do Amazonas, de modo análogo a outras regiões do país, os resultados seguem rumos semelhantes. Fernandes (2012), Franco (2013), e Silva (2015) evidenciam a falta de estrutura e capacitação dos profissionais que atuam em medidas de meio aberto e semi-aberto. Costa (2007), Perin (2008), e Rocha, Silva e Costa (2010) aprofundam o olhar sobre as condições em que são executadas as medidas em meio fechado.

Francischini e Campos (2005) pontuam que as ações educativas institucionalizadas devem ter como primazia a produção de novos padrões de socialização, pautando-se na interconexão da Psicologia, Sociologia, Pedagogia, Arte, História, dentre outros. As mesmas autoras pontuam que o acompanhamento aos egressos passa pelas mesmas dificuldades anteriores ao cumprimento da medida.

Dada a fragilidade da execução da medida, depreendemos as condições desfavoráveis em que o acompanhamento aos egressos deste sistema ocorre, antevendo que recairá sobre o jovem, a responsabilidade do sucesso ou fracasso no cumprimento da medida. Por certo há que ser considerada a complexidade que envolve efetivamente realizar estas intervenções, uma vez que as mesmas exigem uma organização e execução que envolve diversos fatores institucionais e extra-institucionais.

Face à necessidade de instituir parâmetros para o atendimento socioeducativo no país, foi aprovada, em 2012, a Lei do SINASE – Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo. Nesta lei complementar ao ECA, são contemplados aspectos que antes eram considerados vazios quanto à promoção de fatores potencialmente capazes de viabilizar a inclusão social e o desenvolvimento de adolescentes que tiveram suas trajetórias marcadas pela prática infracional. A condição do egresso do sistema e os compromissos a serem tomados junto a estes são, inclusive, objeto da atenção do SINASE, aspecto a ser aprofundado a seguir.

1.3 O SINASE e a condição de egresso do sistema socioeducativo

Face às dificuldades cronicamente vivenciadas para fazer cumprir o ECA e assegurar os direitos dos adolescentes nesta situação, procurou-se o estabelecimento de parâmetros de cuidado ao contexto da socioeducação. A necessidade notória de um

instrumento que norteasse o trabalho a ser realizado no contexto das medidas socioeducativas continuou a ser preocupação de juristas, pesquisadores, áreas do governo e outros profissionais da área que mediarão a construção do SINASE – Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo. O SINASE surge através da resolução 119/2006 do CONANDA, a qual passou a figurar enquanto lei federal 12.594/2012 em 18 de janeiro de 2012.

Regidos pelos artigos referentes à socioeducação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/1990), pela Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pelo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução 160/2013 do Conanda), o SINASE resulta de um processo que se concentrou principalmente ao que dever ser feito no enfrentamento e tratamento de eventos violentos que envolvam adolescentes autores de ato infracional ou vítimas de violação de direitos quando em cumprimento de medida socioeducativa (BRASIL, SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, 2006).

Ainda que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo seja um instrumento norteador para as instituições responsáveis pela aplicação da medida socioeducativa, nota-se que no país essas medidas são tidas no senso comum como uma pena e não uma medida de caráter pedagógico e ressocializador. A medida socioeducativa precisa ser compreendida como um instrumento de responsabilização ao adolescente pelo ato infracional cometido e não como um mero instrumento punitivo. Francischini e Campos (2005) ressaltam como fatores importantes para o desenvolvimento de atividades socioeducativas o trabalho transdisciplinar com práticas voltadas ao fortalecimento de vínculos, bem como integrando as atividades realizadas dentro da instituição, evitando fragmentar o processo socioeducativo.

Em relação ao processo socioeducativo, estudos mostram a necessidade desse processo se configurar em acompanhamento para o período pós-cumprimento de medida, dada a complexidade da vulnerabilidade a qual caracteriza a vida de adolescentes e jovens que passam pelo sistema socioeducativo. Há dados que problematizam inclusive a intensificação da vulnerabilidade pelo fato destes passarem pelo sistema. No Rio Grande do Sul, Muller et al.(2009) observaram que apesar do Estatuto prever a proteção do adolescente referente ao não registro do cumprimento de qualquer medida como antecedente criminal ainda assim o jovem acaba marginalizado em sua comunidade e, conseqüentemente, pode ser excluído das possibilidades de

emprego. A condição de egresso neste caso caracteriza uma nova face de sua vulnerabilidade, ao invés de favorecer uma desvinculação com a identidade infratora.

A despeito de constituir diretrizes e normas balizadoras no contexto socioeducativo na atenção aos jovens em situação de cumprimento de medida, permanece, entretanto, uma lacuna no que concerne ao acompanhamento de egressos desse sistema. Em uma revisão bibliográfica cujo foco consistiu em localizar o lugar e a condição atribuída ao egresso do sistema socioeducativo nos textos legais, a saber, Estatuto de Criança e do Adolescente, SINASE e Plano Decenal do SINASE, constatamos pouca informação neste sentido.

No ECA, por exemplo, o assunto aparece apenas no artigo 94, inciso XVIII. “Art. 94. As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras: (...) XVIII - manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos” (BRASIL, 1990).

O Plano Decenal, por sua vez, retrata um pouco mais sobre o trabalho a ser realizado com egressos. Neste documento, no eixo sobre a qualificação do atendimento socioeducativo apresenta as seguintes metas:

- 1) garantir a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) aos adolescentes egressos como grupo prioritário;
- 2) orientar os profissionais da Rede SUAS para garantir o atendimento das famílias dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo (em meio fechado e em meio aberto);
- 3) acompanhamento da trajetória escolar dos egressos do sistema socioeducativo;
- 4) inserção dos egressos do sistema socioeducativo em cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2013).

Segundo o referido documento, a primeira e a segunda meta são de responsabilidade do Ministério da Saúde (MDS), sendo a terceira e a quarta meta responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Uma crítica que o próprio documento faz é referente ao atual sistema em meio fechado, apontando a “insuficiência de Programa de Acompanhamento do Egresso, especialmente em relação ao meio sociofamiliar, mediante atuação de equipe multidisciplinar, em ação específica.” (BRASIL, 2013, p. 18).

1.3.1 Quem é o egresso do Sistema Socioeducativo?

Para falar dos egressos, faz-se necessário apresentar previamente dados dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil. Dados do Levantamento Anual da Coordenação–Geral do SINASE (SNPDCA/SDH/PR, 2013) indicam que em 2011 havia um número total de 19.595 adolescentes em restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade), e de 88.022 em meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida). Desse modo, é menos de um adolescente em cada mil (0,094%) cumprindo medida socioeducativa (BRASIL, 2013).

Apesar da porcentagem pequena, grandes são os desafios em assegurar os direitos estabelecidos em lei aos jovens em atendimento socioeducativo, bem como aos egressos. Esta pesquisa parte da perspectiva de que o retorno do adolescente à família, aos pais, à escola, à comunidade, não se concretiza pela simples finalização do cumprimento de uma medida socioeducativa, mas é um processo de reinserção do adolescente ao convívio social. Partindo da concepção de processo como ação e não como algo estático, enfatiza-se a importância de um trabalho voltado ao acompanhamento de jovens egressos do sistema socioeducativo.

As várias pesquisas que nos permitem ver a realidade indesejável em que são aplicadas as medidas socioeducativas em nosso país auxiliam a pensar em formas de transformar esta realidade. Do mesmo modo pesquisas com os egressos do sistema, o que pensam a partir do cumprimento de uma medida e o que estão vivendo, também irão permitir a continuidade de ações preventivas a reincidências. Nesse sentido, cada vez mais pesquisas têm tido como sujeitos de pesquisa jovens egressos do sistema socioeducativo e nos permitido ter uma noção dos pontos altos e baixos da aplicação de uma medida.

Estudo realizado por Vieira (2011) buscou identificar processos protetivos ao longo da medida socioeducativa junto a egressos do sistema. Os participantes referem que a experiência da medida de internação possui referência direta com o modo de viver atualmente. Na percepção dos jovens aspectos positivos foram reforçados, sendo a unidade de internação um lugar que promove um espaço para reflexão sobre a possibilidade de trilhar um caminho onde não houvesse envolvimento com o ato

infracional, suscetível a gerar sentimento de arrependimento e almejar um novo estilo de vida (VIEIRA, 2011).

Por outro lado, a maioria das pesquisas com egressos destaca aspectos negativos associados à vivência das medidas, tais como a falta de relações mais positivas com profissionais das instituições, estrutura física semelhante a unidades prisionais, violência física e psicológica, passando por agressões, proibição de receber visitas, entre outros (ESTEVAM, COUTINHO e ARAÚJO, 2009; MARINHO, 2013; MOREIRA et al., 2014; NERY, 2006; VIEIRA, 2011). Em relação ao período após a saída das unidades de internação, uma das possibilidades é a continuidade da trajetória infracional, onde o então já jovem passa a responder pelos atos cometidos, tipificados como crime, na condição de maioridade penal. Esta condição expressa, de modo claro, que a vulnerabilidade presente em suas vidas antes do cumprimento das medidas tende a permanecer presente, acentuada pelo estigma de ter passado pelo sistema e pelo enrijecimento da identidade vinculada ao crime.

Dentre os desafios no campo da produção científica é ampliar a compreensão do jovem com histórico em ato infracional e passagem pelo sistema socioeducativo em sua totalidade, ou seja, lançar-se sobre sua trajetória cultural, histórica, econômica, política. A reflexão sobre os meios que possibilitaram a este sujeito à prática do ato infracional é uma das vias para promoção de meios de construção de uma nova trajetória desvinculada da infração, para a qual o sujeito necessitará de suporte, após cumprimento da medida.

1.4 Programa de Acompanhamento de Egressos no país

1.4.1 Panorama Nacional

Com os avanços em implementar ações voltadas ao real propósito político pedagógico e ressocializador de medidas socioeducativas, reconhecemos a importância das instituições legislativas e fiscalizadoras no desempenho de seus papéis a fim de fazer valer o que consta em norma como direito, a exemplo da importância do ECA, lei do SINASE e Plano Decenal do SINASE, apresentados anteriormente, na proposição de normas, ações e metas a serem realizadas a respeito dos parâmetros de aplicação das medidas socioeducativas.

Em 2011 entrou em vigor a resolução N° 67/2011 que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidade para atendimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontram privados de liberdade em cadeias públicas. Tal resolução trouxe como uma de suas conseqüências a elaboração de um relatório⁵ com dados coletados no ano de 2012 e 2013 em 88,5% das unidades de internação e de semiliberdade do sistema socioeducativo (CNMP, 2013).

Na análise desse documento e das demais literaturas pesquisadas, consideramos o referido relatório sendo o único a apresentar dados concretos sobre o acompanhamento de egressos no país, alertando para a atual circunstância, tendo em vista que segundo dados de março de 2013 em mais de 80% das unidades nacionais não havia nenhum tipo de atendimento aos egressos e suas famílias pela equipe técnica da unidade, sinalizando ainda que esta ausência de atendimento poderia ser explicada em parte pelo número deficiente de equipes multidisciplinares dentro das unidades (CNMP, 2013).

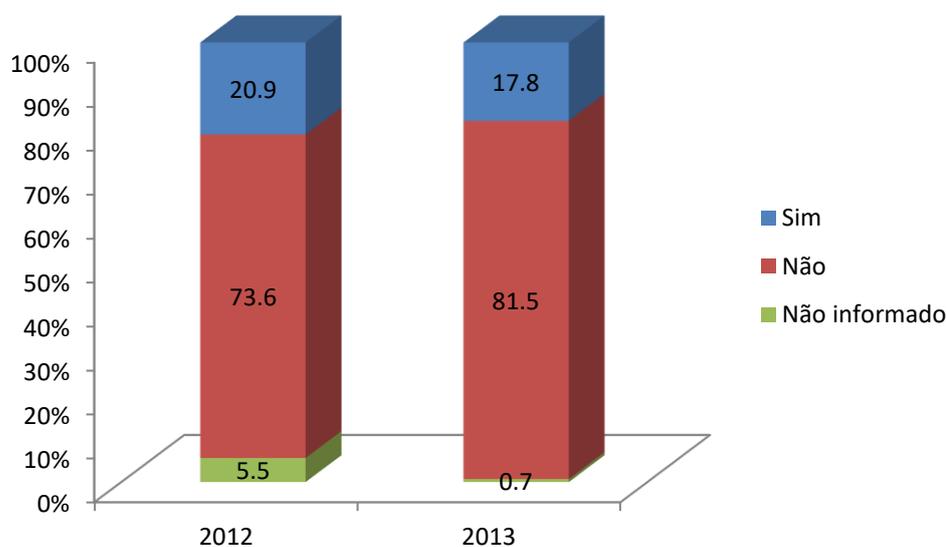


Figura 1 - Unidades de internação que oferecem acompanhamento ao egresso e família

Fonte: CNMP, 2013

Cabe destacar que, mesmo na capital do país, onde se localizam as sedes das secretarias nacionais propulsoras das diretrizes a serem adotadas no restante das capitais

⁵Relatório da Infância e Juventude – Resolução n° 67/2011: Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes

através dos documentos oficializados e promulgados, também identifica-se registro de um índice negativo a respeito das ações que deveriam existir para acompanhamento de egressos.

Ao contemplarmos os índices por região, vemos que estes ainda são bastante negativos, comum a média de 80% das unidades de internação no país que não oferecem acompanhamento ao egresso. Analisando as regiões individualmente, o Nordeste, por exemplo, apresentar o maior percentual indesejável 89,6. Já o Norte, apesar de não expressar a condição ideal, revela um percentual que apresenta o maior índice de atendimento multidisciplinar ao egresso e família por região, a saber, 27,5% (CNMP, 2013).

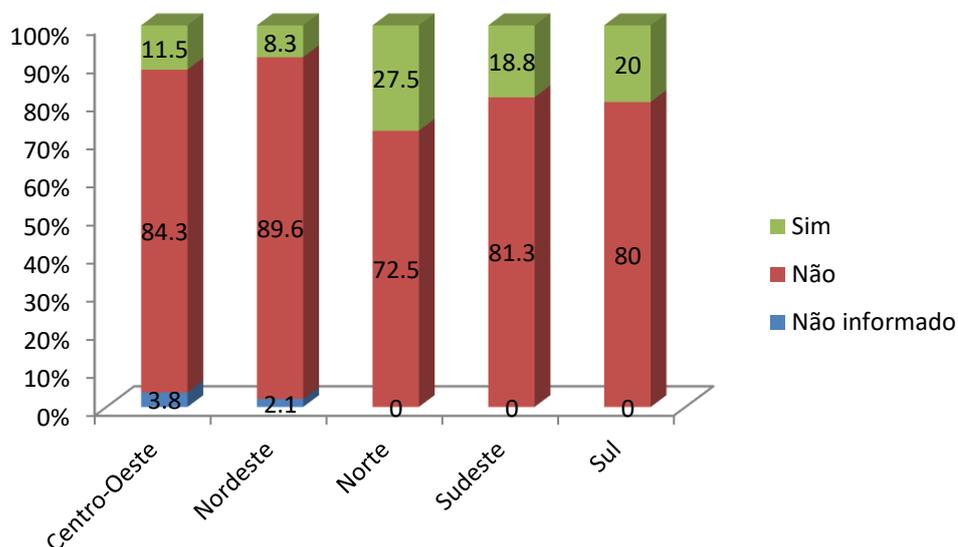


Figura 2 - Unidades de internação que oferecem acompanhamento ao egresso e família por região

Fonte: CNMP, 2013

Todavia, uma compreensão da realidade dos programas de atendimento dos egressos deve se debruçar sobre dados complementares sobre as condições sob as quais ele é realizado. Focaremos no detalhamento da região norte do país, por ser esta a localidade de interesse ao presente estudo.

1.4.2 Programas de acompanhamento aos egressos na região Norte

A proposta deste levantamento de dados sobre o acompanhamento de egressos nos estados da região Norte teve como objetivo nos permitir ter uma idéia geral do que tem ocorrido nessa região e o que há de produção a respeito. Além dos documentos governamentais, também procuramos produções acadêmicas sobre a temática nesses estados, porém sem resultado, fato que também abre margem a questionamentos uma vez que muitos trabalhos acadêmicos são produzidos, porém não são disponibilizados em canais eletrônicos.

No Estado do Amazonas, as ações de apoio aos egressos tiveram início em 2006, com o projeto piloto “Pé na Frente” e, em 2012, organizou-se o atual programa denominado PROEG. Segundo a atual coordenadora do Programa, antes de 2006 ela trabalhava no setor de Suporte Social ligado a um departamento hoje extinto, que na época já funcionava como o PROEG, conforme previsto no artigo 94 do ECA. No estado são considerados egressos os adolescentes e jovens que saíram de uma das unidades de internação: Centro Socioeducativo Marise Mendes, Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitosa, Centro Socioeducativo Senador Raimundo Parente e Centro Socioeducativo de Semiliberdade.

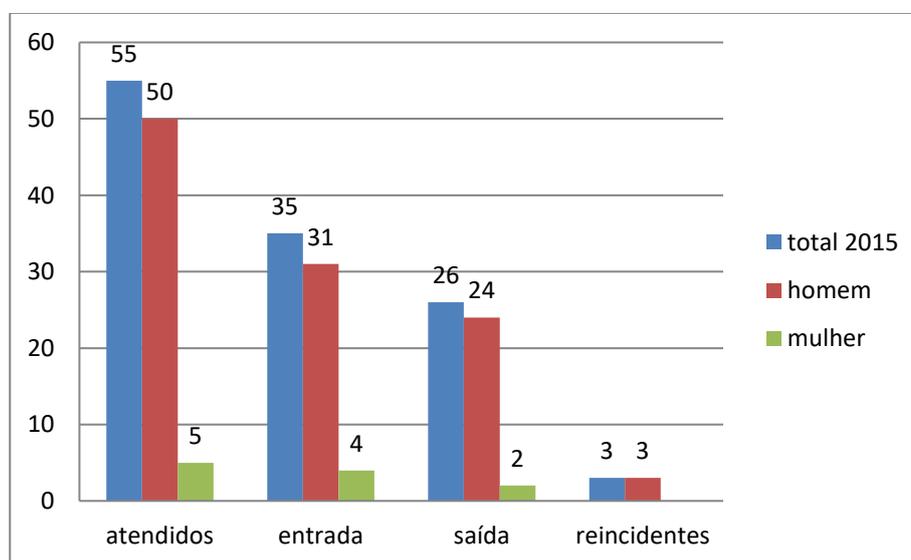


Figura 3- Total de atendimentos por gênero em 2015

Fonte: Vieira, 2016

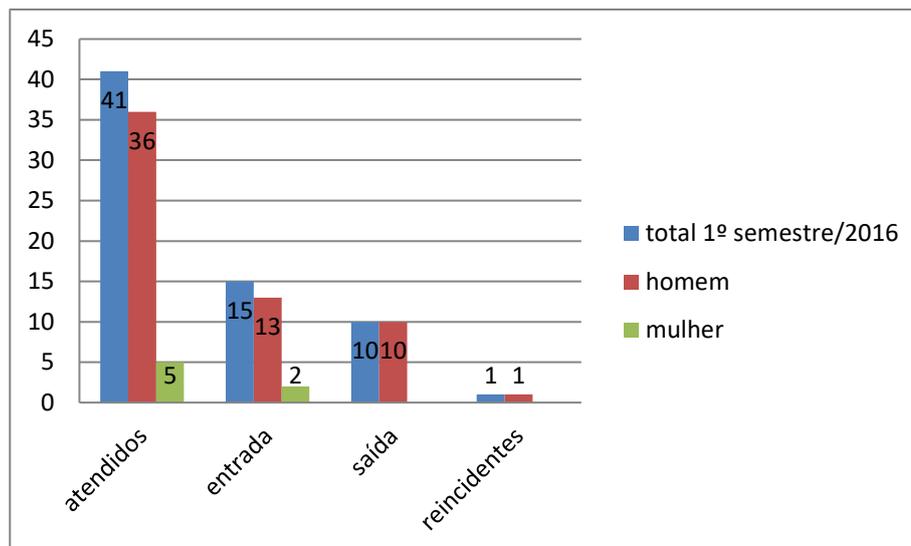


Figura 4 - Total de atendimentos por gênero em 2016

Fonte: Vieira, 2016

Até início do ano de 2016, o PROEG dava suporte aos pólos de LA da zona norte e zona sul, mas com o processo de municipalização das medidas em meio aberto, passaram a não mais realizar esse apoio. São encaminhados ao Programa adolescentes ou jovens que tenham recebido arquivamento ao concluírem uma medida de internação ou semiliberdade. Sujeitos que tenham passado por uma unidade de restrição de liberdade e que recebam uma progressão de medida para o meio aberto não são acompanhados pelo PROEG, uma vez que as medidas em meio aberto são responsabilidade da prefeitura e o programa de egressos é subordinado a uma secretaria estadual.

No estado os egressos são acompanhados pelo período de seis a doze meses formalmente, contudo, segundo a coordenadora do Programa, nada impede de os jovens continuarem tendo acesso à equipe e ao espaço físico do PROEG. A coordenadora relata às vezes receber ligações pedindo orientação sobre alguma escolha que o jovem quer fazer ou até mesmo visitas informais “para falar sobre a vida”, a equipe parece compreender positivamente esse vínculo estabelecido com os jovens. O PROEG possui uma sala (sede) dentro das dependências do GEASE e conta com uma equipe composta por três profissionais. Este Programa não se restringe ao atendimento de egressos, mas também praticando ações aos familiares⁶.

Grande parte das atividades dos funcionários é externa: visitas domiciliares, visitas às instituições de ensino em que o jovem está matriculado, visita às empresas

⁶ Nos relatórios observamos encaminhamentos de saúde e de inclusão no ensino regular educacional.

almejando continuação ou estabelecimento de novas parcerias, bem como visitas às unidades de saúde conforme necessidade de cada caso, por exemplo, acompanhamento de jovem encaminhado e atendido em CAPS AD, CAPS i. A respeito das atividades internas encontramos: atendimento aos jovens e suas famílias, encaminhamentos a pedido ou conforme avaliação da equipe para diversos serviços (saúde, trabalho, cursos) e elaboração de materiais administrativos (relatórios, atualização de prontuários, contato com parceiros).

Dentre os parceiros na articulação de inserção dos egressos no mercado de trabalho, encontram-se: Secretaria de Estado de Trabalho e Renda – SETRAB, Programa Aprendiz/ Paróquia Aparecida, Centro de Integração Empresa – Escola – CIEE, Centro de Tecnologia do Amazonas –CETAM, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, EDEC – Engenharia, Construção e Comercio, Pró-Jovem Urbano (da prefeitura) e Pró-Menor Dom Bosco. Tais parceiros se apresentam como peça fundamental na capacitação dos jovens com o oferecimento de cursos profissionalizantes, ensino escolar técnico e estágios com possibilidade de contratação.

No estado do Pará ficou estabelecido em 2011 que os jovens ao encerrarem o cumprimento de medidas socioeducativas continuariam sendo atendidos, bem como suas famílias, por técnicos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa). O serviço de atendimento ao egresso estava sendo re-implantado pela atual gestão do referido ano na Fundação, sendo apresentado oficialmente o Serviço de Atendimento ao Egresso e seus Familiares no dia 29 de setembro de 2011.

Segundo Telma Coroa, coordenadora do programa, previa-se atender inicialmente 60 famílias na região metropolitana de Belém em reuniões, visitas, escutas individuais, estudos de casos e articulações com órgãos públicos que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social, para serem atendidas, conforme suas necessidades. Um dos pontos discutidos foi o reconhecimento da necessidade de melhora da escolaridade e preparo para o mercado de trabalho dos socioeducandos. Nessa mesma matéria ficaram declaradas as parcerias com órgãos públicos estaduais e outros, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional do Comércio (SENAC), sendo ainda mencionado que na referida data existiam oito adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas na Fasepa, e que estavam sendo oportunizadas bolsas de estágio a esses jovens⁷.

⁷Egresso do sistema socioeducativo será atendido pela Fasepa – matéria publicada em 29 de ago. 2011. Disponível em:<http://www.fasepa.pa.gov.br/?q=node/300> acesso em 23 de ago. 2016.

Sobre o estado do Acre encontramos duas leis. A lei N. 2.111/2008 que cria o Instituto Socioeducativo do Acre - ISE⁸. No artigo 3º inciso IV e VI ser de sua competência o acompanhamento aos egressos (IV - promover o acompanhamento dos adolescentes egressos do sistema de execução de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade; e VI - realizar ações voltadas à prevenção da reincidência de prática de ato infracional por adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo).

A segunda lei é sancionada em 2013, lei N. 2.835/2013 que “Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Inserção Social de Adolescentes submetidos a Medidas Socioeducativas”⁹. Segundo o Art. 3º serão atendidos por esta lei: I - os submetidos a medidas de internação em meio fechado; II - os submetidos a medidas de semiliberdade; III - os submetidos a medidas em meio aberto; IV - os submetidos a prestação de serviços à comunidade; e V - os egressos do sistema socioeducativo. No artigo 4º é autorizada a concessão de bolsa-auxílio aos adolescentes participantes do programa que estejam incluídos em estágio e/ou projeto junto às instituições da administração pública direta e indireta.

Há uma publicação¹⁰ sobre o estado do Acre que ressalta a importância da educação na vida dos jovens em cumprimento de medidas e egressos. Essa matéria relata que no ano de 2015 foram ofertadas 916 vagas nos centros socioeducativos Aquiry, Acre, Santa Juliana e Mocinha Magalhães, em Rio Branco; Purus, em Sena Madureira; e Feijó e Juruá, em Cruzeiro do Sul. Consta que os cursos foram ofertados visando atender os adolescentes internos, egressos e seus familiares em situação de risco como forma de qualificar e gerar oportunidades no mercado de trabalho, além de reduzir a incidência e reincidência de atos infracionais.

Sobre o estado de Roraima não foi encontrado nenhum documento oficial sobre o tema. Soares (2012) em sua obra, resultante da tese de doutorado, apresenta uma análise negativa ao comparar o modelo pedagógico proposto pela legislação com a realidade vivida nas instituições de internação de toda região norte, e se há uma inadimplência nessa questão que em tese se tem maior “controle” dos jovens já que se encontram internados, tutelados, imaginamos no que se refere ao acompanhamento dos

⁸LEI N. 2.111, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008 “Cria o Instituto Sócio-Educativo do Estado do Acre - ISE”. Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2111.pdf> acesso em 23 de ago. 2016.

⁹Disponível em <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2835.pdf> acesso 23 de ago.2016.

¹⁰Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/educacao-muda-a-vida-de-jovens-em-medida-socioeducativa-e-egressos/> acesso em 23 de ago. 2016.

egressos, então podemos supor, e reconhecemos ser arriscada essa inferência, a inexistência ou ineficácia a que se refere o artigo 94 do ECA sobre cada instituição realizar o acompanhamento de seus ex-internos.

Encontramos no site do Ministério Público do Estado de Rondônia o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo¹¹ publicado no ano de 2014. No item 2 (Diagnóstico do Sistema Socioeducativo) destacamos:

Duas constatações permitem inferir o quanto se torna importante investir nos recursos humanos do sistema socioeducativo. A primeira delas refere-se à ociosidade dos adolescentes em cumprimento de medida, a ausência quase que completa de atividades de cunho profissionalizante, de cultura ou de lazer nas unidades de Rondônia. E a segunda, a reincidência. O percentual de reincidência de internação é de 28% em Porto Velho, o que evidencia “*a falta de estrutura da política de atendimento que contribui de maneira destacada para o fortalecimento da reincidência e da passagem desses jovens egressos desse sistema para o sistema prisional*” (Relatório de 2013, p. 53). Outra questão importante a se destacar é o evidente gargalo existente na sistematização de informações sobre o sistema socioeducativo, o que prejudica a avaliação da política de atendimento. Toda política pública necessita de constante monitoramento e avaliação, e esses processos dependem da manutenção de informações.

(...)Além disso, um fator de destaque é a ausência de programas de atendimento aos egressos (grifo nosso). Nesse ponto, cabe destacar que o déficit do número de técnicos incide nesse resultado de forma preponderante, assim como a inexistência da medida de semiliberdade (PLANO ESTADUAL DE ATNDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, 2014, p. 20 -21).

No site do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá¹² houve uma publicação no mês de abril deste ano com o título “Juizado da Infância e Juventude encerra a primeira fase de formação da terceira turma de jovens do programa “Vamos Juntos”. Nesta publicação há a descrição de atividades, que ocorreram por duas semanas, com jovens em situação de vulnerabilidade social e em cumprimento de medidas socioeducativas ou egressos foram capacitados na formação da 3ª turma do Programa “Vamos Juntos”. Esta formação foi realizada pelo Juizado da Infância e Juventude, Área de Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas, e contou com a parceria do Instituto Inova; Associação Comercial e Industrial do Amapá (ACIA) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

¹¹Disponível em:

<http://www.mp.ro.gov.br/documents/29249/1585756/Plano+Estadual+de+Medidas+Socioeducativas+-+Rond%C3%B4nia/f7ba5263-8c13-4b26-ac42-cab6ed94e091?version=1.0> acesso em 23 de ago. 2016.

¹²Disponível em: <http://www.tjap.jus.br/portal/publicacoes/noticias/4844-juizado-da-inf%C3%A2ncia-e-juventude-encerra-a-primeira-fase-de-forma%C3%A7%C3%A3o-da-terceira-turma-de-jovens-do-programa-%E2%80%9Cvamos-juntos%E2%80%9D.html> acesso em 23 de ago. 2016.

A respeito do estado de Tocantins no que se refere ao acompanhamento de egressos, encontramos o “Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2016)”¹³. Esse documento aponta no capítulo V (Atendimento em meio fechado) que “A DPDCA (Diretoria de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente) dispõe em sua estrutura organizacional de 01 (uma) Coordenação do Núcleo de Atendimento ao Adolescente Egresso e Famílias (...)” (IDEM, 2016, p 23). Contudo, na tabela 45 EIXO 1 (GESTÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO) apresenta como meta: Implantar e implementar o Programa de Apoio ao Egresso. O prazo para cumprimento dessa meta teve início em 2016 e vai até 2025” (IDEM, 2016, p. 81).

Considerando os dados apresentados sobre os seis estados da região norte do país referente ao acompanhamento de egressos, queremos fazer algumas considerações. O fato de alguns documentos relatarem positivamente a existência ou a criação de um projeto de acompanhamento aos egressos, a realização de cursos e acompanhamento, não expressa necessariamente que os jovens vivenciem isto na realidade, seja por questões políticas, institucionais ou estruturais.

No Amazonas, por exemplo, a despeito dos dados oficiais apontarem para a existência de programa de acompanhamento de egressos desde 2006, a forma como os jovens vivenciam esta realidade pode revelar a complexidade que envolve a questão. A inexistência de suporte para egressos é denunciada pelos próprios jovens na pesquisa de Marinho (2013). A partir dos relatos dos jovens, a autora identificou, na ocasião, em especial para jovens do sistema que se deslocavam para seus municípios de origem após saírem das unidades de internação e a ausência de programa específico de egressos.

“Um dos grandes fracassos apontados refere-se à ausência de programas de reinserção junto à comunidade ou ao jovem egresso. Não houve nenhuma referência a convênios no âmbito profissional, educacional ou outros. Pelo que apontam as entrevistas, cabe apenas à família do egresso a responsabilidade de, efetivamente, ajudá-lo em sua ressocialização. Há referência a empregos e oportunidades prometidas pelos profissionais da instituição, mas não cumpridas” (MARINHO, 2013, p. 131).

Outro aspecto a ser considerado é que o fato de nada ter sido encontrado sobre acompanhamento ao egresso, como ocorreu com o estado de Roraima, não significa que não haja na prática um trabalho sendo realizado na referida cidade sobre isso, podendo ser possível uma subnotificação ou programas não formalizados realizando tal atividade.

¹³Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/273321/> acesso em 24 de ago 2016.

1.5 Espacialidade e Juventude

Pesquisas sobre juventudes a partir do olhar geográfico destacam o papel do contexto socioespacial na construção de formas específicas de vivências juvenis, articulando conceitos como os de território e territorialidade juvenil. Nesse sentido, o lugar dos/as jovens na cidade representa possibilidades e limites para suas vivências; a circulação pelo espaço da cidade permite com que inúmeras conexões sejam possíveis, refletindo assim em uma incrível diversidade de “culturas juvenis”.

Toda essa diversidade cultural juvenil se reflete em diferentes formas de apropriação do espaço urbano, imprimindo nele marcas por meio de territorialidades juvenis e delimitando diferentes territórios; indícios de complexos processos de tensão e negociação por espaços (FERNANDES, 2013, p.76). A Sociologia da Juventude nos revela possibilidades abertas para uma abordagem geográfica, pois conceitos como lugar, espaço, cidade e globalização são também constantemente acionados por diferentes especialistas de diferentes campos do saber que discutem o fenômeno juvenil.

A relação Espaço e Juventude abordada nesta pesquisa deriva das bases compreensiva do homem, historicidade e espacialidade a partir da perspectiva histórico-cultural. Segundo a abordagem crítica da Psicologia Social adotada como referência no presente trabalho, a constituição do sujeito tendo como base a historicidade é assim definida:

o ser humano é caracterizado por três traços: trabalho, sociabilidade e consciência. Assim, a história na perspectiva marxista não se constitui na somatória de fatos, de fenômenos que foram se desenvolvendo à revelia dos homens; antes é construída pelos homens, que, ao transformarem a natureza, transformam-se a si mesmos (FACCI, BARROCO e LEONARDO, 2009, p. 111-112).

A influência marxista nas teorias psicológicas críticas dá origem à chamada Psicologia da Ação, tendo na proposta de Vigotski uma de suas mais consistentes expressões. A ação ou atividade humana seria análoga à compreensão de Marx sobre o trabalho, “compreendido como o intercâmbio que ocorre entre o homem e a natureza, no qual o homem atua sobre si mesmo, desenvolvendo suas capacidades e se apropriando delas” (Ibid, p. 114). Quando nasce, cada indivíduo depara-se com uma sociedade estruturada a qual, para tomar parte, ele necessita adentrar no processo de humanização, apropriando-se dos bens culturais, linguagem, significados partilhados,

etc. Atuando no e sobre o meio, o homem se apropria destes bens, produz sentido e transforma a sociedade, transformando-se a si próprio.

No presente estudo, a importância da compreensão do homem enquanto sujeito da ação, é que este é pensado na sua dimensão concreta, inscrito em um território. Todas as relações entre os seres humanos e o mundo ocorrem em um espaço que é físico, histórico e cultural, “onde o aqui e o ali envolvem sempre um agora, um antes e um depois” (FREIRE, 2001, p. 81). Humanidade, historicidade e espacialidade surgem articuladas na compreensão da trajetória e dos sentidos que as pessoas constroem. As vivências dos jovens egressos, portanto, podem ser compreendidas nesta relação espaço-temporal da produção de sentido sobre sua própria condição após o cumprimento de medida socioeducativa.

1.5.1 Espaços como via de acesso à compreensão das trajetórias de vida

Os geógrafos devem ter sido, segundo Santos e Souza (1986), os primeiros a se apoderarem do conceito “espaço” enquanto categoria nas ciências sociais. A Geografia moderna é definida em torno deste conceito, embora aponte sua não exclusividade sobre este. Os mesmos autores defendem que a idéia de espaço deveria estar presente em todas as disciplinas.

Numa concepção interdisciplinar do espaço, arquitetos, economistas, sociólogos, filósofos, ecólogos, juristas, cartógrafos, paisagistas, psicólogos, historiadores ao abordarem esta categoria, trazem pontos de contato, constituindo-se como “espaçólogos” por objetivarem compreender relações importantes que envolvam a localidade (SANTOS e SOUZA, 1986, p. 2 - 3).

O espaço, assim como a história, possui dimensão humanizada, no sentido de que é habitado e significado pelo homem, inserido nesta localidade através de seu corpo. Longe de ser inerte, neutro ou mero palco onde ações se desenrola, o espaço integra ativamente a vida daqueles que nele transitam ou habitam. “É dinâmico, fluido, é algo que não se apreende no sentido de pegá-lo com a mão e contê-lo” (SAWAYA, 1986, p. 97).

Bassand (1986) diz que o espaço contribui para revelar os atores sociais; apropriado, é signo e símbolo do sistema social e facilita a elaboração da identidade dos

atores sociais. Milton Santos (2008) diz que somente uma abordagem interdisciplinar do espaço pode dar conta dessa imbricação entre o espaço e os sistemas sociais.

A centralidade do espaço é tamanha que Milton Santos (2008) considera não ser possível escrever fora da espacialidade e não há sociedade a-espacial (Santos, 2008). Como locus da habitação do homem, pode também constituir seu inimigo, “a partir do momento em que a unidade desumana da coisa inerte seja um mero instrumento de sua alienação” (SANTOS, 2012, p. 35).

Cumprir destacar que dois termos são usados para referir-se à localidade na relação com os sujeitos: espacialidade e territorialidade. Os termos podem ser tomados como sinônimos às vezes ou como categoria distinta. Ao se referir aos territórios em se tratando das identidades coletivas na Amazônia, Almeida (2008) destaca a existência de uma dinâmica atrelada a fatores étnicos e afirmativos de uma identidade, ou seja, uma existência objetivada por uma diversidade de movimentos organizados com suas respectivas redes sociais. O autor, pensa então em territorialização envolvendo o sujeito da ação, sua identidade coletiva, implicando numa construção social.

Enquanto sujeitos das ações, as pessoas territorializam produzindo sentido sobre suas práticas espacialmente situadas. Estas configurações se dão em espaços, aos quais chamamos, a partir da reflexão de Carrano (2003), de espaços praticados. Castells sintoniza com estas idéias quando apresenta que

O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão *forma* ao espaço – bem como aos outros elementos da combinação -, uma *forma*, uma função, uma significação social. Portanto, ele não é pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica (Castells, 1983^a:46 apud CARRANO, 2003, p. 21).

Segundo Carrano (2003) o espaço social articula processos de relações entre instituições e sujeitos, tais como aquelas relacionadas com as práticas de cultura e saber. Desse modo, não existe relação que não se estabeleça em determinado contexto socioespacial produzido pelas ações dos sujeitos históricos concretos. Pensando na juventude, o autor fala que a cidade deve ser vista como uma organização plural e multifacetada, pois ela é um conjunto múltiplo de ação coletiva, elaborada em muitas dimensões, significados, construtora de identidades e identificações. Num mesmo espaço geográfico da cidade é possível encontrar diferentes atores e organizações atuando simultaneamente.

Os espaços de circulação e pertencimento permitem a ocorrência de práticas educativas e transformadoras, contendo um terreno concreto da pluralidade do real, composta pelas intencionalidades estruturantes de planejadores, mas também pelo jogo realizado por sujeitos sociais que, “em suas práticas microscópicas, singulares e plurais, se articulam como educadores coletivos em redes sociais e escapam, em muitas ocasiões, aos controladores da ordem (CARRANO, 2003, p. 24)”.

Carrano (2003) aponta que a complexidade da vida social nas cidades necessita ser compreendida em sua dimensão comunicacional dialógica. A idéia de que o individuo produz a sua própria consciência isoladamente, independentemente das relações sociais concretas, é muito mais fruto da mistificação liberal do que resultante de uma realidade social (Ibid, p. 26).

O autor destaca como projetos destinados à juventude fracassam ou perdem legitimidade no cotidiano das cidades quando não entram em sintonia com os sentidos culturais que os sujeitos emprestam aos lugares. O espaço sendo produto e condição de uma dinâmica sócio-espacial deve ser visto como uma organização social de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo (SANTOS, 2014). A compreensão sobre o que é o sujeito, assim como de suas necessidades, é impossível sem que compreendamos os sentidos sociais e culturais das relações sociais nas quais ele está imerso.

Compreendendo que o espaço não é um dado, mas uma relação social, estamos concebendo a natureza e as sociedades humanas historicamente (CARRANO, 2003). Assim, é pertinente pensar que a espacialidade que corresponde à trajetória de jovens egressos, possui relação estreita com as vivências dos mesmos, identidade, projeto de vida, pertencimento. A identidade dos egressos, por exemplo, seria também definida pelo *status* do lugar social ocupado e a distancia social que esses revelam entre si (Ibid, p.31).

Para Carrano (2003) os relacionamentos que os sujeitos estabelecem entre si nos diferentes espaços da cidade são educativos, mesmo que nem sempre estejam voltados para os ideais da cidadania democrática. Da mesma forma, ninguém pode prever se as experiências sociais terão efeitos duradouros ou se serão inscritas apenas como eventos superficiais na formação da subjetividade.

Segundo Carrano (2003) na experiência dos adolescentes de hoje, desvio, conflito e inovação estariam, portanto, entrelaçados. Neste sentido, as experiências adolescentes são enormes “laboratórios de inovações, não porque as projetam, mas

porque já as praticam. Para os adolescentes o fundamental não é a construção de metas para um mundo futuro, mas a experimentação do sentido de mudança no presente (Ibid, p. 119)”.
.

1.5.2 Espacialidade, vivências e identidade

A vida social nas cidades possibilita aos sujeitos a experimentação de identidades que colocam em jogo as múltiplas personalidades que vão ser requeridas pelas relações sociais. Ser egresso implica em uma transformação de sua condição anterior, socioeducando, para outra condição, podendo ser difícil essa transição. A dificuldade não se encontraria na mudança, mas na maneira de assegurar a unidade do sujeito e a continuidade de sua história individual e coletiva. Nesse sentido, Carrano (2008) define que os caminhos humanos são fios de uma teia de relações históricas tecidas a medida que percorremos os diferentes territórios que habitamos, o homem faz sua história, mas no contexto das condições sociais de existência esta perspectiva não comporta nenhum sinal que implique em isolamento ou fixação. “Sendo a identidade muito mais resultante da ação consciente dos indivíduos do que uma situação definida por laços de hereditariedade (CARRANO, 2003, p.120)”.

A identidade é concebida como um processo de metamorfose intimamente relacionado com as condições históricas e sociais do sujeito e da sociedade. A respeito de identidade, segundo Lima e Ciampa (2012), o indivíduo não é um simples receptor a incorporar e reproduzir, mas também propõe novos personagens, se auto-determinando, não sendo apenas um cidadão ou membro de uma comunidade, reagindo também a essa comunidade e transformando-a com suas reações.

O processo de identificação do sujeito diante das múltiplas relações apresentadas no seu cotidiano permite que a história individual dele de aquisição da identidade seja vivida como um verdadeiro processo de aprendizagem em direção ao exercício da autonomia. Muito mais do que pôr em prática os conteúdos e comportamentos aprendidos socialmente, o sujeito se vê diante de situações em que é obrigado a enfrentar e a resolver novos e inesperados problemas. É necessário se tornar reflexivo “aprendendo continuamente a aprender, apresenta-se como um imperativo existencial num mundo de complexidades que requer uma mudança constante de papéis, de códigos, de novas formas de relações (CARRANO, 2003, p. 125)”. Para o referido autor

a identidade individual será tanto mais consciente quanto mais conseguir realizar negociações entre as partes que a fazem existir, nos diversos locais de circulação dos jovens.

2. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

A pesquisa em questão seguiu uma abordagem qualitativa, a qual valoriza dimensões subjetivas não quantificáveis, tendo como foco a compreensão das narrativas e elementos apresentados. Nesta pesquisa visamos, inicialmente, compreender os caminhos percorridos pelos jovens após a experiência de cumprimento de medida socioeducativa a partir de mapas elaborados por eles. Para isso, a pesquisa transcorreu dentro da perspectiva da Psicologia Social valorizando as experiências dos sujeitos a partir de seu contexto histórico-cultural, e ainda compreender como se situa a relação desse sujeito em sociedade a partir dos sentidos atribuídos às suas vivências cotidianas.

Ainda nos propusemos a dialogar com outras áreas científicas com a intenção de enriquecer teórica e metodologicamente a questão da trajetória de egressos considerando a noção de espaços de circulação. Convém assinalar que a pesquisa social é basicamente uma pesquisa de envolvimento crítico e que pretende dar conta do fenômeno pela ênfase no discurso do sujeito, e não no sentido de apreender a verdade intrínseca aos objetos. Assim, utilizamos, além do aporte teórico da Psicologia, de leituras em Antropologia e Geografia, de modo a ampliar nosso campo de sensibilidade analítica.

2.1 A pesquisa de campo

2.1.1 Local da Pesquisa

O estado do Amazonas é o maior em território do país, composto por 62 municípios, 3.484.985 habitantes, sendo que 2.755.490 vivem na área urbana e 1.802.525 na capital Manaus, a mais populosa da Região Norte¹⁴. O sistema socioeducativo tem a capital como referência ao estado do Amazonas, atendendo jovens que vêm de outros municípios para cumprir as medidas restritivas de liberdade e depois podem retornar a sua respectiva cidade. Segundo último censo demográfico, realizado em 2010, Manaus possui uma população de 353.927 entre 10 a 19 anos de idade¹⁵.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/dados/>>. Acesso em 16 de mar. 2016.

¹⁵ Censo demográfico 2010: resultados da amostra - características da população - disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/V7R>>. Acesso em 04 de mar. 2016.

Levantamento apresentado no SINASE (2012) mostra proporção em Manaus de 0,07 a cada 1000 adolescentes entre 12 e 21 anos que estão em unidade de restrição ou privação de liberdade.

Conforme matéria publicada em maio de 2015, tendo como fonte Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) realizada pelo IBGE, o estado do Amazonas registrou no primeiro trimestre do referido ano a segunda maior taxa de desemprego (9,4%) da região norte, este cálculo baseou-se no total de 1.787 domicílios entrevistados, em 58 municípios¹⁶. Os dados sobre nossa capital demonstram um alto contexto de vulnerabilidade social aos seus cidadãos. Em outubro de 2015 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresentou que a população da região metropolitana de Manaus entre 2000 e 2010 passou da faixa de muito alta vulnerabilidade para a faixa de alta, assim o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) teve uma redução de 25,9%¹⁷, assim, permanecendo um índice insatisfatório. O IVS é baseado no acesso, ausência ou insuficiência de recursos ou estruturas (como fluxo de renda, condições adequadas de moradia e acesso a serviços de educação), que deveriam estar à disposição de todo cidadão.

Observamos que estas questões do IVS realmente se caracterizam de modo fragilizado na vida de jovens egressos. Sujeitos que vêm de uma origem familiar de baixa renda, sendo a família composta por muitos membros, casas pequenas e em bairros periféricos ao centro da cidade, considerados perigosos. Outros pontos se fazem presentes são a ausência de um fluxo de renda que promova a sensação satisfatória de inserção dos sujeitos e suas respectivas famílias no mercado consumidor, isto associado à desocupação dos adultos ou à ocupação informal de adultos pouco escolarizados, o que por vezes gera a presença do trabalho infantil ainda na infância de jovens egressos, seja o trabalho informal, seja a prática de atividades ilícitas como forma de trabalho. O Sistema Socioeducativo, no qual os egressos participantes deste estudo cumpriram medida socioeducativa, encontra-se atualmente estruturado da seguinte forma:

¹⁶ Amazonas é o segundo em taxa de desemprego na região norte - matéria publicada em 08 de maio de 2015 - disponível em: <<http://www.emtempo.com.br/amazonas-e-o-segundo-em-taxa-de-desemprego-na-regiao-norte/>>. Acesso em 16 de mar. 2016.

¹⁷ País reduz vulnerabilidade social em regiões metropolitanas - disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26403&catid=1&Itemid=7. Acesso em 10 de out, 2016.

Quadro1 - Composição Sistema de Atendimento Socioeducativo no Amazonas

COORDENAÇÃO GERAL	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC
COMPOSIÇÃO DO SISTEMA	
CIAIAI – Centro Integrado de Atendimento Inicial ao Adolescente Infrator	Concentra a atuação do Juizado da Infância e da Juventude / Vara Criminal, Ministério Público (Promotoria da Infância e da Juventude), Defensoria Pública, Delegacia Especializada em Apuração de Ato Infracional – DEAAI, conforme disposto, no Artigo 88, inciso V do ECA.
GEASE – Gerência de Atendimento Socioeducativo	Atua no atendimento de adolescentes envolvidos e/ou autores de atos infracionais. Seus objetivos, metas e eixos são estruturados na ação pedagógica, definidos com base nos aspectos normativos das esferas Federais e Estaduais, buscando, sobretudo a articulação institucional para a inclusão social de seu público alvo.
Centro Socioeducativo de Internação Provisória	Conforme disposto, no Artigo 108, V da Lei nº 8.069/90 - ECA, este espaço acolhe adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, autor de ato infracional, encaminhados pelo Juiz da Infância e da Juventude, durante o período máximo de 45 (quarenta e cinco) dias aguardando audiência judicial em caráter de medida cautelar. Capacidade de Atendimento: 48 (quarenta e oito) adolescentes
Centro Socioeducativo de Internação Masculina	É executada nos Centros Socioeducativos: Senador Raimundo Parente (Cidade Nova) onde os adolescentes encontram-se na faixa etária de 12 a 16 anos. Capacidade de atendimento: 32 (trinta e dois); e Dagmar Feitoza (Alvorada), atendendo os adolescentes de 16 a 18 anos incompletos e excepcionalmente até 21 anos. Capacidade de atendimento: 62 (sessenta e dois)
Centro Socioeducativo Marise Mendes	Localizado em Manaus no bairro Alvorada, promove o cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade à adolescente de sexo feminino, em idade de 13 a 18 anos incompletos, e excepcionalmente até 21 anos.

	Capacidade de atendimento: 20 (vinte).
Programa de Semiliberdade	Promove o cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade para adolescente do sexo masculino, em idade de 12 a 21 anos incompletos. Capacidade de Atendimento: 30 (trinta) adolescentes.
Programa de Apoio ou Acompanhamento ao Egresso	Vinculado a GEASE/SEJUSC visa atender a 100% dos adolescentes egressos das Unidades de Internação e Semiliberdade, cujo objetivo é atuar junto aos egressos das medidas socioeducativas e suas famílias.

Fonte: Material de campo - GEASE/ 2016

A sede do PROEG encontra-se no prédio do GEASE, na antiga Estrada dos Franceses, ao lado do Balneário Fast Club, rua Desembargador João Machado, s/n – Alvorada I, zona centro-oeste de Manaus. Neste local existem outras instituições referentes ao atendimento e apuração de atos infracionais: CIAIAI, GEASE e Centro Socioeducativo de Internação Provisória. Sua localização pode ser considerada de fácil acesso por estar situada numa avenida de grande fluxo de trânsito motorizado, próxima à rodoviária da cidade, possuindo parada de ônibus em frente ao endereço institucional e estacionamento próprio.

A dificuldade de acesso à sede ocorre no tempo de espera pelo transporte público, que é o meio mais utilizado pelos jovens e suas famílias, atendidos pelo sistema socioeducativo, tendo em vista a necessidade de pegar mais de um ônibus para conseguir chegar à sede, como é o caso de jovens que moram na zona leste, zona norte e zona sul da cidade que precisam ir ao terminal do centro para então pegar um ônibus que vá ao bairro Alvorada especificamente pela Estrada dos Franceses.

O GEASE até o ano de 2015 estava vinculado à Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS), ano em que governador José Melo anunciou uma reforma administrativa no estado, como ocorreu em diversos estados da federação brasileira em decorrência da conturbada situação econômica e política do nosso país que se tornou notícia internacional. Uma das mudanças administrativas resultou na criação da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC¹⁸ que passou a ser responsável pela gestão das medidas socioeducativas com restrição de liberdade. A SEJUSC resultou da junção de três secretarias: Secretaria de Estado de Justiça e

¹⁸ Criada pela Lei nº 4.163 de 09 de março de 2015.

Direitos Humanos – SEJUS, Secretaria Executiva da Política para as Mulheres – SEPM e a Secretaria de Articulação e Movimentos Sociais – SEARP (PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2016).

Contudo, a etapa de produção dos dados junto aos participantes não ocorreu nas dependências das unidades socioeducativas, da GEASE ou qualquer outra estrutura vinculada ao sistema socioeducativo. Por se tratar de egressos e também entender a circulação destes enquanto exercício de sua condição de sujeito pleno em liberdade de participação, propusemos a realização das atividades de campo no Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário (LABINS); o referido Laboratório é um espaço na Faculdade de Psicologia (FAPSI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ao qual a pesquisa está vinculada, acontecendo estudos pertinentes à temática desta pesquisa e dispõe de sala com espaço adequado para a atividade proposta. Houve ainda a disponibilidade de a pesquisadora ir ao local de escolha do participante, caso este assim preferisse.

2.1.2 Participantes da Pesquisa

As duas categorias de participantes nesta proposta correspondem à pesquisadora e aos egressos do sistema socioeducativo. Em relação à pesquisadora esta é entendida como participante pela própria concepção do trabalho, a saber, a implicação dos sujeitos na co-construção dos sentidos e na metodologia de cunho qualitativo-participativa. É assumido o lugar de não neutralidade considerando a relação entre pesquisadora e não pesquisadores de suma relevância ao conhecimento produzido.

No projeto inicial, tínhamos a intenção de convidar egressos do meio aberto¹⁹ e meio fechado²⁰, pois antes de iniciarmos a pesquisa compreendíamos enquanto egresso qualquer adolescente/jovem que houvesse encerrado o cumprimento de uma medida socioeducativa, ou seja, seria egresso do sistema socioeducativo. Contudo, de acordo com o entendimento sobre a legislação e as diretrizes do SINASE, são considerados egressos, e devem ser acompanhados, aqueles que passaram por uma instituição de internação. Quanto a este aspecto, a legislação não apreende a totalidade do sentido da condição de em um período estar inserido em um programa institucional, seja este

¹⁹PSC e LA - por serem as medidas que contam com maior número de adolescentes em cumprimento.

²⁰Escolhida por ser a que produz maior impacto restritivo sobre a vida dos sujeitos.

aberto ou fechado, e, em outro, ser desligado deste programa. Entendemos que é a trajetória e os processos de inclusão e desligamento no sistema socioeducativo que caracterizam a condição de egresso. Todavia, a despeito de nossa compreensão, adotamos o critério normativo do que vem a ser o egresso.

Segundo ECA, artigo 94, inciso XVIII. “Art. 94. As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras: (...) XVIII - manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos;” (BRASIL, 1990). Desta forma, ajustou-se o perfil de participantes de modo a atender o critério da terminologia legal.

Foram convidados a participar da pesquisa quatro jovens, sendo que conseguimos realizar três entrevistas. O procedimento de escolha dos participantes seguiu princípios de amostra não probabilística, baseada no método de amostra proposital ou intencional. Consiste num critério não-numérico e não-aleatório, que visa, ao contrário, convidar a participar como informantes sujeitos que reúnam experiências ou possuam características relevantes ao estudo em questão, visando abranger o problema, abarcando ao máximo suas dimensões (LINCOLN & GUBA, 1985).

Realizamos contato prévio com a equipe do PROEG explicando a proposta da pesquisa, momento em que a coordenadora sugeriu alguns nomes a colaborar com a pesquisa. Também passamos a conversar com profissionais psicólogos perguntando se teriam contato de algum adolescente ou jovem que pudéssemos contatar para efetuar o convite de participante. Assim, concluímos a fase de campo sendo contemplados com a participação de três sujeitos maiores de idade, os quais, inicialmente, atendiam aos critérios de inclusão.

Os critérios de inclusão adotados foram: ser adolescente ou jovem egresso de medida de internação no estado do Amazonas; ser egresso há no mínimo doze meses; estar morando em Manaus; concordar livremente em participar da pesquisa após esclarecido os objetivos e método; em sendo menor, que o responsável pelo adolescente assine o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE); e sendo maior de idade assinar o TCLE.

Consideramos os seguintes critérios de exclusão, caso houvesse necessidade de desligamento de algum participante: aquele que a qualquer momento desistisse de participar da pesquisa, sem que isto lhe trouxesse algum tipo de comprometimento; impossibilidade de compreensão e realização das atividades propostas; mobilização

emocional excessiva que gerasse algum tipo de sofrimento ou desconforto ao participante impossibilitando a continuidade de sua participação.

Após a realização da etapa de campo com os três jovens, compreendemos a necessidade de excluir o terceiro participante devido ao fato deste ter demonstrado dificuldade no entendimento da atividade proposta e, mesmo realizando até o final, este processo resultou em dados confusos, fortalecendo o pensamento de que o jovem não poderia ser incluído como participante-informante da pesquisa. Os nomes a partir dos quais os sujeitos passam a ser apresentados são fictícios, escolhido pelos participantes.

O primeiro jovem a participar da pesquisa foi *Charlie*, 23 anos, pai de uma menina de três meses, solteiro, nascido em um município que dista 630 km de Manaus em linha reta, sendo 737 km por via fluvial, viveu sua infância e adolescência no seu local de nascimento. É egresso há seis anos. Veio para capital do estado do Amazonas após ter permanecido preso na delegacia de sua cidade natal por cerca de seis meses. Permaneceu esses meses na delegacia, pois alegavam em sua cidade que não havia vaga em Manaus para que ele cumprisse a medida de internação²¹. É o filho caçula de uma família com seis filhos criados pela mãe, cinco homens e uma mulher, diz que o pai os abandonou. Na época de sua apreensão morava com a mãe e dois irmãos, os outros estavam casados e alguns parentes já moravam em Manaus, a exemplo de sua irmã, com a qual foi morar ao receber o arquivamento de seu processo.

A vinda de Charlie para Manaus para cumprimento da medida de internação numa instituição adequada a esta finalidade, dependeu da mãe e outros familiares, relata que a mãe veio até Manaus falar com delegado, bem como foi até a instituição de internação para verificar a existência de vaga; na semana seguinte o jovem recebeu sua transferência para Manaus. Na época Charlie tinha 17 anos, chegou de madrugada sendo levado para a Cadeia Pública de Manaus, Raimundo Vidal Pessoa, lá permanecendo até o amanhecer em uma cela comum com outros presos – relata que esse fato se deu por ter sido transferido com dois presos maiores de idade e ao chegarem a Manaus precisavam realizar o procedimento padrão de exame corpo de delito no IML, porém foi dito que só os levariam pela manhã; assim ocorreu, após exame de corpo de delito foi transferido para unidade de Internação Assistente Social Dagmar Feitosa no bairro Alvorada. Na unidade de internação em Manaus permaneceu pelo período de oito meses recebendo o arquivamento em 2010, na mesma semana de sua saída Charlie completou

²¹ O estado do Amazonas possui 62 municípios, sendo a capital a única com unidades para cumprimento de medida de internação – 2 unidades de internação masculina e 1 feminina.

18 anos, diz que a liberdade foi o melhor presente de aniversário. Ao sair foi morar com a irmã, o cunhado e dois enteados da irmã. A mãe continua residindo na cidade de origem de Charlie, mas sempre que pode vem a Manaus, uma a três vezes no ano. O jovem concluiu o ensino médio pelo ensino supletivo. No momento da pesquisa trabalhava como agente de segurança.

Djemerson, segundo participante da pesquisa, 19 anos, solteiro, mora com a mãe, tem seis irmãos (dois por parte de pai e quatro do relacionamento de seus pais), pai falecido há quatro anos. É egresso há dois anos. É nascido e sempre morou em Manaus com a família, em um bairro da zona Sul, nos limites com a Zona Leste. Possui ensino fundamental incompleto, desempregado, “faz bico”. Praticante da religião cristã. Foi o único participante que sugeriu que nos encontrássemos em um shopping da cidade. A realização e a exploração do mapa ocorrerá neste encontro, sendo tomado os devidos cuidados quanto ao sigilo e conteúdo das informações. Na seção destinada às Trajetórias das Entrevistas é relatada como se deu esta experiência na perspectiva da pesquisadora.

2.1.3 Instrumento de pesquisa - Elaboração de Mapas Sociais

2.1.3.1 Cartografia social como estratégia de referência

A trajetória percorrida e vivenciada pelos adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo investigada nesta pesquisa, não é concebida como ocorrendo em um local abstrato ou sem referência concreta, mas em uma espacialidade constituída por demandas e fatores sociais, estruturais, políticos, econômicos. Do mesmo modo, não significa um conjunto de pontos demarcados pelo sujeito em uma relação descolada do tempo. Os espaços frequentados e de pertencimento modificam-se também na relação com o tempo. Não se trata, portanto, de sujeitos descolados da dimensão político-social, mas de sujeitos históricos, construídos e construtores da realidade em que estão inseridos, em um determinado tempo histórico e de suas próprias histórias.

Como já dito, a inspiração para a adaptação do uso dos mapas sociais parte da estratégia de elaboração de mapas sociais intitulada cartografia como modo de fortalecer a participação do indivíduo na construção de sua narrativa, destacando seus pertencimentos, recursos, fragilidades, a partir de um olhar próprio de suas vivências. A proposta adaptada a partir daí tem em comum o intuito de permitir e encorajar o sujeito

a se perceber nos espaços, identificando quais recursos ele identifica possuir em um local ou não. Todavia, as semelhanças não abrangem os interesses do uso da cartografia com identidades coletivas, pois não se trata, neste trabalho, de um fortalecimento de um grupo étnico ou comunidade. Do mesmo modo, a espacialidade não tem o mesmo sentido de território em se tratando da dimensão legal – abrangência da área geográfica, conflitos e tensões relacionadas à posse, permissão para usos dos recursos dos recursos, etc. Assim, o georreferenciamento não possui uma finalidade ao estudo. Mais que os pontos dos mapas convencionais, interessa a relação espaço-temporal e as mudanças ocorridas e identificadas no tocante à circulação e aos espaços aos quais se viam pertencentes.

Há pesquisas com egressos do sistema socioeducativo investigando histórias de vida, questões familiares, acesso a políticas públicas, processos subjetivos (produção de sentidos e significados) acerca da experiência de cumprimento de uma medida socioeducativa. Essas pesquisas têm utilizado basicamente como técnica metodológica a entrevista semi-estruturada (ALMEIDA e SILVA, 2004; BAQUERO, LEMES E SANTOS, 2011; MARINHO, 2013; SILVA, 2015; VIEIRA, 2011). A presente pesquisa, todavia, buscou gerar conhecimentos que, além de lançarem mão de recursos não usuais, elaboração de mapas, pudessem beneficiar os sujeitos pesquisados, apoiando-se nas bases da cartografia social por entender que, ao elaborar o mapeamento e compreender as relações construídas no espaço e território, fortalece-se o conhecimento sobre estas dimensões relacionais, ampliando recursos de enfrentamento das dificuldades e potencializando recursos.

A elaboração de mapas sociais em projetos multidisciplinares envolvendo comunidades e identidades coletivas revela-se rica na mobilização das pessoas e fortalecimento dos grupos. Referências do uso da cartografia na psicologia apresentam algumas diferenças, dentre elas a centralidade do método na perspectiva do indivíduo, no contexto das subjetividades. Não negamos nesta pesquisa a força e valorda coletividade, mas optamos por destacar a relevância da atenção às trajetórias singulares, tal como defendido por González Rey (apud SILVA, 2015). A autora em questão ao investigar a produção dos sentidos no sistema socioeducativo a partir da narrativa das trajetórias de vida destes destaca que:

É somente a partir do estudo do singular nos diferentes sujeitos e dos espaços concretos da subjetividade social que podemos construir conteúdos que expressem os teores emocionais e semióticos do fenômeno estudado. Pretendemos deixar explícito, na elaboração desses construtos, que cada

sujeito está marcado pela singularidade de como os processos subjetivos foram construídos de forma diferenciada em cada trajetória de vida (SILVA, 2015, p104).

Por conta do reconhecimento de que mesmo expressando a totalidade dos processos sociais, a trajetória é individual, buscamos e justificamos a adaptação da estratégia de cartografia social como um instrumento disparador que favorece uma compreensão dos processos psicossociais a partir de mapeamentos singulares.

A seguir apresentamos um breve quadro com o modo através do qual a cartografia como estratégia de construção de mapas sociais é prioritariamente utilizada por diferentes áreas.

Quadro2 - Cartografia para as ciências sociais e humanas

<i>Área de conhecimento</i>		
<i>Geografia</i>	<i>Antropologia</i>	<i>Psicologia</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhos adotam cartografia tradicional e outros a cartografia social; - Tradicional: traça mapas de territórios, relevo e distribuição populacional, uso de GPS; social: apropria-se da proposta apresentada pela ciência antropológica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhos com a cartografia social como meio técnico, são ensinadas técnicas de GPS e mapeamento, bem como busca registrar relatos e as representações sócio-espaciais no processo de auto-mapeamento, além de identificar situações de conflitos na forma de uso do território pelas comunidades tradicionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhos que exploram trajetórias cartográficas a partir da perspectiva foucaultiana, Deleuze, Guattari; - Faz diagramas de relações, enfrentamentos e cruzamentos entre forças, agenciamentos, jogos de verdade, enunciações, jogos de objetivação e subjetivação, produções e estetizações de si mesmo, práticas de resistência e liberdade. - Suely Rolnik utiliza da cartografia para falar de processos conscientes individuais.

Fonte: (Advícula, 2006; Cassab, 2014; Filho e Teti, 2013; Guattari e Rolnik, 1986; Gorayeb, 2014; Lima e Costa, 2012).

Nesta pesquisa, a adaptação realizada foi da proposta desenvolvida pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Esta deriva basicamente da literatura antropológica e compreende estratégias de fortalecimento de identidades coletivas. Consideramos que tal adaptação revelou-se útil à pesquisa psicológica, gerando novas perspectivas e visando o fortalecimento das mesmas e melhor compreensão dos processos psicossociais no transcorrer da trajetória dos jovens egressos.

Esse tipo de metodologia aponta para ferramentas e argumentos úteis para que os sujeitos tenham o seu momento singular de traçar não apenas seu espaço geográfico percorrido, mas ainda conhecer suas histórias e relações sociais estabelecidas. Segundo Lima e Costa (2012), os elementos “cartografados” nestes mapas, representam o produto das relações sociais que se manifestam no cotidiano das crianças e adolescentes, configurando a importância dos objetos para esses jovens como um elo de interação na sua reprodução sociocultural, onde estão incorporadas, historicamente, as normas de uso, podendo ser fruto tanto da tradição local quanto das políticas governamentais.

Na pesquisa realizada, buscamos explorar as oportunidades e desafios do método da cartografia social na caracterização e compreensão da trajetória de adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo.

O momento de encontro com o participante da pesquisa para a elaboração do Mapa Social ocorreu em duas etapas:

- A) Era proposto ao jovem a confecção do mapa sobre sua trajetória egressa. Enfatizamos que realizamos uma adaptação dessa técnica, uma vez que ela compreende estratégias de fortalecimento de identidades coletivas, mas consideramos que tal ação pode ser útil a psicologia, tanto na compressão de identidades coletivas quanto nas individuais visando o fortalecimento destas e melhor compreensão dos processos psicossociais no transcorrer da trajetória dos jovens egressos. Apostamos no recurso dos mapas sociais, uma vez que ela aponta para ferramentas e argumentos úteis para que os sujeitos tenham o seu momento singular de traçar não apenas seu espaço geográfico percorrido, mas ainda conhecer suas histórias e relações sociais estabelecidas.
- B) O segundo momento iniciava quando o jovem dizia ter concluído seu mapa, nesse momento dávamos início à exploração do material apresentado, deixando o participante livre para explicar seu desenho. Em seguida

utilizávamos algumas orientações pensadas de acordo com os objetivos da pesquisa (APÊNDICE A), bem como realizávamos outras perguntas a partir do conteúdo que emergia das falas do jovem. As orientações em anexo consistiram em um guia para aprofundamento sobre a relação entre a territorialidade, vivências, instituições, pessoas, recursos e problemas apresentados na trajetória de cada participante.

2.1.4 Procedimentos para construção dos dados

2.1.4.1 Trajetória das Entrevistas

No planejamento da pesquisa tínhamos a intenção de fazer uma pré-seleção dos sujeitos que poderiam participar da pesquisa a partir dos prontuários disponíveis junto ao Programa de Apoio ao Egresso (PROEG) após recebermos a devida autorização do CEP e da SEJUSC. Com devidas autorizações em mãos nos apresentamos à equipe do Programa com os objetivos da pesquisa. Já havíamos sido apresentadas, pesquisadora e coordenadora do PROEG, cerca de oito meses antes, durante o evento “I Seminário de Integração do Sistema Socioeducativo” o qual ocorreu nas dependências de uma universidade particular em Manaus, onde fui como convidada por um jovem egresso que há poucos dias havia entrado em contato com a orientadora da pesquisa, por meio telefônico.

Esclarecido nossos objetivos e autorizados a dar início à pesquisa realizamos algumas visitas ao PROEG para solicitar mais dados, esclarecer dúvidas e dar alguns retornos, conforme o andamento da pesquisa e análise dos materiais. No primeiro encontro “oficial” (com devidas autorizações para ir a campo e ter acesso aos dados institucionais), estavam presentes na sede a coordenadora do Programa e a Assistente Social.

Coordenadora e pesquisadora conversaram sobre a pesquisa, sendo solicitado que se possível a coordenadora ou alguém da sua equipe tivesse o primeiro contato com o jovem a ser convidado perguntando se o contato dele poderia ser passado a mim (pesquisadora), para que o (a) possível participante não sentisse sua intimidade e direito de sigilo violados (seu vínculo com PROEG e fato de ser egresso a uma medida socioeducativa). A coordenadora respondeu que não haveria nenhum problema e que

sempre ela tinha esse cuidado de primeiro falar com eles (os jovens) para saber se poderia passar o número deles quando solicitado. E disse que tinham vários contatos que poderiam ligar, casos que tinham dado certo e relatou algumas dessas “histórias de sucesso”, disse ainda que o programa possui um bom percentual positivo, que dos atendidos pelo programa poucos reincidem.

Pontuamos agradecendo se pudesse ligar para esses, mas que também seria interessante para pesquisa que conversássemos com os jovens que estavam fora “do padrão de sucesso” para ver justamente os possíveis contrastes, a coordenadora demonstrou compreender e relatou sobre dois casos. Ela ainda falou que os egressos são acompanhados pelo período de seis a doze meses formalmente, entretanto, nada impedia os jovens continuarem tendo acesso à equipe e ao espaço físico do PROEG, dizendo às vezes receber ligações pedindo orientação sobre alguma escolha que o jovem quer fazer ou até mesmo visitas informais no setor do PROEG “para falar sobre a vida”.

Foi-nos cedidos os relatórios de janeiro de 2015 até julho de 2016. Nesses pudemos verificar o número total de atendidos, entradas, saídas e reincidentes (vide Figura 3 e 4), bem como os itens que compõem o relatório a serem trabalhados pela equipe no acompanhamento dos jovens egressos.

Trajetória da Pesquisadora: encontro com Charlie:

Com a demora das autorizações institucionais para ter acesso aos prontuários e fazer o convite aos possíveis participantes, pensamos em uma nova estratégia para otimizar nosso tempo de pesquisa. Como nossa pesquisa é com egressos, ou seja, sujeitos que não se encontram tutelados pelo estado, não possuindo vínculo com qualquer instituição do judiciário, então, compreendemos que não necessariamente precisávamos de uma autorização para entrar em contato com possíveis sujeitos. Neste caso, buscamos jovens egressos do sistema socioeducativo que a pesquisadora ou alguém do meio cotidiano dela tivesse contato em decorrência de atividade realizada com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa há alguns anos.

A partir dessa possibilidade conversamos com alguns colegas de profissão explicando brevemente o objetivo da pesquisa e solicitando o contato que pudessem indicar de algum jovem egresso para que fizéssemos o convite à pesquisa. Desse modo, conseguimos conversar com Charlie através de uma amiga psicóloga, a qual possuía contato pela rede social Facebook com o jovem. Ela fez o contato prévio e o jovem a autorizou a passar seu contato de Facebook e WhatsApp.

No primeiro contato com Charlie por mensagem ele se mostrou já interessado em participar da pesquisa, não mostrou nenhuma ressalva em relação ao lugar sugerido pela pesquisadora (LABINS/UFAM), acreditamos que seja pelo fato de o jovem ter participado de uma pesquisa em 2011 realizada por uma aluna de graduação do referido laboratório, e também participado de atividades de projeto de extensão “Canto-coral” realizado dentro da unidade de internação sob coordenação da orientadora desta pesquisa no ano em que Charlie era interno. Acreditamos que essas questões permitiram que o jovem, dos três entrevistados, tenha sido o que mais se demonstrou a vontade no decorrer da entrevista, bem como nos contatos por telefone antes do dia da entrevista.

Trajetória da Pesquisadora: encontro com Djermeson:

Meu primeiro contato com o voluntário foi por mensagem de texto pelo aplicativo WhatsApp após a coordenadora do PROEG ter me passado contato de alguns jovens. No início ele pareceu meio receoso com meu contato, me apresentei e expliquei sobre o motivo de estar ligando para ele e pareceu ouvir atentamente, disse que nunca havia participado de uma pesquisa e parecia querer entender exatamente qual propósito da pesquisadora; fez perguntas “o que levou a senhora a querer estudar isso?”, “eu aceito participar, mas tem coisas daquela época que realmente eu evito falar porque eu lembro”. Ele perguntou o bairro que a pesquisadora morava, essa respondeu e ele disse que não conhecia, tivemos a impressão que queria saber onde pesquisadora morava, talvez por conta de algo associado a desavenças de grupos (no dia da entrevista soubemos que era associado ao tráfico de entorpecentes).

Conversamos por cerca de 40 minutos e tentamos combinar uma data para aplicação da coleta de dados no LABINS/UFAM, perguntamos se sabia onde ficava a universidade e o jovem respondeu que sim, porém não gostava de andar muito perto desse local, provavelmente por ter praticado assalto próximo a universidade (ele mora no mesmo bairro da universidade). Então o jovem sugeriu que poderia ser em algum shopping da cidade, e marcamos no Manauara shopping. Aceitamos, mas com a intenção de encontrar o jovem e tentar convencê-lo a ir para universidade como um local mais adequado para a entrevista. Marcamos o encontro em uma segunda-feira às 17h, pois ele colocou que tinha compromissos/reuniões na sexta, sábado e domingo.

Na sexta-feira, anterior ao dia combinado de nos encontramos, mandou mensagem perguntando se a entrevista não poderia ser neste referido dia, pois estaria livre até 19h30min. Combinamos de nos encontrar 16h30min na praça de alimentação do shopping referido acima. Djemerson chegou 17h30min, nos apresentamos

pessoalmente e li para ele o resumo da minha pesquisa, conversamos mais um pouco, ele contou sobre o tempo que esteve em um centro socioeducativo de internação (foi interno do Senador Raimundo Parente e do Dagmar Feitosa), falou dos processos judiciários, segundo ele eram nove, algumas vezes foi apreendido e tinham agravantes (seqüestro, porte ilegal de arma, roubo, apreensão com droga).

Ao sair da internação disse ter voltado para mesma vida e se isso não seria um problema, explicamos que não e que ele podia ficar a vontade para falar livremente como foi esse período para ele, que não sofreria nenhum tipo de censura, deixando bem claro que não possuíamos nenhum vínculo com sistema socioeducativo ou judiciário. Ele disse que cumpriu um PSC e LA após internação, que havia acabado de cumprir PSC (na igreja que frequenta). Perguntamos se foi uma progressão de medida, jovem respondeu que não, que já havia saído da internação há um tempo, que foi pego por outra situação; segundo ele alguns de seus processos sumiram porque ajudou M., foi testemunha de defesa dela.

Para pesquisadora, este encontro teria finalidade maior para estabelecer um *rapport*, nos conhecermos e eliminar algum caráter invasivo passível de ocorrer no momento de encontro direto para entrevista, e por achar que o ambiente da praça de alimentação do shopping não fosse apropriado para tal atividade. Contudo, o jovem demonstrou que havia ido com a intenção de participar da entrevista, explicamos que a atividade levaria um tempo, que não queríamos prejudicá-lo no compromisso das 19h30min e se ele não se importaria de falar algo e as pessoas ouvirem, que podíamos deixar para segunda-feira. Mas o jovem disse que dava tempo, demonstrando realmente não querer deixar para a outra semana, conforme combinado anteriormente; e sugeriu que fôssemos para área externa da praça de alimentação onde haveria menos barulho e assim fizemos.

Síntese das Trajetórias das entrevistas para a pesquisadora:

Das duas entrevistas, tivemos a sensação de que Charlie foi mais fluido, conversamos pouco ao telefone antes de nos encontrarmos no LABINS para a atividade de pesquisa, tivemos a impressão de ele estar à vontade, aceitou de primeira o convite e sem fazer muitas perguntas, acreditamos que isso também tenha transmitido certa tranquilidade à pesquisadora, aliado ao fato dela saber que Charlie já havia participado voluntariamente de uma pesquisa acadêmica.

No encontro com Djermeson houve uma situação inusitada à pesquisadora que a permitiu repensar as possibilidades e surpresas de uma pesquisa de campo. Ao

pensarmos o percurso metodológico de nossa pesquisa tratamos das questões éticas e de cuidado para resguardar o anonimato dos participantes e não expô-los, então, quando este jovem sugeriu de nos encontrarmos na praça de alimentação em algum shopping da cidade, aceitamos com intenção de estabelecer um *rapport*, nos conhecermos e não ficar algo invasivo o momento de encontro direto para entrevista.

Confessamos que a intenção era encontrar o jovem e tentar convencê-lo a ir para universidade como um local mais adequado para a entrevista. Levamos o material de pesquisa, no entanto, mantendo em mente que se a atividade de desenho do mapa e entrevista ocorresse, seria na universidade. Ao nos apresentarmos expomos um resumo da pesquisa ao jovem, conversamos mais um pouco e logo o jovem já estava falando sobre suas apreensões e passagens pelas unidades de socioeducação. Então ele falou “vamos começar?”, estava claro que Djermeson havia ido com a intenção de participar da entrevista, então “não tive como fugir”.

Buscamos ser sinceros e mostramos nossa preocupação com o local, colocando que a atividade levaria um tempo, que não queríamos prejudicá-lo no compromisso das 19:30 e se ele não se importaria de falar algo e as pessoas ouvirem, que podíamos deixar para segunda. Mas o mesmo disse que dava tempo, demonstrando realmente não querer deixar para segunda-feira, conforme combinado anteriormente; e sugeriu que fossemos para área externa da praça de alimentação onde haveria menos barulho e assim fizemos. Essa inquietação em que a pesquisadora se encontrou e a “insistência” de Djermeson em nos encontrarmos e realizarmos a atividade no shopping, bem como sua liberdade em falar sobre fatos de sua vida e de sua trajetória egressa “no meio” do shopping possibilitaram interpretações que são discutidas no capítulo de análise dos dados.

2.1.5 Procedimento de análise dos dados

Na perspectiva desta pesquisa que se ancora em uma Psicologia Social crítica, utilizamos como recursos teóricos, na análise do material, a psicologia histórico-cultural, bem como utilizamos dos referenciais sobre juventude, território, identidade e temática das medidas socioeducativas com foco nos egressos. Para a discussão de territorialidade optamos também por utilizar leituras da antropologia e geografia para nos ajudar na compreensão da categoria território dialeticamente no processo de constituição de sujeito observado por nós nos discursos dos jovens participantes da

pesquisa, na tentativa de dialogarmos transdisciplinarmente na análise dos mapas sociais.

Os materiais (mapas desenhados e transcrição do diálogo sobre o mapa) foram interpretados visando à construção de categorias. Apesar de nesta pesquisa utilizarmos interlocutores empíricos, os elementos teóricos foram a base para a análise e interpretação durante as diferentes etapas investigativas, sendo primordial a apropriação das teorias como ferramentas para a análise, compreensão e apresentação dos dados. A Análise de Conteúdo exige inferência do pesquisador o que já resulta numa não neutralidade por parte deste.

Para fins de análise e apresentação dos dados coletados a partir dos diálogos sobre os mapas para este estudo, fizemos uso da Análise de Conteúdos à luz de Bardin (2011), que é um método que auxilia na análise de informações e de dados qualitativos, propiciando novas compreensões sobre os discursos e o fenômeno investigado. Segundo Bardin (2011), este método permite que os dados brutos do texto possam ser transformados em categorias, como um processo de codificação, usando-se unidades de registro e de contexto para tal.

As unidades de registro ou de significação segundo Bardin (2011) são a unidade básica de contexto referente ao segmento de mensagem que auxilia na compreensão e codificação das unidades de registro. Dessa maneira, a partir da escolha da unidade de registro fizemos um recorte do texto a nível semântico ou lingüístico, baseando-nos respectivamente, ou no tema, ou na palavra ou frase.

Para Minayo (2001, p. 74), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. Na visão da autora, constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções: verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Tais funções podem ser complementares, com aplicação tanto em pesquisas qualitativas como quantitativas (Mozzato e Grybovski, 2011).

Nesta pesquisa utilizamos as três fases do processo de análise propostos por Bardin. Na primeira fase de pré-análise, foi realizada a organização dos documentos e o material foi transcrito na íntegra e organizado. O primeiro contato foi feito por meio de uma “leitura flutuante” a fim de captar as primeiras impressões e informações sobre os dados, tendo em vista os objetivos e as questões de pesquisa, assim foram elaborados os indicadores para a categorização e exploração do material.

Na segunda fase, de exploração do material, foram escolhidas as unidades temáticas de análises. É uma etapa importante por possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Neste momento a classificação e a categorização são a base para a agregação do material em categorias temáticas, sendo as categorias classes que reúnem um grupo de unidades de registro, sob o mesmo título.

A terceira e última fase se caracterizou pela análise propriamente dita, inferências e interpretação dos resultados. Uma etapa destinada ao tratamento dos resultados, havendo destaque às informações que possibilitam as interpretações inferenciais, momento que resulta em uma não neutralidade do pesquisador por exigir desse inferência, intuição, análise reflexiva e crítica, ainda que tudo isso tenha um embasamento teórico, não deixa de passar pela subjetividade singular da pesquisadora.

Os dados obtidos em campo se deram em dois contextos:

1. Visitas à sede do Programa de Apoio aos Egressos, onde os profissionais deram informações sobre o Programa;
2. Encontro com os jovens para a confecção e exploração do mapa.

Essas duas vias de obtenção de dados foram interpretadas tendo como base os referenciais sinalizados no início deste capítulo, sendo que o material resultante dos encontros (item 2) foram transcritos e submetidos ao método da Análise de Conteúdo de Bardin (2011). As resultantes desse método nesta pesquisa apresentamos a seguir.

Para fins de compreensão nos propomos a utilizar o método de categorização de Bardin no processo de análise do material áudio-gravado transcrito, porém sinalizamos que o mapa produzido pelos jovens tem grande valia também nesse processo de análise, uma vez que possibilitou aos jovens projetarem sua vida egressa ao sistema socioeducativo, bem como pôde ser um disparador de reflexão para o jovem sobre a sua própria vida, a respeito de algo, que até o momento de encontro para pesquisa ele ainda não havia pensado e/ou problematizado da forma que propusemos.

Para apresentação das categorias que sucedem, além de levarmos em consideração as fases de análise, também nos ancoramos no objetivo geral da pesquisa: fazer um mapeamento da trajetória de egressos do sistema socioeducativo, tendo como foco *a relação entre espacialidade, vivências e sentidos*, a fim de conhecer e compreender a realidade vivida por estes jovens.

2.1.6 Comunicação dos Resultados

Antes de adentrarmos nas categorias, nos propomos a descrever o que percebemos dos mapas desenhados. Três jovens participaram da pesquisa, tendo cada um produzido um mapa (desenho), e nenhum dos jovens teve acesso ao material produzido por outro participante. Como disparador utilizamos a seguinte fala como orientação básica: “Gostaria que você pudesse pensar e fazer um mapa, onde você pudesse mostrar os locais que você frequenta e que de alguma forma foram ou são importantes pra você, desde que você terminou de cumprir a medida socioeducativa. O formato exato não é importante, o mais importante é você colocar no mapa os lugares, as pessoas, as instituições que de algum modo marcam a sua vida e fazem parte desse tempo da sua vida.” (a intenção é acionar uma evocação mental das trajetórias, transferindo-as para o plano do mapa); (item I do roteiro, APÊNDICE A). Após isso explicamos que o jovem teria o tempo que considerasse necessário para realizar a atividade proposta; todos os três terminaram o mapa em menos de 10 minutos.

Assim que o jovem terminava seu mapa, solicitávamos que falasse livremente um pouco sobre cada item que ele havia desenhado, explicando seu mapa e que depois a pesquisadora faria mais perguntas sobre o desenho.

2.1.7 Análise dos mapas

Ao utilizarmos o termo análise, não o fazemos no sentido de uma redução cartesiana dos dados, mas sim ao procedimento de instruir inteligibilidade a partir de uma interpretação embasada em referencial teórico-metodológico adotado no presente trabalho. Os elementos contidos no mapa e nas narrativas construídas em torno deste serão compreendidas a partir do referencial histórico crítico dialético buscando compreender as contradições, bem como as diferentes posições e possibilidades pelos participantes apresentadas e atribuídas, as relações sócio-espaciais e temporais, interpessoais e institucionais em sua trajetória da condição de egresso.

2.2 Procedimentos Éticos

Com relação aos procedimentos éticos, considerando o que normatiza a Resolução 466/12 CNS, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM, o qual autorizou a continuidade da pesquisa gerando o registro CAEE 55546016.6.0000.5020 (ANEXO B). Do mesmo modo, solicitamos o termo de anuência junto a Sejusc visando autorização de acesso ao cadastro dos egressos junto ao PROEG/GEASE, documento que também nos foi concedido (ANEXO A).

Aos participantes que concordaram em participar da pesquisa foi apresentado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B). O referido documento foi assinado em duas vias por todos os jovens participantes da pesquisa, ficando uma via com o jovem e outra com a pesquisadora. Foi assegurada a todos a confidencialidade dos dados mediante sigilo profissional, resguardando a identidade dos participantes e outras informações, como local de moradia, etc. Desse modo, todo nome próprio presente neste trabalho não representa a real identidade do participante.

3 A TRAJETORIA EGRESSA: O CAMINHAR DOS JOVENS A PARTIR DE SEUS MAPAS SOCIAIS

3.1 Vivências pós-medida e espacialidade

A vulnerabilidade que torna os adolescentes suscetíveis à prática infracional é apresentada na literatura como persistindo na vida deles após o cumprimento das medidas. Autores destacam a importância de problematizar o contexto de origem e desenvolvimento desses sujeitos: famílias de baixa renda, trabalho infantil, violência intra-familiar, abuso de substâncias, entre outros (ALMEIDA e SILVA, 2004; ASSIS, 1999; CASTRO e GUARESCHI, 2008; MULLER et al, 2009; ZAPPE e RAMOS, 2010). Os resultados do presente estudo reafirmam as questões acima apontadas. No que se refere aos espaços de pertencimento e circulação dos jovens, mesmo que haja mudança de domicílio, cidade, bairro, escola, etc., estes não sofrem grandes alterações.

Conforme pontua Assis (1999) a violência se mostra impregnada no cotidiano de grande parte dos jovens envolvidos com atos infracionais, “parecendo até um princípio ordenador de suas comunidades” (Ibid, p. 69). Antes do cometimento do ato infracional, já contavam com uma precariedade de recursos, como baixa escolaridade marcada por um alto número de reprovação, pouca vinculação com a escola, dificuldade de aprendizagem, relações conflituosas, problemas de saúde, início precoce de trabalho e em condições desfavoráveis, ou para complementar a renda familiar ou para ter independência financeira e consumo de bens e serviços (ASSIS, 1999; BAQUERO, LEMES, SANTOS, 2011; CASTRO e GUARESCHI, 2008; NERY, 2006; SOUZA, 2013). Após o cumprimento da medida, poucos aspectos deste cenário modificam-se.

Dada a complexidade de ser egresso do sistema socioeducativo, Prado (2014) afirma que no retorno do adolescente em conflito com a lei ao convívio em sociedade, este retorna com uma nova identidade atribuída socialmente; não se tratando, na maior parte dos casos, do retorno de um adolescente, mas da chegada de ex-interno de uma instituição, com toda a conotação pejorativa que isso carrega. Este retorno, portanto, não pode consistir em uma “devolução” do jovem à sua família.

Condicionar a saída deste ao acolhimento familiar, à continuidade na escolarização e à perspectiva de empregabilidade sem considerar a problemática que envolve sua inserção nestes espaços quando este foi internado e, sobretudo, na pós-

internação negar a complexidade do processo, colaborando para a não-efetividade de mudanças expressivas em sua trajetória. Portanto, é factual a emergência de um programa de egressos que se faça presente na reinserção do jovem, contudo, a realidade apontada na literatura revela a omissão institucional no desempenho desse papel.

Uma questão é evidenciada através dos números do acompanhamento de egressos: que são extremamente baixos frente à atenção que o assunto requer e da gravidade do tema. Outra, porém, que não aparece nos índices, consiste na desorganização de políticas sociais voltadas ao jovem egresso. As poucas iniciativas que ocorrem não fazem parte de um sistema organizado e monitorado, como ocorre com as demais ações previstas no ECA e no SINASE. Portanto, não aparecem inscritas hoje na agenda governamental como uma prioridade (PRADO, 2014, p. 72).

Dentre as pesquisas envolvendo o sistema socioeducativo, aquelas realizadas com jovens egressos são em números menos expressivos, ainda que seja fundamental conhecer e compreender o que ocorre após o desligamento dos socioeducandos. A exemplo disto, registra-se que muitos internos de presídios passaram por instituições socioeducativas conforme pesquisas que investigam histórias de vida de presidiários ou ex-presidiários, o que indica uma continuidade com o crime (SILVA, 2003).

Por parte do adolescente ou jovem, o desejo pelo desligamento do sistema é também acompanhado pela ansiedade ao saber que vai sair. Esta pode expressar a necessidade de apoio para trilhar uma trajetória diferente. Contudo, para não reincidir, é preciso responder a modelos de subjetividade, adaptando-se a padrões normativos que, diante das condições de vulnerabilidade já citadas, as quais tendem a permanecer na vida destes sujeitos, parece ser inalcançável. Assim, a continuidade na trajetória infracional continua sendo uma forte possibilidade a esses sujeitos.

Em dados sobre a motivação e vinculação com o ato infracional, a questão da espacialidade, entendida como espaço onde as vivências se dão e onde são construídos e compartilhados sentidos que organizam a vida concreta e subjetiva, é uma categoria sempre presente nas narrativas acerca dos fatos. Ao ouvir adolescentes em medida de internação no Amazonas, Costa (2007) identificou que a vulnerabilidade ao ato infracional era inexoravelmente apresentada pelos próprios jovens vinculada à questão da espacialidade: bairro onde moravam, mudança de município, comunidade de pertencimento, etc.

De igual modo, Silva (2015) relata os sentidos subjetivos nas narrativas de adolescentes em cumprimento de medida também no Amazonas, destacando, também, a centralidade ocupada pelos espaços enquanto territórios, dos sentidos e relações aí

constituídas, como determinantes ao ingresso ou descontinuidade nas práticas infracionais.

A partir deste momento, apresentamos a trajetória de jovens egressos por meio de um mapeamento, o que nos permitiu observar os contextos estruturais e institucionais por onde circulam, bem como as relações construídas e desconstruídas nesse percurso. O que apresentamos como mapa consiste no produto realizado pelos participantes, quando solicitados a desenhar os espaços por onde circularam e as suas ações, desde o desligamento do sistema socioeducativo.

Contudo, os mapas não correspondem à evocação usual que faríamos de um mapa, efetivamente, com demarcadores geográficos, escalas aproximadas, demarcação territorial correspondente aos espaços físicos reais, sendo, antes, uma construção espaço-temporal (SANTOS, 2008), onde as vivências são atribuídas de sentidos. Estes, por sua vez, mostram-se mais relevantes que os mapas propriamente ditos, levando-nos a uma melhor aproximação e entendimento desse tema, para, quiçá, contribuirmos para pensar mecanismos de fortalecimento aos egressos do sistema socioeducativo frente aos desafios apresentados em seu cotidiano. Como dito, os nomes utilizados são fictícios, de modo a preservar a identidade dos participantes.

3.2 Charlie

3.2.1 Descrição do Mapa de Charlie

Charlie elaborou seu mapa em 3 planos horizontais, de forma sequenciada, iniciando do plano superior, da esquerda para a direita. Incluiu os seguintes elementos: casa, família, namorada, escola, primeiro emprego, amigos, baladas, segundo emprego, casa da tia, namoradas, terceiro emprego, mulher, casa, cursos. Destacamos, num primeiro olhar, que os elementos que integram o mapa de Charlie seriam elementos desejáveis no curso de vida de qualquer jovem considerado com uma boa inserção no contexto social: rede relacional composta por família, amigos e namorada, instituições formadoras presente, trabalho, lazer e moradia. Não consta no mapa elementos que sugerem exposição ao risco ou vulnerabilidade, como podemos ver a seguir:

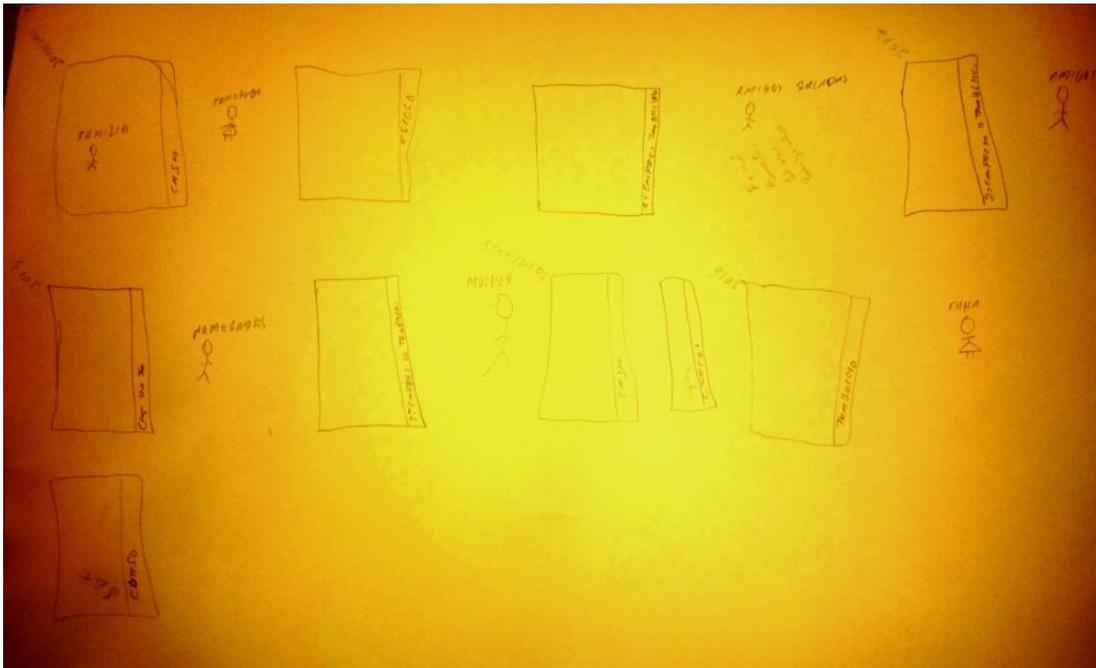


Figura 1 – Mapa social de Charlie
 Fonte: Material de campo - Vieira, 2016

3.2.2 Família e espaço de pertencimento

A trajetória de Charlie contada a partir do mapa inicia com o relato de sua chegada e permanência na casa da irmã, após ter saído da unidade de internação em Manaus, onde cumprira medida por aproximadamente oito meses. Charlie fala de sua saída demonstrando um sentido significativo importante ao retornar para casa. Usa o termo “ganhar a liberdade”, “ir pra casa”, demonstrando alegria em seu semblante com a situação lembrada. Este momento é representado no canto esquerdo superior com o desenho “família/casa”.

Ah, em seguida quando eu ganhei minha liberdade, né? Eu fui pra minha casa, a tão esperada... ((risos)) (Charlie).

Em termos de espacialidade, Charlie vincula “casa”, local de moradia, com “liberdade” e “família”. O espaço é nitidamente revestido de sentidos positivos, associados a este momento específico de saída da unidade privativa de liberdade. Contudo, as vivências afetam o modo como ressignifica sua história. Charlie então fala bastante de sua família, o quanto essa foi presente em sua vida ainda enquanto morava

em outro município do Amazonas, e após passar a morar em Manaus. Enfatiza que o ponto primordial para ter conseguido passar pelo processo de cumprimento de medida de internação e não reincidir ao se tornar egresso se deu por conta de todo suporte familiar com o qual pôde contar, relatando que muitos adolescentes que conheceu na unidade de internação não tinham isso.

(...) eu encontrei alguns adolescentes que do tempo que eu tava lá [na unidade socioeducativa] (...) um na verdade, tá bem melhor. Da época que saiu... tava lá, saiu de lá e foi procurar uma coisa melhor. E os outros três que eu encontrei, infelizmente, não (...) porque a maioria dos adolescentes que vão pra lá é de classe média baixa, né? E não tem muito... muitas oportunidades. E as poucas s que a gente tem a gente não é... muitas vezes não sabe aproveitar. *E a minha sorte por eu ter uma família bem... bem unida mesmo. Assim, não deixaram... não me abandonaram, todo tempo comigo*, eu acho que isso serviu pra mim, eu acho que isso foi... acho que um ponto bem positivo mesmo, *foi essencial* pra mim sair de lá e buscar o... algo melhor(Charlie)[*grifo nosso*].

Este jovem caracteriza sua experiência familiar como muito positiva no processo de permanência e saída do sistema socioeducativo, o que se apresenta de modo diferente em relação ao perfil dos socioeducandos e egressos do sistema em geral. Em uma análise histórica sobre a família, Reis (1989) define esta enquanto *locus* privilegiado de arregimentação do afeto e espaço privilegiado de estruturação da vida psíquica. Essa ganha destaque por ser vista como a instituição capaz de exercer maior controle sobre a vida de seus membros.

As relações estabelecidas dentro da família terão implicações nas condutas sociais futuras dos jovens e adultos. Portanto, a família pode ser não somente uma instituição de reprodução ideológica, mas, também de fruição do afeto e de suporte à estruturação subjetiva, pode se constituir um importante fator de proteção ou de risco, inclusive para a infração, dependendo de suas características, dinâmica e funcionamento, conforme apontam Ceolin (2003), Feijó e Assis (2004).

(...) agora já converso. (...) Eu já era assim, assim, eu não conseguia me expressar direito, não conseguia conversar com uma pessoa assim. Conversar normal. Eu sempre me fechava. Eu acho que devido alguns problemas familiares no tempo que eu morava no interior, eu acho que eu fui adquirindo (isso em mim), fui me fechando.(...) Porque na época era muito revoltado, né? Eu queria ter algo que minha mãe não... não podia, não tinha condições de me dar. Eu comecei a me envolver com traficantes, eu comecei a vender drogas (Charlie).

Apesar de estudos apontarem que muitos jovens autores de atos infracionais apresentam dificuldades intrafamiliares que podem se intensificar pelo cometimento da

infração, por vezes, a responsabilização do jovem a cumprir uma medida socioeducativa pode levar a família e o jovem a estreitarem os laços e desenvolver o diálogo, como identificamos na fala de Charlie.

(...). Aí foi no tempo que aconteceu... aconteceu o caso que aconteceu comigo e que eu vi o... eu vi, realmente, o que minha mãe suportava comigo. Porque pra mim, ela não... ela não gostava de mim, pra mim, ela não me amava entendeu? (...). E assim, aí depois eu... eu vi realmente o quanto ela sofreu, o quanto ela me ama e foi no tempo que eu comecei a pensar assim, que eu vi que meus irmãos... que eu brigava muito com meus irmão, meus irmão não aceitava o que eu fazia e eu brigava muito com eles. E foi os que mais me apoiaram na verdade, né? (...) (Charlie).

Na pesquisa de Assis e Souza (1999) com adolescentes infratores e seus respectivos irmãos e primos não infratores, elas apontam algumas diferenças na estrutura e funcionamento familiar. Enquanto os irmãos e primos haviam tido uma maior convivência com seus pais quando crianças, os jovens infratores vivenciaram uma instabilidade nos cuidados iniciais e um relacionamento mais distante com a família ampliada. Além das questões de relacionamento familiar, podem se apresentar como fatores de risco o baixo nível socioeconômico, as características da família, a ausência de apoio social e as situações de vida estressantes.

Outra situação importante identificada no discurso de Charlie é a melhora da relação com mãe após ter sido submetido à medida socioeducativa de internação. Esse jovem relata que antes havia pouco diálogo com a mãe, que sempre trabalhou, saindo cedo de casa para o trabalho e retornando ao final do dia. Com os irmãos também havia pouco diálogo. Ao se envolver com a prática de venda de drogas, os irmãos o aconselhavam, porém o jovem diz que não dava atenção. Após ter sido detido em sua cidade e vindo para Manaus cumprir a medida, o que poderia gerar um distanciamento ainda maior na relação com os familiares, se caracterizou no sentido oposto.

Mudou bastante. Principalmente com a minha mãe, porque a minha mãe, ela... no interior, assim, a vida... a criação dela foi bem... bem complicada, né?(...)Mas assim, ela era de uma maneira bem... como é que eu posso falar? Um pouco bruta assim (...). Trabalhava, ela saía quatro hora da... da manhã pra trabalhar e chegava seis hora da tarde, cansada e não tinha como dar atenção pra gente, não tinha como... como dar carinho e aquilo eu achava que... na época eu acho que ela não gostava de mim, que ela não me amava(Charlie).

As falas de Charlie confirmam os dados encontrados por Branco, Wagner e Demarchi (2008) que mostraram como a importância da família está centrada na figura

da mãe, que sempre foi a primeira a ser lembrada, e dos irmãos, com uma figura paterna distante ou até mesmo ausente. Nessa mesma perspectiva, Assis e Souza (1999), em uma pesquisa realizada nos estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, constataram que a maioria dos jovens vivia com somente uma das figuras parentais, sendo revelado um distanciamento da figura paterna, especialmente decorrente do abandono familiar e de morte, e a ausência da mãe nos lares, principalmente devido à necessidade de trabalhar fora (NARDI, 2010).

Observamos e confirmamos o que nos apresentam as literaturas sobre família, como um mecanismo de proteção quanto de risco, podendo ambos os aspectos coexistir na mesma realidade. Não pretendemos aqui responsabilizar a família pelo sucesso ou fracasso dos jovens, mas verificamos a necessidade de discutir sobre esta instituição na vida dos sujeitos, a qual faz parte do processo de maturação da subjetividade psíquica possibilitando que relações harmoniosas permitam empoderamento ao sujeito, para que o mesmo sinta-se valorizado, reconhecido como ser, o que reflete na sua auto-estima, no seu modo de perceber o mundo e se relacionar em outros contextos.

Nardi (2010), em sua dissertação de mestrado sobre percepções de jovens infratores sobre suas famílias, apresenta alguns fatores de proteção. Estes fatores, que podem auxiliar os adolescentes a não entrarem no universo delinquente ou ajudá-los a sair dessa trajetória, seriam uma rede de apoio social e afetiva, assim como relações próximas com a família (NARDI, 2010). Conseguimos identificar esses fatores de proteção claramente na fala de Charlie. Ainda que este jovem tenha se distanciado geograficamente de parte da família que permaneceu na sua cidade de origem, estabeleceu uma relação próxima com outros membros familiares, numa espacialidade onde obteve apoio social e afetivo, ou seja, o espaço e o sentido de acolhimento, proteção e distanciamento da prática infracional relacionados à vivência de pertencimento familiar.

Charlie relata diversas vivências significativas após o cumprimento da medida socioeducativa vinculadas ao período em que tinha como espaço de pertencimento e moradia a casa de sua irmã, em uma vila militar. Ao se tornar egresso, Charlie teve seus movimentos de circulação amparado por familiares que exerceram função protetora. Charlie parecia estar sempre resguardado e incluído em um contexto que conferisse um contexto de proteção ao mesmo. Além de residir com a irmã em uma vila militar – local que pode ser caracterizado por controle, vigilância e ordem, outros elementos de cunho ordenador também se associam a esta díade espaço-temporal, como a continuidade na

formação escolar, frequentando o curso supletivo, a obtenção do primeiro emprego por indicação de seu irmão e o namoro com uma jovem que residia na mesma vila onde Charlie morava.

Consideramos que esse espaço se constituiu, através das relações nele estabelecidas, em uma rede de proteção, que conferiu a Charlie recursos necessários para que ele se sentisse amparado e confiante em planejar suas atividades de acordo com seus interesses, bem como exercê-los autonomamente com o passar do tempo.

3.2.3 Escola como espaço de circulação/pertencimento e regulação normativa

A escola, bem como a família, é uma importante instituição para o processo de aprendizagem e a socialização. No caso de jovens que se envolveram com ato infracional, a evasão escolar, dificuldades de aprendizagem, reprovação, distorção idade-série, entre outros, evidenciam a complexidade e fragilidade da relação destes com a instituição escolar. Oliveira e Assis (1999), em pesquisa com 537 adolescentes infratores internados em três instituições do Rio de Janeiro, demonstrou um percentual elevado em relação à evasão escolar. Dos 537 jovens, 72,6% não estavam estudando no momento da internação, sendo que 108 eram analfabetos. Esses resultados revelam a baixa possibilidade de inserção destes jovens no mercado de trabalho, levando-os a realizar atividade de subemprego ou à reincidência.

Os jovens ao se tornarem egressos parecem não viver uma relação com escola muito diferente da anterior ao cumprimento de medida. Como egressos além de tentarem uma inserção no ensino público na modalidade do EJA (Educação de Jovens e Adultos) com objetivo de terminarem o quanto antes o período escolar, buscam por um emprego que, na grande maioria das vezes os fará ter que optar por este ao invés da escola, uma vez que, assim como a questão financeira se apresenta como um dos fatores principais para o envolvimento dos jovens com ato infracional.

Com dificuldades em se manterem na escola e terminarem o ensino fundamental ou médio, este último o qual abriria um maior campo de possibilidades de emprego, acabam por não conseguirem vivenciar a escola em uma dimensão mais ampla, como a socializadora, sendo, quando muito, local unicamente de obtenção de certificado de conclusão, por meio de uma formação deficitária. No caso de Charlie, sua trajetória

incluiu um retorno positivo à escola, no sentido de alcançar escolaridade mais elevada que a maioria dos egressos do sistema.

E fui pra escola terminar os meus estudos que eu não tinha terminado (...) Eu tava já no ensino médio já, terminando. (...) Aí fui fazer o supletivo pra terminar mais rápido (...) Aí foi que eu terminei e consegui meu primeiro emprego. (...) E como era pouco tempo, não dava pra fazer uma amizade assim, conhecia a pessoa, mas não tinha aquele vínculo de amizade mesmo. E terminava o período da aula, fazia prova e pronto, cada um ia pro seu lado e não mantinha contato (Charlie).

A fala de Charlie caracteriza bem a necessidade em concluir o supletivo para conseguir um emprego, descrevendo a escola como um dever a ser cumprido e não enquanto espaço socializador e promotor de descoberta das potencialidades. Cabe lembrarmos que este jovem se apresentou como alguém que tinha dificuldades em conhecer pessoas e conversar. Ainda que conhecesse um colega em sala de aula, não havia muito tempo para uma maior convivência, tendo em vista que todos naquele contexto tinham em comum a idade-série defasada e por objetivo a conclusão do período escolar.

O espaço escolar, na condição de egresso demonstra ser de fundamental importância para os jovens, razão pela qual devemos atentar para as dificuldades que envolvem o retorno do jovem a esse contexto, inclusive no caso de Charlie. Nery (2006) ao pesquisar a representação social do adolescente egresso sobre o processo de ressocialização entrevistou cinco jovens egressos de unidade de internação, desses, apenas dois informaram estar frequentando o ensino regular em escola pública. Em nossa pesquisa, como veremos a seguir, dos dois jovens participantes, somente Charlie concluiu ensino médio e pensa em cursar o ensino superior.

3.2.4 Emprego como via de socialização

Compreendemos que o trabalho se apresenta como potencial fator protetivo na vida de jovens, em especial egressos de medidas judiciais devido à prática infracional. Charlie relatou sobre a importância do emprego em sua trajetória, aspecto que aparece destacado em seu mapa, conferindo a este uma espacialidade enquanto novo território, o qual o jovem passou a circular e integrar. No tocante ao trabalho de egressos do sistema socioeducativo, Nery (2006) afirma ser recorrente no discurso dos participantes de sua

pesquisa, que é o trabalho, depois da escola, que aponta para a construção de suas perspectivas de futuro, ou seja, o que eles serão, o que eles farão.

Consideradas a origem histórica e social do trabalho, ainda que alguns não tenham consciência sobre as relações próprias ao modo de produção dominante do sistema que vivemos no país, “o significado elaborado socialmente pelo jovem em relação ao trabalho é da inclusão, da possibilidade de consumo, do status que a atividade profissional lhe pode conferir” (Ibid, p. 89), e de enfrentamento ao estigma de infrator que tende a persistir, mesmo após o processo de remissão.

Sobre o consumo, observamos que a sociedade é regulada por relações individuais e coletivas pautadas nesta lógica, onde aquele que tem ou pode ter seu objeto desejado, é visto com respeito, prestígio, ou melhor, “aceito”. A ideologia de capital e consumo vai de encontro com a expectativa desta sociedade, em geral, imediatista e individualizante. Existir socialmente depende, nesta lógica, da capacidade de consumo que cada indivíduo possui. E como ocorre em uma população que em sua maioria sequer possui suas necessidades básicas supridas para se sentir incluída no mercado de consumidor? Na literatura vemos que alguns adolescentes que cometem o ato infracional iniciam sua trajetória no trabalho em situação de rua: pedindo esmola, vendendo utensílios em sinais, limpando pára-brisas de carros, como ajudantes de obra, etc (ALMEIDA e SILVA, 2004). Para as autoras, este tipo de trabalho é percebido como um instrumento de proteção e uma estratégia de sobrevivência, ainda que expressem a condição de vulnerabilidade que atravessa a vida destes sujeitos.

Para Assis (1999) a prática do ato infracional é, também, um modo de sobrevivência. Em sua pesquisa infratores e seus irmãos não infratores, os jovens relataram considerar a prática de tal ato como um tipo de trabalho e ainda como uma possibilidade de ascensão social. A realidade da grande maioria dos adolescentes autores de atos infracionais em nosso país denota condições sociais precárias, fato que favorece, desde a infância, serem incluídos em atividades infracionais que geram sobrevivência, renda e possibilidade de consumo.

Charlie, assim como veremos em relação ao outro participante desta pesquisa, relatou que o ato infracional cometido estava ligado diretamente à questão monetária, especificamente, ao tráfico de drogas. O tráfico, o roubo, o assalto, são modos de obtenção de renda comum ao cotidiano desses jovens que conviviam com pessoas associadas ao tráfico, possuem baixíssima possibilidade de ingressar no mercado de trabalho pela baixa escolaridade, somando a falta de experiência laboral. Em sua grande

maioria, quando conseguem um trabalho este demanda grande esforço físico e baixa remuneração, por exemplo, ajudante de obra, carregador de mercadorias; sem contar a inexistência de um vínculo com o empregador, o que deixa o adolescente/jovem desassistido em seus direitos trabalhista.

Se o fator econômico foi propulsor ao cometimento de ato infracional, esse fator continua a ser valorizado pelo jovem na busca de um emprego formal, que, agora, mais que antes, torna-se imperativo como forma de inclusão e proteção dele em sociedade. Charlie compartilhou conosco o reflexo positivo do emprego para que conhecesse novas pessoas e ouvir conselhos de pessoas que não faziam parte do seu círculo familiar, ampliando qualitativamente, pela espacialidade do trabalho, suas vivências. Em seu mapa, destaca o primeiro emprego e segundo emprego, conferindo a eles espacialidade vinculada a relações e novas inserções em termos de lazer, estabelecidas a partir daí: “amigos” e “baladas”.

Nesses dois [empregos] (...) eu saí de uma e fui pra outra, né? Já em 2012 pra 2013 foi o tempo que eu conheci alguns amigos que realmente valeram a pena eu ter conhecido, né? Que me incentivaram, que... me ajudaram de uma certa forma, de uma maneira positiva. (...) do Dagmar Feitosa [saída da unidade socioeducativa], (...) passou uns meses eu conheci essa... logo depois que eu saí, a primeira namorada e até então, até eu conseguir o meu primeiro emprego eu não tinha amigos.

(...) Aí nesse tempo eu conheci pessoas bem... bem interessantes assim, (...) bem legais que dava pra levar pro... pra uma amizade bem longa, prolongar a amizade. Foram as pessoas que conversavam comigo. Aí me incentivava a... a estudar, me incentivava a voltar a estudar, procurar um curso, fazer curso superior. E eu ouvia o que eles falavam, mas eu não fazia, não seguia o conselho deles. Eu sempre mantinha aquela... padrão de trabalho e era namorada, trabalho, namorar e eu esquecia do resto (Charlie).

Observamos no relato de Charlie o quão positivo foi ingressar em uma atividade empregatícia, a qual possibilitou que ele ampliasse seu quadro de amizades, bem como progredisse no seu modo de se relacionar com as pessoas. Para nós é muito significativo quando expressa que até conseguir o primeiro emprego, não tinha amigos. O trabalho possui centralidade na subjetividade humana e ultrapassa a problemática econômica, como visto no relato de Charlie, tendo reflexos também no campo da vida afetiva dos sujeitos. O trabalho mostra-se importante na construção de um projeto de vida na medida em que tem como pressuposto o desenvolvimento de competências envolvendo diversos contextos e níveis de relação, como o social e o familiar (BADARGI, ARTECHE e NEIVA-SILVA, 2005). Além disso, a relação que o indivíduo estabelece

com o trabalho, seja na procura ou na perda do emprego, constitui um dos principais alicerces para o desenvolvimento de projetos de vida (SARRIERA, 1993).

A respeito das vivências de Charlie vinculadas aos empregos que possuiu, tendo em vista os objetivos da pesquisa, destacamos que o trabalho ocorre em um espaço. Trata-se de um trabalho humanizado e socialmente significado, realizado por homens coletivamente em instituições sociais humanas, no sentido de que é habitado e significado pelo homem. Tal como afirma Sawaia (1986, p. 94), “o espaço e o espaço construído passam a ser entendidos como algo inerente à dimensão humana, aos homens como tal”, o que nos permite compreender os espaços de trabalho assinalados no mapa e na trajetória de Charlie, como espaços inerentes à sua condição de sujeito, inscritos em sua história, dotados de sentido, estes, positivos.

Os empregos na vida de Charlie tiveram, pois, um caráter extremamente importante para que ele vivenciasse novas formas de socialização e recursos interpessoais, e ainda intrapessoais, uma vez que notamos mudanças pessoais sucessivas na vida desse jovem. Comparamos a vida egressa de Charlie ao processo em que a criança começa a andar, a ensaiar os primeiros passos, mas requer apoio, segurança em termos de estabilidade para ousar movimentos mais independentes.

Na linha do tempo traçada por ele ao descrever seu mapa, o jovem diz continuar a ter dificuldades em fazer amizades, o que não é facilitado nas vivências contextualizadas no espaço do curso supletivo. Consegue o primeiro emprego, pede pra sair desse emprego, mas a partir desse, passa a fazer mais amizades e a procurar emprego sozinho, distribuindo currículos, pesquisando sobre o mercado de trabalho na área militar que, segundo ele, sempre foi um dos seus desejos.

Na perspectiva espaço-temporal de Charlie, este revela uma trajetória onde gradualmente ganha força e se torna mais autônomo, sugerindo que a autonomia se revela em dimensões individuais: sentiu-se motivado e preparado para empreender busca por novo emprego, sem a interferência familiar; relacionais: amigos e namorada; e espaciais: ampliou seu território de circulação, indo além dos espaços antes vinculados às experiências mais restritas às vivências familiares

3.2.5 Novos espaços relacionais: amizades, namoro e diversão social

Pesquisas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa ou egressos apresentam aspectos relacionados ao vínculo, amizade, namoro, vivência de uma religião (BAQUERO, LEMES e SANTOS, 2011; COSTA, 2005; MARINHO, 2013; NERY, 2006; VIEIRA, 2011). Em relação ao namoro, Charlie destaca, ainda no primeiro plano do mapa, a namorada com quem se relacionou quando morava na vila militar. O jovem não aprofunda acerca da relação, contudo pontua especialmente este acontecimento em sua vida, atrelando-os aos demais que remetem ao período de permanência maior junto à sua família. Sugere que neste primeiro momento, sua espacialidade, narrada em torno das pessoas com quem mantinha contato e das atividades que realizava, era restrita aos espaços de pertencimento familiar. A namorada, ainda que vinculada geograficamente ao mesmo lugar de moradia, surge na fala do jovem representando uma ampliação em sua, até então, limitada rede relacional.

Era só... só ela mesmo e alguns conhecidos assim do bairro que... que não sabiam o que tinha acontecido e eu também não falava(Charlie) [grifo nosso].

No que se refere aos amigos, os jovens falam da importância destes para entrar no mundo do crime, amigos para sair da prática de atos infracionais: amigos que incentivam, que possibilitam conhecer novos espaços, amigos que aconselham. Charlie relatou que no primeiro emprego, quando ia pedir demissão, seu chefe conversava com ele e dizia para ele repensar, que estava de cabeça quente pela situação e depois retornar. Este aspecto refere-se ao vínculo, que pode ser potencializador do risco ou protetivo (COSTA e ASSIS, 2006). Consiste em uma ligação afetivo-relacional que permita ao jovem ancorar seu ponto de apoio.

A relevância do vínculo afetivo abrange qualquer idade, apesar de muito destacar-se na literatura a idade infantil como dependente e carente do outro para o processo de aprendizagem e troca de afeto. Aspecto destacado por Boris Cirulnyk (2004) ao falar de “tutores de resiliência”, ou seja, pessoas presentes na vida de cada um que favorecem a manutenção de um sentido positivo atribuído a si mesmo, movendo recursos para melhor enfrentamento das adversidades, o vínculo é a ligação dotada de qualidade afetiva, marcando a existência subjetiva. Estar com o outro é também uma forma de auto-reconhecimento, posto que nossa existência é reafirmada na presença de um outro. Charlie destaca o quanto estas vivências foram significativas:

Aí depois que eu consegui o meu primeiro emprego aí sim, tô passando um certo tempo que deu pra mim conhecer algumas pessoas. E naquele tempo ainda tava meio... não pensava na minha vida, assim, o que eu queria pra mim e acabei conhecendo algumas pessoas boas e outras pessoas não tão muito boas, né? Porque foram pessoas que eu fiz amizade de novo e comecei... voltei a beber de novo, eu bebia bastante nessa época. (...) Mas têm algumas pessoas que chegam com você e te incentivam,... te aconselha fazer... não fazer certas coisas. Têm pessoas que te dá um apoio moral assim, chegar pra você e você querer desistir de alguma coisa e chegar lá com você e conversar e fazer a pessoa ver, realmente, como é que é a vida (Charlie).

O grupo de amizades é trazido na fala de Charlie revelando uma ampliação dos seus espaços de circulação, incluindo ambientes de lazer e diversão. Todavia, em sua fala, sugere que as amizades por vezes podiam colocá-lo em risco e, em outros momentos, podiam ser motivadoras à desvinculação de comportamentos que o expunha a situações vulneráveis. Segundo Branco et al (2008) a adolescência é um período crítico no desenvolvimento das relações sociais e, neste período, os vínculos deixam de ser centrados na família.

Normalmente, deslocam-se para a relação com os pares, sejam colegas, amigos ou parceiros românticos com os quais o jovem se sente apoiado. Através dessas relações os jovens sujeitos desenvolvem recursos de socialização, compartilhando experiências, emoções e conhecimentos. Contudo, o desenvolvimento da adolescência saudável requer um equilíbrio entre o apoio da família, associações formais (como professores) e apoios informais, tais como amigos e pares da mesma idade (JOHNSON, WHITBECK&HOYT, 2005 apud BRANCO et al, 2008).

A formação de vínculos afetivos irá influenciar na adaptação ou no sentimento de desajustamento por parte do indivíduo (CEOLIN, 2003). Portanto, o fortalecimento dos vínculos, apontado por Costa (2007) como crucial durante o período em que o jovem cumpre sua medida socioeducativa, é igualmente importante quando este se torna egresso, momento em que voltará a caminhar “sozinho”, ou seja, sem a assistência direta de uma instituição e de profissionais da área socioeducativa. A instituição que aplica a medida constitui, muitas vezes, a fonte de apoio social mais próxima e organizada na vida do adolescente infrator, podendo favorecer uma vinculação mais positiva entre o jovem e sua família.

Costa e Assis (2006) afirmam que no contexto de cumprimento de medidas os vínculos afetivos formam a base do apoio social, a qual confere uma sensação de segurança ao adolescente, fortalecendo-o para o enfrentamento das situações adversas. E acreditamos que essas experiências de vínculos positivas vão repercutir na vida

egressa do adolescente, do jovem. Siqueira, Betts e Dell’aglio (2006) ressaltam que os adultos são vistos pelos jovens como as principais fontes de apoio, sendo que em instituições de acolhimento, os monitores funcionam como esse apoio devido à proximidade e permanência junto aos indivíduos atendidos, corroborando o que Costa e Assis (2006) defendem, enquanto uma maneira das instituições promoverem o fortalecimento dos vínculos sendo através da aproximação dos jovens com os adultos que participam do processo socioeducativo (COSTA e ASSIS, 2006).

Em sua fala, Charlie sugere que os vínculos afetivos constituíram a base de apoio social em sua vida pós-cumprimento de medida, revelando a importância destes para auxiliá-lo em um momento que “não tinha muita noção”.

(...) tava bem novo eu tava e não pensava muito. (...) Não pensava muito na minha vida, né? assim, o que eu queria pra mim, eu ainda num... não tinha uma noção do que realmente eu queria fazer (Charlie).

Nessa fala também observamos a reprodução do discurso que o jovem não sabe o que quer, e inferimos que essa é uma forma de valorizar e reconhecer a importância de outra pessoa como um ego-auxiliar e referência para as escolhas a serem feitas pelo jovem. Durante toda a entrevista notamos no discurso dele a forte presença de pessoas significativas pelas quais ele se sentia acolhido, compreendido e motivado a buscar algo para seu crescimento pessoal e profissional, e o quanto aquelas pessoas foram importantes para o processo de desvinculação do jovem com a identidade infratora. Do mesmo modo como os vínculos construídos por Charlie nos espaços onde circulava organizaram-se de modo protetivo, estes poderiam ter produzido efeito diferente. Acerca da complexidade das relações que se estabelecem nos espaços sociais, Carrano (2003) argumenta que

[o] entorno social imediato tem grande influência na vida social dos sujeitos. As relações que os jovens estabelecem nos espaços das cidades são resultantes de *constelações de circunstâncias* que definem a conjunção dos efeitos sociais de cada sujeito sobre si mesmo e outros. Fatores tais como sexo, faixa etária, classe social, ocupação, lugar de origem territorial, família, instrução, estigmas pessoais ou envolvimento relacionais são de fundamental importância no processo de formação dos grupos e amizades. A influência de cada um deles será maior ou menor segundo cada configuração social específica e estrutura social dominante (CARRANO, 2003, p.155).

Espacialidade, vínculo e relações que envolvem a condição, características de cada sujeito, além das relações estruturais de poder, integram o processo de formação de

amizadas, aspectos que devem ser considerados ao pensar os desafios a serem enfrentados por egressos das medidas socioeducativas.

3.2.6 Novos espaços e novas configurações em torno da família

O segundo plano do mapa de Charlie inicia com ele apresentando uma espacialidade bastante distinta da anterior. O jovem se muda para a casa de sua tia, em outro bairro da cidade de Manaus, o que entendemos como um novo ciclo em sua trajetória. Momento esse em que o jovem é demitido do segundo emprego e passa a procurar pelo terceiro continuando a exercer e reafirmar sua autonomia como um jovem que enxerga possibilidades positivas em meio a adversidades.

Para haver uma mudança de percepção, é preciso que o indivíduo esteja implicado em um novo enfrentamento com sua realidade, problematizando a realidade conflitiva. “Com isso, o sujeito necessita de “uma “apropriação” do contexto, numa inserção nele, num já não ficar “aderido” a ele; num já não estar quase sob o tempo, mas nele” (FREIRE, 2001, p. 47). Nesse sentido, observamos que a trajetória de Charlie desvinculada de práticas violentas e infratoras não ocorreu exclusivamente por ele ter tido uma ampla inserção em espaços e relações positiva, mas também por se mostrar reflexivo sobre suas vivências, como disse Freire não estar sob o tempo, mas nele. Procurando aprender com as adversidades.

É. Eu acho que nem... como um dia eu tava conversando com meu irmão, ele falou que às vezes não é bom a gente esquecer o que a gente fez de ruim, pra gente lembrar lá na frente quando você quiser desistir ou quiser fazer alguma coisa que não vai ser bom pra você... você para e lembra do que você já passou, do que você já fez e seguir um caminho diferente (Charlie).

Além de não perder o contato com sua família nuclear, este jovem tem experiências positivas com outros membros familiares. Em nossa observação a sua vida egressa parece destoar da realidade vivida pela maioria de jovens egressos, em que esse apoio familiar o permitiu concluir os estudos ao invés de ter que escolher entre escola ou trabalho, e no momento que esteve desempregado a família permaneceu presente não caracterizando uma cobrança, mas uma compreensão por parte da tia que o convida a morar em sua residência.

Aí foi onde é que eu... um dia minha tia conversou comigo, ela fez eu abrir os meus olhos de novo e correr atrás. Aí foi no tempo que eu entrei na terceira empresa, trabalhei... acho que tava que... acho que tava com uns seis meses já na empresa e eu conheci minha... a minha ex-mulher.

(...) Na verdade foi ela que me chamou pra morar com ela [tia]. E eu me dou super bem com meus primos, com os filhos dela. E eles também falaram, conversaram comigo pra mim ir pra lá fica um tempo com eles. Aí eu fui. Foi bom, não tenho... e foi bom que a gente sempre conversava. A gente conversa na verdade, bastante (Charlie).

Esse segundo momento apresentado no mapa foi um período em que o jovem, segundo ele, não estava pensando direito, a tia veio conversar e transmitiu um diálogo empático e acolhedor, ainda que o lugar fosse um bairro considerado perigoso, o lugar se apresentava favorável em detrimento dessa relação com a tia e primos. Mais uma vez, o espaço apresentado como um campo muito além de uma localidade física e objetiva, mas ainda dinâmico, constituído e elaborado pelas relações e possibilidades da cotidianidade apresentada.

Aí do tempo que eu vim pra cá pra casa da minha tia foi no tempo que eu já tava... já tava pensando mais, que assim, eu tava escolhendo mais as minha amizade, já tava... E aqui também eu fiz poucas amizade assim, que eu tenho até agora. Porque nesse bairro aqui, apesar de ser zona sul, é considerada área vermelha da... da Polícia Militar e...e assim, as pessoas que... que moravam ao redor, gera... geralmente é envolvido com alguma coisa, né? E eu... eu conversava, falava, mas eu sempre me afastava deles. E as pessoas com quem eu me relacionei lá que eu tenho amizade até hoje também são bem poucas pessoas, são dois, três vizinho lá, eh... tem a senhora do mercadinho a dona Glória que é uma ótima pessoa. E só eu acho. São bem poucas pessoas mesmo assim (Charlie).

Ah, onde eu morei com a minha ex-mulher também era um pouco... era... é na verdade.(...) Eu morava alugado. A vizinhança também não era tão... tão boa. E assim, eu procurava falar o mínimo que eu podia... que eu com... com essas pessoas. Tipo, por eles ser envolvido com certos tipos de... de coisas que... eu não acho bom ter... ter amizade com essas pessoas. Assim, a minha vida com a minha... com essa minha ex-mulher foi praticamente só nós dois ali. A gente trabalhava junto no mesmo horário, a gente ia pro trabalho junto, voltava junto pra casa. A gente saía, final de semana saía, ia no restaurante, ia no cinema, ia no shopping, ia passear, a gente sempre tava fazendo uma... uma atividade diferente assim, sempre que a gente podia (Charlie).

Pensando que este jovem teve um passado de envolvimento com ato infracional e entorpecentes quando era adolescente, observamos que mesmo residindo em bairros em que contextos de vulnerabilidade estavam presentes, ele neste momento utiliza da sua experiência para ponderar as escolhas referentes a amizades. A complexidade das relações sociais demanda um grande investimento no desenvolvimento da capacidade reflexiva dos sujeitos que participam simultaneamente de muitas redes sociais e

precisam lidar com intensivos fluxos de informação, comunicação e sociabilidade (CARRANO, 2003). Desse modo, o processo de exercício da autonomia exigiu de Charlie uma compreensão que relacionasse seu passado com presente e desejos futuros, em uma lógica que conferisse sentido ao mesmo.

Este segundo plano do mapa de Charlie, que se passou entre os anos de 2013 a 2016, foi caracterizado por um momento de receptividade na casa da tia, bem como o momento de transição para total independência, no sentido de sair da casa de parentes para constituir sua própria família. Conheceu sua mulher no terceiro emprego e foram morar juntos. Posteriormente veio a responsabilidade da paternidade.

Eu vim assim, pensar mais, eu vim buscar mais depois do tempo que eu morei na casa da tia minha, o período que eu morei lá, que eu comecei a buscar, consegui emprego, conheci a... a pessoa com quem eu convivi durante um certo tempo. E de lá a gente foi... eu fui mudando, fui tendo mais responsabilidade. Aí foi o tempo que ela... separou e ela engravidou, eu senti o peso mesmo, uma responsabilidade. E como eu tô agora, assim, a minha filha tá com dois meses, vai fazer três meses de vida. É uma coisa assim, é uma coisa boa, né? Mas é uma responsabilidade muito grande você ter uma... ter um filho e... ser pai de primeira viagem você fica assustado, você fica... ansioso pra ver ela. Eu fico. Mas assim, é uma coisa *positiva* pra mim, porque fez eu pensar mais na minha vida, fez eu buscar mais... fez eu ter mais responsabilidade, e não pensar só em mim, pensar nela também (Charlie) [*grifo nosso*].

O jovem Charlie parece estar sempre se referindo a alguém familiar: mãe, irmãos, irmã, tia, primos, companheira e a filha. E esta última o mobiliza de tal modo, que o jovem passa a repensar sua área profissional no momento da pesquisa, segurança privada, por achar muito perigosa agora que tem uma filha que depende dele. Compreendemos a família como sendo um dos pontos da rede de apoio que o sujeito necessita para um desenvolvimento harmonioso e está diretamente associado aos recursos que ele demonstrou possuir no seu processo de desvinculação com práticas ilícitas.

3.2.6.1 Paternidade: nova identidade, reorganização dos espaços, novo projeto de vida

Segundo o jovem a ex-mulher ficou grávida após a separação e mantém um bom diálogo apesar do término. Depois da separação ele continuou morando no mesmo

bairro, mudando apenas a localização da casa: passou a dividir aluguel com a irmã que também havia se separado, a mesma que o recebeu na Vila Militar quando Charlie recebeu o arquivamento da medida socioeducativa. Ele ainda relata que o irmão mais velho deles mora na mesma rua.

Nesse momento em que passa a compartilhar sua vida com uma companheira, ele também procura realizar o desejo que possuía há um tempo, ingressar na área militar.

Assim, porque eu sempre quis ser militar, mas eu nunca tive oportunidade ainda. Porque eu já fiz alguns concurso, já fiz prova da... da... pra sargento do exército e fui pra fuzileiro. Aí eu fui pesquisar na... nessa área de segurança privada e gostei, eu me interessei. Foi o tempo que eu fui procurar, né? Que eu busquei a... fazer cursos. Foi o tempo que eu fiz os meus cursos, terminei todos os meus cursos que eu... na terceira empresa também eu pedi pra sair. Aí eu pedi pra me demitirem, aí me demitiram com todos meus direito e passei a trabalhar como segurança na empresa que eu tô atualmente (Charlie).

No primeiro plano de sua trajetória egressa ele já tinha ampliado a dimensão de sua espacialidade e vivências em relação à: primeira namorada, escola, primeiro emprego, amigos, consegue o segundo emprego; no segundo plano muda de bairro indo morar com a tia, então começa a trabalhar em uma terceira empresa exercendo o mesmo cargo dos empregos anteriores, operador de máquinas; muda de bairro novamente passando a residir com sua mulher, e começa a se planejar para ingressar na área que sempre teve interesse, passando a investir nesse contexto, bem como avaliando suas possibilidades diante de um acontecimento que veio exigir uma nova organização de seus planos, o nascimento da filha.

Aí foi o tempo que eu comecei a fazer esses cursos na área de segurança, né? Aí eu fiz bastante na verdade, eu me aprofundei um pouco mais. Mas assim... e agora eu tô querendo mudar de área de novo. Porque agora tem a minha filha, né? E essa área de segurança é muito perigosa (Charlie).

Eu tive que refazer os meus planos de novo, porque eu queria me aprofundar mais nessa área de segurança e eu queria fazer gestão, Gestão em Segurança Privada.(...) E se não fosse minha filha eu ia correr esse risco e ia correr atrás pra conseguir, mas eu não posso correr risco agora porque tem uma pessoa que depende de mim. E eu tô mudando de área, tô fazendo outros cursos, tô fazendo curso técnico em eletricidade, que é uma... uma área que sempre tem vaga disponível de emprego. É uma área boa pra trabalhar que... e que você pode fazer vários tipos de serviços assim, não precisa só... depender só do emprego (Charlie).

Mas eu tô fazendo uma reserva porque eu quero comprar um apartamento pra mim (Charlie).

Charlie demonstra se sentir realizado em suas escolhas, sendo um jovem que atua em uma área que se identifica, ainda que esteja repensando sua permanência nessa área nesse momento, confiante na atividade exercida. Identificamos um ponto extremamente importante na trajetória de Charlie: pensar sobre o futuro. Acreditamos que esse pensar tem total relação com as configurações estabelecidas com a família e com o trabalho/amigos, e nesse momento principalmente a filha, buscando sempre avaliar o que é bom ou não para seu futuro, e assim pautar suas decisões. Houve momentos em que avaliou os amigos, em outros o emprego exercido e seu real desejo. Desse modo, compreendemos que Charlie conseguia ser reflexivo sobre o que acontecia a sua volta, assumindo as responsabilidades e tomando-as como um fator propulsor para “buscar mais”.

Costa e Assis (2006), ao discursarem sobre fator de proteção, referem-se à construção de um projeto de vida, pois vislumbrar o futuro e planejá-lo estimula o interesse na conquista da felicidade. A ausência de um projeto de vida está relacionada à vulnerabilidade de jovens que estão ou passaram pelo sistema socioeducativo. Esses jovens estão expostos a riscos frequentes durante a vida, o que resulta em uma perspectiva de um futuro frágil ou até mesmo inexistente (COSTA e ASSIS, 2006). Um projeto de vida pode ser definido como o desejo que se coloca em movimento construindo a história do indivíduo (AYRES, 2004). As intervenções feitas com adolescentes em conflito com a lei mostram que a ressignificação do ato infracional envolve a possibilidade de construção de um projeto de vida (JACOBINA e COSTA, 2007).

Observamos durante a entrevista que o jovem sempre se referia a alguém o estimulando a seguir em frente, pensar no futuro, e aqui reafirmamos a importância de uma figura ou figuras de referência na vida do egresso. Nesse sentido, Charlie demonstra ser um jovem que consegue planejar suas atividades e interesses projetando-as em um tempo e espaço que se apresentam como uma realidade possível e palpável, bem como praticar sua autonomia juvenil, assumindo responsabilidades e sem que perceba tem construído uma trajetória protetiva a si próprio, estabelecendo metas, ganhando confiança da família e auto-confiança.

3.3 Djemerson

3.3.1 Descrição do mapa de Djemerson

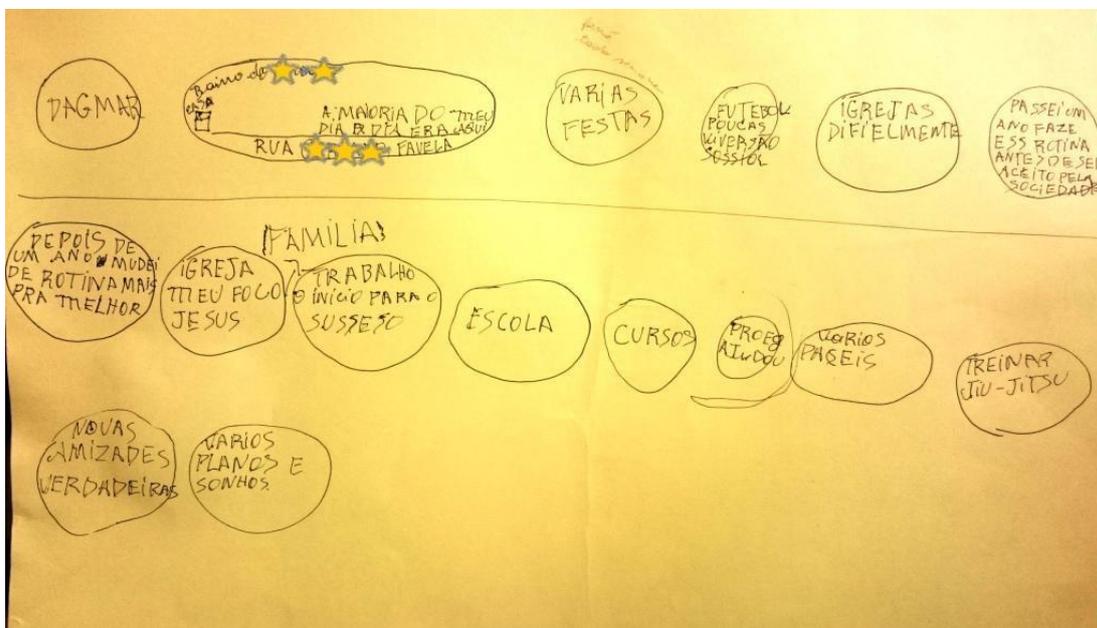


Figura 2 – Mapa social de Djemerson

Fonte: Material de campo – Vieira, 2016

O mapa de Djemerson é apresentado em dois momentos, trazendo de modo indissociável a relação espaço-tempo: o primeiro plano, indicado como sendo seu primeiro ano como egresso, inclui a unidade socioeducativa (“Dagmar Feitosa” – Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitosa), sua casa no bairro caracterizado como favela, várias festas, futebol, pouca diversão social, igrejas dificilmente, um ano fazendo essa rotina. O segundo plano, correspondendo ao seu segundo ano como egresso: rotina mudou para melhor; igreja, meu foco é Jesus; trabalho – início para o sucesso; escola; cursos; PROEG ajudou; vários passeios; jiu-jitsu; novas amigas verdadeiras; vários planos e sonhos.

Djemerson apresenta na parte superior do mapa, elementos que remetem à identidade infratora e, na parte inferior, a trajetória de desvinculação com essa identidade. Chama-nos a atenção que ao caracterizar esses momentos distintos da sua vida, o ano de 2015, assinalado no mapa como “antes de ser aceito pela sociedade”, é tido como uma vida praticamente sem circulação pelos demais espaços da cidade. Todas as suas atividades são restritas ao bairro onde reside, com a exceção das festas. Já o ano

seguinte, 2016, apresentado como “*depois de um ano mudei de rotina mais pra melhor*”, delineia seu mapa com variados locais que, segundo sua fala, trouxeram à sua rotina um pensar positivo sobre a vida, fazendo nascer, como também expressa ao final do seu mapa, o desejo por “*vários planos e sonhos*”.

3.3.2 De volta ao bairro de origem: espaços e vivências restritos

Ao sair da unidade socioeducativa, Djemerson retornou ao bairro onde residia antes, desenhando neste território a sua casa.

Por exemplo, aqui quando... foi quando eu saí do Dagmar, né? Aí eu vim pra cá, fui pra casa, a maioria do meu tempo, eh... dia a dia, é ficar aqui fazendo coisas errada, fico tipo, vendendo droga, sair em várias festas, várias diversão assim que, assim, pra mim parecia bom, mas não era. Futebol, futebol poucas... poucas vezes, poucas diversão social. Igreja era dificilmente. Passei... passei um ano fazendo... um ano fazer essa rotina, antes de ser aceito pela sociedade. Aqui depois que começou mesmo a... no começo desse ano (Djemerson).

Essas falas são o jovem se referindo a vida dele no ano de 2015. Continuou associado ao tráfico de drogas, sendo que no ano seguinte, a partir do *encontro com Deus*, passou a fazer escolhas diferentes, bem como circular por novos espaços. Ele, que dizia ter poucos momentos de *diversão social* antes, passa a viver diversos momentos de sociabilidade positivas.

no ano depois que eu saí do Dagmar, eu não fazia quase nada da minha vida, minha vida era ficar aqui socado, eh... na rua fazendo coisa errada. Então, pelo que a senhora pode ver a minha rotina de antes era só quatro lugares, cinco lugar, aqui... fora esse aqui, mas era só quatro lugares aqui ó [favela, festa, futebol e igreja], era... o meu dia a dia todo era fazer essas coisas. Só isso, isso e isso. Tirando isso aqui que eu fazia de uma vez na semana [futebol]. Isso daqui também era dificilmente, ir pra igreja. A maioria das vezes era só isso daqui, isso aqui, só isso aqui (Djemerson).

A vida dele antes do processo de mudança era limitada a cinco lugares, sendo que um desses foi frequentado esporadicamente, a igreja; e só um desses estava fora do bairro, as festas. Desse modo, a configuração de vida apresentada no mapa de Djemerson expõe que os poucos espaços circulados eram proporcionais a sua percepção de mundo, aparentemente limitada, restrita ao contexto de práticas infracionais. E a medida que ele passou a descobrir espaços e pessoas com quem ele poderia dialogar

outros assuntos, o permitiu não apenas buscar outros contextos, mas também se identificar com esses espaços.

A família e a escola são reconhecidas no mundo científico como as principais instituições socializadoras, aquelas com qual a criança manterá os primeiros contatos e aprendizagem, foram pouco mencionadas por Djemerson, demonstrando que essas tiveram pouca contribuição na sua trajetória de egresso. Djemerson falou muito pouco da família mesmo quando perguntamos diretamente como era sua relação com os familiares, assim interpretamos que havia pouco diálogo familiar, demonstrando receber pouco apoio dos membros familiares, bem como acreditava haver um descrédito da família na possibilidade de mudança comportamental do jovem, e ainda na desvinculação com a prática de delitos.

- Uhum. Como é que tu dirias que é a tua convivência assim com a tua família? (Pesquisadora)

- Melhor. (Djemerson)

- Tu moravas antes com a tua família nessa época? (Pesquisadora)

- Morava. (Djemerson)

- E ainda mora hoje? (Pesquisadora)

- Uhum. Só que hoje eu passo a viver dum lado diferente, né? Porque antes eu... eles me viam e eu era só mais um que ia morrer no tráfico, eu acho que pra todo mundo é...Então, eu era o... eu olhava assim... eu era visto assim pela minha família, eu não tenho dúvida nenhuma, eu tenho certeza que eu era visto desse jeito. Porque várias... eles já várias vezes já me falaram mesmo na minha cara também, mas assim, nunca estendeu o bra... a mão pra mim e falou: “bora, eu vou fazer isso por ti e tu vai conseguir, tu vai mudar”. Porque quanto eu tava nessa vida aqui, nessa vida do tráfico, nessa vida de roubo, droga, eu sempre tive uma vontade imensa de trabalhar, de servir a Deus, de fazer cursos, de fazer vários passeios. Sempre tive vontade de treinar, sempre tive vários planos, sempre tive vontade, vontade, vontade mesmo, só que assim, o que faltava mesmo pra mim... pra mim fazer era assim, o incentivo de alguém, era alguém assim, que pegasse assim, “mano, isso não é pra ti não, tu quer... tu quer mudar de vida? Tu quer ganhar dinheiro? Então tu vai ganhar dinheiro dum modo diferente. Vamo bora, tu vai fazer isso, isso e isso, só que tu não... a polícia não vai mais te atrapalhar, nada vai mais te atrapalhar, tu vai parar de usar droga, quanto tu mais... quando tu sentir vontade, tu mesmo, tua decisão tua, quando for tua decisão tu para”. Mas se nunca chegou pra mim, nunca ninguém chegou pra mim assim e estendeu a mão. Assim, eu... eu... assim, é difícil pra todo mundo que tá nessa vida, alguém chegar estender a mão mesmo e... e falar pra ela que... que vai ajudar ela a mudar (Djemerson)

Um estudo realizado com 61 jovens infratores, que corrobora com essa dificuldade de relação intrafamiliar identificada nos jovens desta pesquisa, revelou a presença de desentendimentos e desafetos em suas famílias. Os resultados também demonstraram que a violência familiar estava presente na maioria das vivências desses jovens (FEIJÓ e ASSIS, 2004). Ainda que na família de Djemerson não houvesse muita

proximidade entre os membros, ele fala da família como alguém que, apesar de nem sempre conseguir manter uma boa relação, o ajudava, sendo a família tida como um ambiente que de algum modo transmitia a sensação de apoio ao jovem.

Mas assim, minha família (...) não era todo tempo que eles me ajudavam, mas nos piores dias da minha vida as únicas pessoas que estavam comigo era minha família (Djemerson).

A despeito da significativa ausência de uma identificação com uma figura do seu núcleo familiar neste primeiro momento, destacamos que as mudanças, posteriormente apresentadas por Djemerson como de grande importância, têm relação com a figura de um primo seu em sua vida.

3.3.3 Resignificando a identidade a partir de novas vivências e inserção em novos espaços – Encontro com Deus

Na trajetória egressa de Djemerson, identificamos o forte papel que a religião teve em sua vida para que ele deixasse de se identificar com a identidade infratora e buscasse novas possibilidades de relacionamento. Durante o diálogo no qual buscamos aprofundar no conteúdo de seu mapa, o jovem demonstrava muita convicção na mudança em sua vida a partir de uma experiência religiosa neopentecostal: *Encontro com Deus*. Ao pedirmos que ele falasse mais sobre isso, disse ter se tornado egresso em 2014, passado 2015 todo na *mesma vida de antes* e que, em 2016, sua vida mudara completamente.

- Não foi um dia, mas foi em três dias. (Djemerson)

-Três dias? (Pesquisadora)

- Pra mim... pra mim sair dessa vida, foi apenas três dias. (Djemerson)

Acerca dos acontecimentos que culminaram na transformação relatada por Djemerson, este apresenta o seguinte relato:

Meu primo, ele é... ele é pastor de uma igreja, então a igreja dele tinha uma... tinha vários Encontros. E aconteceu um acidente comigo, assim, que eu não quero chegar no... nessa parte. Aconteceu um acidente e ele me convidou pra ir pra esse encontro, “Encontro com Deus” que as pessoas fala. (...) Foram três dias sendo ministrado por Deus, ouvindo a palavra de Deus e sendo incentivado a matar a carne. Então, foi... não foi no dia, mas *eu tenho*

absoluta certeza que foi em três dias que eu mudei de rotina (Djemerson) [grifo nosso].

Djemerson introduz no relato a participação incisiva de um familiar, o primo, e de uma instituição, a igreja, elementos os quais não deu destaque em sua narrativa referente ao primeiro momento de seu mapa, razão pela qual incentivamos que falasse mais a respeito.

- Uhum. Esse teu primo, tu já tinha contato com ele antes? (Pesquisadora)
- Sempre tive. (Djemerson)
- Sempre teve contato com ele. Eh... essa parte aqui que tu colocou “igreja dificilmente”, quando tu ia era nessa igreja dele? (Pesquisadora)
- Não, era em outras [igrejas], mas só que era difícil assim... difícil que eu falo era como? Por exemplo, hoje eu tô indo pra uma reunião de célula, (...) do pastor, tô indo pra uma reunião de célula, então antes, se fosse antes eu não ia. Talvez eu iria domingo, talvez, não era certeza, mas talvez. Era difícil. (...) Passava de meses sem ir pra igreja. Então, assim, hoje, depois que eu passei esses três dias no Encontro com Deus que as pessoas acham assim que é meio... meio sem graça, mas que *eu tenho certeza* que se qualquer um mesmo, se qualquer um do... dessa... dessa vida, qualquer uma prostituta, qualquer um traficante, qualquer um... qualquer homicida, qualquer um desses forem pra um Encontro com Deus, eu tenho absoluta certeza que eles vão... não vai ser em um dia, mas vai ser em três dia que eles vão ser mudado. Vão ser reformado mesmo por Deus. (Djemerson)
- Então foi isso que aconteceu aqui nesse no mapa no ano de 2016. (Pesquisadora)
- É, uma vida melhor. (Djemerson)

Identificamos que o processo de mudança na vida dele não ocorreu exclusivamente através da religião, mas esta foi considerada como o ponto de partida e ancoragem para que ele começasse a se incluir em outras atividades que não o colocasse em risco. Panzini et al (2011) salientam que religiosidade, espiritualidade e crenças pessoais não são temas alheios ao conceito de qualidade de vida, sendo, na verdade, uma de suas dimensões. Contudo, destacamos aqui um novo modo de participação junto à instituição religiosa, novas formas de relação, que tiveram início a partir de um momento distinto dos anteriores, onde frequentava aos domingos, raramente. Djemerson é convidado para outro local, onde se dera o Encontro, no qual vivências diferentes das que conhecia no contato anterior com a igreja aconteciam.

Segundo Fernandes (2013), a religião divide espaço com a ciência como forma de dar sentido e de explicar a vida, bem como seus fenômenos. Nesse sentido, compreendemos a religião presente na vida dos seres humanos seja por crerem ou, os que não crêem, se relacionarem com pessoas crentes em algo. Carrano (2003) aponta que a religiosidade se constitui em uma dimensão fundamental na vida dos jovens,

razão pela qual o vínculo estabelecido com as identidades religiosas, instituições e vivências de religiosidade devem ser consideradas no processo de compreensão da construção da identidade social do jovem, bem como da sua visão de mundo.

Depois que entrou 2016 eu fui pra igreja, conheci... conheci Jesus, aceitei Jesus, um novo foco pra mim...eu conheci o PROEG que também me incentivou, conheci a... conheci Jesus, conheci o trabalho, conheci a escola de novo que eu tava uma temporada assim fora da sala de aula. Conheci cursos, vários cursos assim pra mim evoluir no mercado de trabalho. Conheci vários outros cantos assim que eu... eu nunca passou pela minha cabeça assim ter conhecido assim (Djemerson).

No campo da Geografia o trabalho com o Movimento de Jovens da Igreja Católica, no Distrito Federal, Peluso e Tormim (2005) observaram as mudanças de identidade e de comportamento entre jovens sujeitos a situações de marginalidade e violência, procurando identificar como o pertencimento a um grupo religioso influencia as visões de mundo e de si mesmos. Segundo as autoras, “a religião atravessa o discurso dos jovens e estabelece os parâmetros para que cada um fale de si próprio, dos outros e do mundo” (Ibid, p.129). Concluem que as identidades emergem das relações sociais e a identidade religiosa, ao dar sentido a estas relações, permite aos jovens ordenar, apresentar motivos e desejar realidades alternativas.

Problematizamos que a igreja é local de reunião, e a comunidade religiosa o grupo de “iguais” onde o jovem se envolve para construir sua identidade, marcando fronteiras com demais grupos, um lugar que em tese todos são aceitos, independente de sua história. Na verdade, esse parece ser o ambiente onde quanto mais você tem uma história difícil, maior é a vitória da superação. De algum modo a religião parece conferir um sentido à existência do sujeito.

De acordo com Fernandes (2013) a religião surge não só como uma possibilidade de identidade e integração ao mundo social, mas também como objeto concreto com o qual os jovens irão atribuir sentido a sua realidade. Para o referido autor, significa que o discurso partilhado pela religião do jovem é quem dará o “norte” para sua orientação na vida cotidiana. Consequentemente, segundo Fernandes (2013, p. 81) “isso se reflete em suas práticas sociais, trajetos pela cidade, escolhas políticas e em alguns casos afetivas. Assim, estamos dizendo que para um jovem religioso praticante, sua religião está impressa nas suas espacialidades”.

Por nossa experiência com adolescentes e jovens que foram autores de ato infracional, nos chamou bastante atenção a trajetória desse jovem por se diferenciar da fala dos demais que já conhecemos: a permanência no mesmo bairro de origem e a desvinculação com práticas violentas. O comum é os jovens e suas famílias relatarem optar em não retornar a sua cidade ou bairro por represália e/ou medo, vergonha ou por acreditarem que mudando o local de moradia seria a melhor opção para um recomeço.

Todavia, observamos que Djemerson permaneceu morando com sua família na mesma residência, com isso inferimos que a religião contribuiu para o jovem compreender que a mudança deveria vir de uma força individual e divina, e não como algo dependente de uma localidade. Desse modo, a religião na vida do jovem possibilitou que ele alcançasse um novo sentido para sua existência; nesse viés, a religião traz sentido, isto é, gera um sentido, organizando a realidade deste que professa a fé.

3.3.4 Identidade não infratora, nova espacialidade e Projeto de Vida

Identificamos que a sua circulação por novos espaços teve relação direta com sua mudança, tanto quanto a conversão religiosa. Os momentos de sociabilidade são onde ocorre a troca e introjeção de símbolos específicos que vão expressar o sentimento de pertença a um determinado grupo. Esse momento interativo proporciona ensinamento e aprendizagem das crenças, valores, rituais e linguagem que conferem uma identidade a esse grupo e, claro, aos seus integrantes. Verificamos na fala do jovem que a desvinculação com a identidade infratora não se deu apenas por esta não ser mais almejada, mas ocorrer uma identificação com outra configuração identitária que permitiu a ele experimentar novos lugares, sensações, a se descobrir e reconhecer em outro contexto. Apropriar-se de novos espaços dentro do seu território de moradia e em outros territórios levou o jovem a ampliar seu campo subjetivo, ressignificando sua história.

Comprendemos que a possibilidade de uma trajetória perpassando por novos lugares, ou lugares já conhecidos, mas que ganham um novo significado, está atrelada ao processo de metamorfose identitária. Ao lembrarmos-nos de Djemerson como um jovem que vivia restrito a espaços dentro do seu bairro, e em outro momento demonstra confiança ao participar da pesquisa dentro de um shopping; entendemos que a

apropriação de outros espaços da cidade por parte jovem também foi importante para aprendizagens e pensamentos sobre um projeto de vida. Carrano (2008) define a cidade como um espaço de práticas educativas, a qual não se resume ao âmbito das aprendizagens institucionais, como na escola e em outros espaços que apesar de não escolarizados possuem uma intenção pedagógica. Para o autor a cidade pode ser considerada educativa no sentido amplo de “espaço-tempo social de relacionamentos, experiências públicas, compartilhamento de significados e vivências de situações conflitivas mais ou menos bem resolvidas pelos sujeitos” (CARRANO, 2008, p. 63)

Surge na fala do jovem o PROEG como instância apoiadora. Este Programa já mencionado no capítulo metodológico, visa o atendimento de todos os jovens que recebem arquivamento de uma medida restritiva de liberdade, inserindo esses jovens em cursos profissionalizantes, encaminhando para atendimentos em saúde, bem como encaminhamento escolar, podendo essas atividades também serem estendidas aos familiares dos jovens. Até o momento da entrevista ele não apresentou vivências factuais de trabalho, mas remetia-se a um presente e futuro desvinculado de práticas violentas e infratoras, pautado pela sua inserção em atividades que tinham por finalidade sua capacitação ao mercado de trabalho. A vida mudou porque conheceu Jesus, realizou muitos cursos através do PROEG, conheceu novos lugares junto com amigos que conheceu nos locais citados anteriormente. Em meio a essas experiências, ele fala com muito entusiasmo sobre os cursos profissionalizantes que concluiu e a procura por vínculo empregatício.

Eu não conhecia trabalho, comecei a trabalhar como, assim, eh... assim, como a maioria das mães, às vezes os nossos pais fala, né? Quando a gente trabalhar a gente começa a dar valor. Então, eu fui conhecer o trabalho, conheci o trabalho. Aí foi melhor pra mim, tá sendo melhor pra mim conhecer o trabalho.(...) Vários cursos assim, que eu sou formado já em refrigeração, sou formado em segurança, segurança de condomínio, agente de portaria, fiscal de loja, assim, eu tenho vontade de fazer um... um curso também de Engenharia Elétrica, vontade de fazer uma faculdade de... eh... Engenharia Florestal, tenho vontade de fazer vários outros... vários outros cursos assim, pra mim evoluir no mercado de trabalho. Meu trabalho assim, pra mim é um início para o sucesso como eu falei, cada trabalho que eu vou, toda vez que eu saio pra trabalhar é um novo aprendizado, é como uma academia... como na minha academia, cada dia que eu falto é um degrau que eu volto pra trás, então se eu nunca faltar uma... um treino, eu tô subindo, cada degrau eu tô subindo, tô subindo, é um canal pro sucesso. Assim mesmo é o trabalho, porque no trabalho a gente fica... a gente evolui mais no que a gente sabe (Djemerson).

Acreditamos que para Djemerson conhecer o trabalho e cursar atividades profissionalizantes o permitiu desenvolver habilidades, bem como adquirir novos conhecimentos e desejo por novas atividades, por exemplo, cursar o ensino superior, o que consideramos positivo ao jovem, tendo em vista que esse desejo pode vir a se configurar em um projeto de vida. A respeito de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, Lancelotti (2002) e Costa (2005) apontam a importância de realizar um trabalho voltado para a construção de um projeto de vida com o adolescente em conflito com a lei.

A promoção de um espaço que apresenta atividades com fim profissionalizante é outro fator apontado como positivo para vida do jovem egresso de instituição de internação (VIEIRA, 2011). Aranzedo e Souza (2001 apud Muller et al, 2009) destacaram que a entrada no mercado de trabalho é um plano futuro frequente entre adolescentes autores de homicídio que cumpriam medida privativa de liberdade no Espírito Santo. Desse modo, consideramos promissor o esforço e planejamento da equipe do PROEG em promover parcerias, bem como desenvolver atividades voltadas à capacitação dos egressos para o mercado de profissional, dentre outras.

Comecei a estudar, que eu fazia vários tempos sem estudar. Comecei a fazer curso, coisa que eu não me importava fazer de jeito algum, nunca passava pela minha cabeça. Agora passa, eu quero fazer faculdade, fazer curso, várias outras coisas. Assim, o PROEG também me ajudou muito nessas coisas de fazer curso, de escola, de trabalho, o PROEG me ajudou, dona Maria Clara (Djemerson).

Apesar de toda dedicação do jovem e apoio recebido, observamos que muitas adversidades são enfrentadas em relação à conquista de uma vaga de emprego. Pois, durante um processo de seleção, mesmo que o jovem seja capacitado com diversos cursos, a fase da entrevista tem grande peso sendo avaliada a comunicação e a escrita, e para uma boa desenvoltura nesses itens é necessária uma boa formação escolar. Parece-nos que a falta dessa formação seria o maior dos problemas para o ingresso do jovem egresso no mercado de trabalho, e porque não afirmar de muitos outros adolescentes e jovens que já estiveram em conflito com a lei ou não.

- E tu conseguiu já algum trabalho em relação, eh... dentro de alguma área desses cursos que tu já fez lá? (Pesquisadora)
- Ainda não, por causa da minha série. (Djemerson)

A fala do jovem Djemerson nos faz recordar de um diálogo com membro da equipe do PROEG, por ocasião do momento de aproximação com o campo e compreensão do objeto da pesquisa. Na ocasião, a funcionária falou bastante sobre a dificuldade que os egressos têm para conseguirem o primeiro emprego por não terem uma escolaridade mínima, *“há muitos cursos, eles fazem, se dedicam, conseguem entrevistas de emprego, porém ao irem fazer o processo de seleção dentro da empresa não conseguem por reprovarem nas provas que geralmente são de português e uma redação que o setor de RH pede para fazerem”* (dados de diário de campo, outubro/2016).

Mesmo com todo esse cenário conflituoso a respeito de uma perspectiva real de emprego, o jovem se demonstra confiante ao relatar toda sua trajetória egressa ao sistema socioeducativo, sendo o ano de 2015 superado e o ano seguinte de luta e determinação. O único momento que ele demonstrou ficar um pouco triste foi ao falar do pai *“Que eu queria que existisse mesmo era um... assim, um... eh... ter o meu pai do meu lado, queria que ele fizesse parte dessa minha nova rotina”*. Acreditamos que essa autoconfiança se deu por conta das relações saudáveis estabelecidas nessa nova fase da vida, sendo os amigos e vínculos de extrema importância para tal.

Vários passeio, coisa que eu não fazia no... no ano depois que eu saí do Dagmar, eu não fazia quase nada da minha vida, minha vida era ficar aqui socado, eh... na rua fazendo coisa errada. Então, depois eu comecei fazer vários passeio, vários... sair com... com amizade nova, conheci pessoas novas, pessoas mesmo que queriam o bem, o nosso bem, queriam o meu bem, queriam me ajudar (Djemerson).

Assim, fazer... ajudar... um ajudando o outro. Assim, sempre... assim, fazendo tudo que, assim, que... diferente do que eu fazia antes. Porque quando eu saía pra passear com... com... entre aspas, “amigos” que eu tinha, era pra fazer coisa errada e que não me faziam bem. Hoje não, quando eu saio pra passear com os meus amigos, que eu tenho pra mim como verdadeiros amigos, assim, é assim uma... um privilégio porque a gente sai pra fazer coisas diferente e que não faz mal pra mim. (...) antes a noite toda na festa, mas quando era no outro dia... mesmo dia a dia de sempre, fazendo a mesma coisa, nunca mudava a rotina (Djemerson).

Aí... com... várias... vários planos vieram assim, pro... pra minha mente pra mim fazer, vários plano, vários plano(Djemerson).

Nessas falas do jovem identificamos como os novos espaços tiveram relação direta com uma identidade não infratora e mais protetiva a ele apesar das adversidades presentes nessa trajetória egressa. A escola, assim como a família, parece não ter marcado a trajetória egressa do jovem. Contudo, enfatizamos o senso crítico do jovem

sobre a escola. Djemerson faz críticas ao modelo escolar que não valoriza uma participação mais cidadã e ativa dos jovens no processo escolar.

- Que tivesse assim, mais chance pros... pros jovens a ter uma formação de escola melhor. (Djemerson)
- De escola? Entendi. Como é que tu achas que deveria ser essa escola? Tu achas que a escola é um pouco desinteressante? (Pesquisadora)
- É. (Djemerson)
- É? O quê que tu acha que seria necessário assim pra escola ser um pouco... ser mais interessante pros jovens? (Pesquisadora)
- Mais interessante não pra agradar, ãhn... o jovem, né? Mas pra agradar o... o pensamento dele e o desenvolvimento dele mental. Porque a pessoa agradar o jovem, eh... carnalmente é fácil, mas mentalmente não. (Djemerson)
- Eh... tu achas que as escolas, elas não incentivam muito esse trabalho mais mental, emocional, participação do jovem é isso? (Pesquisadora)
- É, porque vários jovens vão pra escola assim mais por ir mesmo. Tão ali sem vontade de nada. (Djemerson)

Inferimos que Djemerson critica o modelo escolar restrito ao ensino formal de conteúdos disciplinares por não serem muito atraente aos estudantes, e por não haver uma identificação com esses conteúdos os jovens podem se sentir desestimulados a permanecerem no ensino. Para este jovem a escola seria mais interessante se pudesse agradar o *pensamento e desenvolvimento mental*, a respeito disso entendemos que o jovem se refere à necessidade de um espaço ou momento em sala de aula onde o estudante pudesse debater, refletir e desenvolver habilidades que fossem aquém da teoria, por exemplo, assuntos relacionados ao cotidiano dos jovens em suas comunidades. Djemerson aponta em sua crítica, para aspectos destacados por Paulo Freire quando aborda a educação para a liberdade. O pensador diz que “escola vem desempenhando um papel de eficiente instrumento de controle social, onde educadores subvertem a educação, convertendo-a em ‘adaptar o educando a seu meio’” (FREIRE, 2001, p 119).

Precisamos compreender a escola como o lugar não só do acolhimento das diferenças humanas e sociais encarnadas na diversidade da sua clientela, mas fundamentalmente o lugar a partir do qual se configuram novas diferenças, se instauram novas demandas, se criam novas apreensões sobre o mundo já conhecido (Aquino, 1998apud NERY, 2006). Nesse mesmo pensamento Nery (2006) aponta que a escola é, por excelência, a instituição da alteridade, do estranhamento e da mestiçagem. Ainda que desejemos essa escola descrita pelos autores supracitados para todos os sujeitos, sejam crianças, jovens, adultos ou idosos, não podemos esquecer que a realidade se apresenta bem diferente aos jovens que estão ou estiveram em determinado momento

em conflito com a lei. Por outro lado, Djemerson, para além das críticas construtivas ao ensino metódico de disciplinas, fala de relações positivas no ambiente escolar, os professores que o ajudaram.

A gente evolui mais no que a gente sabe fazer de melhor. E na escola assim, um aprendizado onde eu conheci várias pessoas também, na escola que eu... a maioria dos professores me ajudavam, tinha uns que não, mas tinha uns que ajudavam mesmo, que eu nunca pensei assim que eles fossem ajudar mesmo daquele jeito que eles ajudaram. Aí eu fiquei feliz. Foi um período que... assim, que eu entrei pra sala de aula e que eu não sabia absolutamente de nada (Djemerson).

Observamos o importante papel dos docentes nesse momento da vida do jovem egresso, ampliando sua rede de relações interpessoais e colaborando no processo de auto-reconhecimento do jovem como alguém que podia contar com o apoio de outras pessoas e aprender conteúdos novos. Esse jovem relata ter vontade de retomar os estudos, segundo ele, não estava estudando por não ter conseguido vaga para o ano letivo de 2016. Também verbaliza o desejo de cursar uma faculdade de engenharia. Desenhar a escola no mapa, na parte da *vida melhor*, mesmo sem ter estudado no ano de 2016, para nós representa que a escola deveria estar nesse modelo de vida atual, pois desempenharia papel de uma instituição disciplinadora, uma vez que interpretamos esse sentido na fala do jovem.

- Uhum. Como foi pra ti voltar pra escola? Esse período de 2015? (Pesquisadora)
- Foi no tempo que eu tive que voltar mesmo por obrigação. (Djemerson)
- Alguém pediu que tu fosses lá fazer a matrícula? (Pesquisadora)
- Não, eu tive... (Djemerson)
- Alguém foi lá por ti? (Pesquisadora)
- Tive que ir porque... pra poder meu... meu comportamento aqui fora ficar melhor...fui só por... pra mim. (Djemerson)

Desse modo, a escola marcou a vida do jovem pela crença dele no papel dessa instituição em instruir o comportamento juvenil e pelas relações estabelecidas com os professores, em nenhum momento ele demonstrou compreender a utilidade das disciplinas para sua vida. Na história egressa dele identificamos experiências mediadas por outra pessoa. Djemerson conseguiu treinar jiu-jitsu porque alguém emprestou o equipamento, tendo em vista que ele não tinha condições de custear um próprio. Sendo essa atividade física apresentada como mais uma opção de lazer ao jovem.

“Não, assim, hoje... assim, o que eu tiro hoje pra me divertir é um treino... e depois disso, dessa diversão é um futebol, depois é...é um passeio no final de semana. Não que compare com umas festa que eu saía, mas só que isso faz me... assim, matar a minha vontade do que eu fazia antes (Djemerson).

Comecei a treinar, comecei a treinar jiu-jitsu, uma... uma arte assim pra desenvolver o meu... me desenvolver mentalmente, desenvolver fisicamente, me desenvolver em vários lugares, várias coisas que assim, que eu tava meio parado. Assim, novas amizades, que eu acredito mesmo ser verdadeira, eu conheci, que eu adquiri no decorrer da... da... assim, do meu dia a dia. Conheci várias amizades mesmo que... que me ajudam assim, a ser uma pessoa melhor no mundo. Na academia. Conheci novas amizades aqui na igreja que me ajudam muito também, me ajudam a... me incentivam a... a fazer coisas certas, não erradas, me ajudam a me sentir uma... fazer planos, sonhar, fazer várias coisas (Djemerson).

O fato de circular por outros espaços trouxe novos sentidos sociais e de existência ao jovem. As pessoas que conheceu nesses novos espaços estabeleceram com ele uma troca de valores e crenças que permitiu ao jovem ser reflexivo sobre sua vida, ações passadas, pensar no futuro e exercer a empatia.

Acho que... aí depois que eu comecei a viver do outro lado, assim, isso tornou assim um medo, né? Porque várias pessoas aí que a gente... a gente fez mal, a gente fez ficar com trauma, assim, eu comecei a conhecer pessoa que passaram pela mesma situação, não que eu tinha sido o autor, mas que outras pessoas fizeram com eles também, assaltaram e ficaram traumatizada assim. Aí eu comecei a ver como é que é... que era errado mesmo que pra mim era uma diversão, mas pra outras pessoas não, eram uma dificuldade e tanto viver com aquilo (Djemerson).

Segundo Carrano (2003) os relacionamentos humanos são efetivamente instituidores de práticas educativas, os quais são promotores de circunstâncias e ações transformadoras das pessoas e significados culturais. A imagem de si é constituída sempre como uma referência social, externa ao sujeito desde os primeiros momentos da vida. Dessa forma, compreendemos que apesar das escolhas serem individuais e as experiências singulares, as mesmas estão entrelaçadas com o meio em um mecanismo de trocas e associações entre o sujeito, os outros e o meio social que habitam, ou seja, o externo tem vinculação profunda com o mundo do psíquico do sujeito. “Os seres humanos não apenas vivem, eles convivem e isso faz com que não existam vidas isoladas. Não há existência, mas coexistência” (CARRANO, 2003, p.29).

- E aí aqui tu colocaste de novas amizades verdadeiras. Foi em cada local desse que tu conheceu pessoas de novas amizades verdadeiras ou foi mais em um local específico. Quem são essas pessoas que tu considera das amizades verdadeiras? (Pesquisadora).

- *Um pouquinho de cada.* Tem um pouco daqui, *tem um pouco dos meus curso.* Têm os colegas que também atuam *na área de refrigeração* que de vez

em quando a gente vai pegar serviço. Eu tenho *colega nas escola* também que eu converso com a rede social ainda até hoje. No trabalho que eu também que eu tenho vários colegas. *Aí da igreja também* que eu tenho vários colegas também, muitos, vários, vários que verdadeiros mesmo. E do... da *minha academia* também que são vários amigos também, amizade verdadeira mesmo. *Mais é da igreja e do... da academia que... que são essas amizades verdadeira que eu coloquei aqui* (Djemerson).

Notamos que as instituições foram importantes a trajetória do jovem: a igreja, a academia, PROEG e a escola. Um dos objetivos desta pesquisa era conhecer e identificar as relações e vínculos estabelecidos ou rompidos na trajetória do egresso com intuito de compreender a repercussão desses vínculos na vida do jovem. No caso de Djemerson, conviver, estabelecer diálogo e vínculo com pessoas que ofereciam ajuda, incentivo e convite a atividades de lazer, conferiu a ele espaços protetivos, transmitindo ao mesmo a sensação de estar mais incluído na sociedade.

A demanda por inclusão social e uma identidade não-infratora parece evidente tanto no mapa quanto no relato de Djemerson. Lembramos, quando convidado a participar da pesquisa, o local de escolha desse jovem para elaboração do mapa e entrevista exploratória do mesmo foi a praça de alimentação de um shopping em Manaus. A escolha do lugar é significativa e inferimos a representatividade desse espaço ao jovem, no qual ele pareceu se inscrever muito nesse lugar de jovem comum que circula espaços como este, como se estivesse demarcando que era mais significativo pra ele ser um jovem que podia sentar e conversar sem medo do rótulo no meio de uma praça de alimentação, do que ouvirem questões íntimas da vida dele. Enquanto a pesquisadora estava preocupada com a exposição do jovem naquele espaço público, o mesmo demonstrava-se tranqüilo e confiante durante todo o encontro.

As vivências e trajetórias sociais de Djemerson, como egresso, mediadas por relacionamentos que se caracterizaram como práticas educativas foram possíveis com a ampliação da espacialidade do jovem em seu bairro e outras localidades da cidade, apropriando-se de novos espaços e territórios. Assim, concordamos com Carrano (2008) que a questão da identidade não pode ser compreendida unicamente pela via das questões culturais, sendo a organização social das cidades criadora de restrições geográficas e simbólicas para a constituição das identidades. Desse modo, identificamos que os espaços geográficos e simbólicos dessa trajetória proporcionaram ao jovem, além de novas formas de sociabilidade e constituição das identidades, o desejo por um projeto de vida, revestido de sentidos protetivos, como apontam Costa e Assis (2006), por implicar em pensar sobre seu futuro.

3.4 Espaços e vivências de Charlie e Djemerson: a diacronia expressando os movimentos pós-cumprimento de medida

Charlie e Djemerson apresentam seus mapas e trajetórias, sendo otimistas em relação ao futuro. No entanto, observamos nos relatos que reconstróem ambas as trajetórias, que o tempo foi um importante aspecto onde figuram as mudanças. Para Charlie, a realidade em seu entorno mudou, para Djemerson podemos dizer que o espaço é o mesmo, mas a realidade mudou. Mas as mudanças, como dito, ocorrem na relação com o espaço e com o tempo, razão pela qual se torna bastante significativo compreender os mapas em uma perspectiva não convencional, ou seja, rompendo com a lógica da estrutura dos mapas como representações exclusivas dos espaços. Os mapas consistiram em desenho que expressam lugares, a partir dos movimentos, no tempo.

Durante seu primeiro ano como egresso, Djemerson disse ter permanecido atrelado a rotina anterior. Posteriormente, narra o processo de mudança vivenciado. Apesar de seus lugares de pertencimento permanecerem iguais em questão de localidade, os sentidos e vivências sofrem modificação a partir do Ponto de Viragem que este experimenta. Na obra “Ação Cultural para Liberdade”, Paulo Freire (2001) fala que a mudança da percepção da realidade pode se dar *antes* da transformação desta, não significando esse *antes* um momento anterior separado do outro por uma fronteira rígida, mas parte do processo de transformação estrutural (FREIRE, 2001).

Notamos uma escassez de políticas sociais incidindo sobre a trajetória destes egressos nos espaços por onde circulam. Fazemos uma ressalva ao fato de que a ausência de políticas garantidoras de direito na vida de adolescentes autores de ato infracional tende a acompanhar muitos adolescentes e jovens desde a infância. Alguns só passam a ter acesso a certas políticas, por exemplo, emissão de documentos sociais (certidão de nascimento, RG, CPF, entre outros) ao terem uma passagem por instituição socioeducativa.

Acreditamos numa perspectiva de mudança e transformação do sujeito na construção de uma trajetória desvinculada de novas infrações e nesse sentido Souza (2013) nomeia como “Pontos de viragem” algumas situações que contribuíram para mudanças significativas na vida de jovens egressos, possibilitando-os repensar sua trajetória de vida e romper com a trajetória de práticas infracionais.

Conforme a referida autora os “Pontos de viragem” são: construção de vínculo afetivo com os monitores (davam muitos conselhos, tratavam com dignidade, sem

discriminação), rede de apoio familiar, mais precisamente da mãe e/ou avó (sempre presentes nas visitas), sentimento de culpa por ter feito a mãe sofrer, mudança de atitude do pai (reaproximação com o filho, passando a dar mais apoio), rede de apoio construída dentro da instituição com os outros internos e com os instrutores (monitores, professores), apoio da namorada com constante visita, desejo de ter filhos, contato com a religião evangélica (mantendo contato telefônico de alguns evangelizadores que faziam visitas), medo de morrer e de voltar para a instituição (SOUZA, 2013). Alguns desses Pontos também foram identificados na vida de Charlie e Djemerson.

Outra distinção fundamental entre a relação que os seres humanos têm com o mundo e com outras pessoas, desenvolvidas em uma espacialidade específica, é trabalho. Segundo Bardagi et al (apudCosta, 2005), historicamente o trabalho aparece como uma forma de trazer disciplina para a vida de jovens carentes e não como projetos de vida, deixando de considerar este como um princípio fundamental no processo de construção de identidade. Somente na experiência de Charlie foi possível identificar a espacialidade e o trabalho efetivamente inseridos na nova trajetória de sua vida.

A intencionalidade de propor a construção de mapas sociais no presente estudo não era a de necessariamente conhecer os passos e caminhos no sentido concreto de locomoção, mas a maneira como esses jovens vêem esse caminhar, essa trajetória, como se relacionam e interagem consigo e com os outros nessa caminhada. Para nós não é possível entender a trajetória egressa sem realizar uma associação entre as experiências relatadas e os espaços em que essas experiências se deram. Ao olharmos para os bairros considerados zonas de risco social onde os participantes desta pesquisa residiam, e a superação deles em relação a práticas infratoras que os expunha a riscos maiores, observamos que o caminho dessa superação se deu através da criação de trajetórias reais ou idealizadas, tendo vínculos afetivos e relações interpessoais positivas como referência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a trajetória de jovens a partir de sua condição de egresso do sistema socioeducativo através da compreensão dos seus espaços de circulação nos possibilitou um entendimento do homem em sociedade, enquanto sujeito histórico, temporal, relacional, consumidor, cultural, político, cidadão, nos espaços habitados, conscientes destas relações ou não. A idéia de que mapas sociais possam contemplar aspectos psicossociais que expressem a relação do sujeito histórico, produto e produtor de sua realidade, com os espaços por onde circula, destacando as vivências e relações estabelecidas nestes espaços, derivou de um processo de aproximação teórico-metodológica de trabalhos das ciências sociais, em especial da Antropologia e da Geografia, ao campo da Psicologia.

No âmbito da antropologia tem merecido destaque o uso da cartografia social como estratégia que, utilizada geralmente junto a populações tradicionais ou em contextos em conflitos territoriais, tem favorecido, dentre vários aspectos, o fortalecimento da identidade coletiva e o fortalecimento destas no exercício de seus direitos. Os mapas dos territórios que ocupam não primam por informações técnicas. Ao invés disso, consistem em mapas sociais os quais são construídos de forma participativa, em atividade que explora a profunda vinculação entre membros do grupo, seu cotidiano, suas ações, identificação de recursos, limitações, refletindo, assim, apresentam o cotidiano de sua comunidade.

No campo da geografia, por sua vez, o espaço não é visto enquanto matéria inerte (BASSAND, 1986) e nem é solo, apenas (SAWAYA, 1986). É dotado de dinamicidade e fluidez, pleno de sentidos. Segundo Sawaya, (1986), o espaço contribui para revelar os atores sociais nas relações de poder, submissão, pertencimento, exclusão e modos de subjetivação. Quando apropriado, o espaço se constitui signo e símbolo do sistema social, por isso é constituinte do processo de elaboração da identidade dos atores sociais.

Uma vez ocupado pelo homem, o qual atribui sentido às vivências subjetivadas na dimensão espaço-tempo, o espaço é, inexoravelmente, humanizado entendido como “algo inerente à dimensão humana, aos homens como tal. Não é possível se falar do espaço como um grande objeto do qual se está fora. Sempre se está misturado com ele, se está imerso nele, mesmo quando se procura superá-lo”(SAWAYA, 1986, p. 94). Desta forma, o egresso do sistema socioeducativo, humaniza os seus espaços de

circulação e é, nestes e através destes, humanizado, ou seja, subjetivado com sentidos que apontam para condições diversas possíveis, sejam elas de emancipação e superação da trajetória infracional, de contenção de suas experiências e sujeição à identidade infratora, de tensão entre os dois pólos, etc.

O tempo foi outro aspecto fortemente observado, considerando as mudanças e movimentos nos espaços apresentadas sob demarcadores temporais, como “primeiro ano”, “quando consegui o primeiro emprego”, “quando minha filha nasceu”, “três dias”. Sendo, o adolescente sujeito do espaço, do tempo e da produção de sentido, a construção de mapas que expressem essa relação, a vinculação com os outros, aspectos de seu cotidiano, ações, recursos disponíveis e limitações, com alguma semelhança com que ocorre nas oficinas de Cartografia Social, a despeito da singularidade das propostas, permitiu além da visualização destas questões, a compreensão do sujeito enquanto ativo e imerso em uma complexidade de relações as quais anunciam a sua condição.

A presente pesquisa explorou as trajetórias de dois jovens egressos do sistema socioeducativo na cidade de Manaus, Amazonas, a quem foi solicitado que desenhassem mapas que expressassem os lugares, os quais frequentaram e frequentam, desde o término do cumprimento de medida, contendo tudo o que fosse importante para eles. A compreensão dos mapas foi realizada em uma relação indissociável entre o tempo vivido e os espaços circulados. Os mapas sociais corresponderam aos espaços, onde o cotidiano das vivências e relações se apresentaram como organizadoras da subjetividade dos jovens.

A apresentação dos dados produzidos a partir dos mapas dos dois jovens participantes foi feita na mesma ordem em que foram entrevistados, coincidindo com o fato de que Charlie, o primeiro jovem, foi o que apresentou uma trajetória mais protetiva e inclusiva em questões de educação, trabalho, emprego e acolhimento familiar. Seu mapa não revela, visualmente falando, elementos que o associem a uma história pregressa de prática infracional.

Ao olhar para o mapa de Charlie, acreditamos que ninguém afirmaria ser representativo de uma trajetória de um ex-interno de uma unidade socioeducativa, dados os estigmas que tendem a persistir sobre estes jovens, sempre associando os mesmos à criminalidade. O mapa de Charlie representa a trajetória que todos, possivelmente, profissionais, familiares, almejam para o jovem para o pós-cumprimento da medida. Contudo, sua trajetória é marcada por aspectos que revelam as dificuldades de ser um

egresso, mesmo em face de uma rara estrutura de apoio com a qual contou, em contraste com o que indica ser a realidade da maioria dos jovens egressos, segundo a literatura estudada.

Em segundo lugar, apresentamos Djemerson, o qual, diferente de Charlie, parecia trilhar em uma corda bamba, no sentido de demonstrar muito esforço para se firmar em uma trajetória desvinculada da prática infracional e dispor de menos elementos protetivos, comparativamente a Charlie. Djemerson traz como aspecto singular de seu mapa e trajetória, um evento significativo de vinculação religiosa, mantendo, entretanto, praticamente inalteradas as condições sociais de vulnerabilidade as quais possuía quando de sua saída do sistema socioeducativo, como baixa escolaridade, não inserção no mercado profissional e permanência em local de moradia caracterizado como zonas de risco. A despeito disto, expressou estar à procura de espaços onde pudesse se sentir incluído socialmente.

A presente pesquisa objetivou compreender a trajetória de egressos do sistema socioeducativo, tendo como foco a relação entre espacialidade, vivências e sentidos, a fim de conhecer e compreender a realidade vivida pelos mesmos. Para alcançar tal objetivo, estabelecemos os seguintes objetivos parciais: 1) construir mapas sociais da trajetória individual a partir do momento em que são caracterizados como egressos do socioeducativo; 2) levantar as vinculações institucionais e interpessoais relacionada à trajetória do egresso; 3) verificar como eles identificam os elementos da sua trajetória em termos de recursos e adversidades, e como lidam com as suas demandas cotidianas; e 4) compreender a relação entre os espaços de circulação dos egressos e participação ativa destes em termos de autonomia e cidadania.

No que se refere ao primeiro objetivo parcial, o mapeamento da trajetória enquanto egressos do sistema socioeducativo, permitiu aos jovens representarem no papel seus espaços de circulação, evidenciando a relação espaço-tempo de modo explícito. Os desenhos dos jovens assemelham-se, mais propriamente, à uma linha de vida compreendendo a relação espaço-temporal circunscrito ao período da saída da unidade socioeducativa até o momento da pesquisa.

Talvez a ênfase dada à dimensão temporal na representação das trajetórias, contribuiu para que o mapa não caracterizasse, em sua dimensão visual, um mapa em seu sentido técnico e estrito, o qual mantivesse as relações ou proximidade com as descrições objetivas do espaço físico. Não entendemos este aspecto como um problema, já que a relação espaço-tempo-vivências-relações pôde ser acessada no nível da

subjetividade, servindo, pois, aos propósitos do estudo, revelando-se, também, como instrumento útil que inclui forma direta de participação dos sujeitos em intervenções psicossociais. A diacronia a qual corresponde o modo de compreensão dos dados traz em si uma possível contribuição no sentido desta dimensão permitir compreender de modo mais profundo a complexidade dos elementos – recursos e dificuldades –, que integram a trajetória dos jovens em diferentes momentos.

Pensar o espaço em uma relação somente sincrônica nos faria perder a idéia do tempo e as ações/transformações associadas a essa categoria como fundamental. Capturar a trajetória como linha diacrônica trazendo o plano dos espaços conjuntamente, pode ser um recurso importante para a escuta dos adolescentes e jovens, tanto ainda na condição de socioeducando quanto de egressos.

No tocante ao segundo objetivo parcial, identificamos, a partir da exploração dos mapas e suas vivências, as relações institucionais destacadas na vida de Charlie e Djemerson: escola, igreja, emprego/trabalho, PROEG, cursos técnicos, academia de jiu-jitsu. As instituições se apresentaram com importância na vida desses jovens trazendo consigo algumas contradições. A perspectiva dialética adotada na compreensão dos dados permite adentrar em um nível de análise que supere a aparência dos papéis institucionais, componente de reprodução ideológica quase sempre não identificada em um primeiro olhar. As relações entre os jovens e as instituições foram vistas aqui não apenas pela oferta de seus serviços, mas pela complexidade dos sentidos que estas podem ser atribuídas neste período da vida desses jovens.

Em se tratando da instituição escola, por exemplo, antes de cumprirem uma medida socioeducativa, esta não foi apresentada como tendo um espaço real e afirmativo na vida deles: ambos estavam com a idade-série distorcida e não expressavam atribuir sentido de valor positivo e significativo acerca desta instituição em suas vidas. Após o cumprimento da medida, observamos que esta instituição foi destaque em seus mapas sociais, sendo atribuída a esta, função de ampliar as possibilidades de incluí-los no mercado de trabalho. Ainda que a escola tenha sido apresentada pelos jovens como uma instituição de cunho inclusivo ao trabalho, ressaltamos que a mesma foi vivenciada em uma perspectiva diferente por cada um na trajetória de egresso.

Charlie descreve sua retomada à escolarização após a saída do sistema socioeducativo, como parte de um projeto apoiado por sua família, de desvinculação com as práticas infracionais. Contudo, o modo como tal escolarização ocorreu, a

despeito de conferir-lhe, por fim, um certificado que favorecesse uma condição de empregabilidade melhor que a maioria dos egressos do sistema, não atendia a dimensões importantes do processo educativo, tais como desenvolvimento de recursos e potenciais, socialização, etc. Cumpre observar que no caso de Charlie, sua volta e permanência nos estudos em nada se deveram ao programa de acompanhamento de egressos existente na cidade. Atribuímos à forte presença familiar o suporte necessário para que ele concluísse o ensino médio e obtivesse o primeiro emprego logo após a conclusão de seus estudos.

Djemerson, por outro lado, não concluiu o ensino fundamental, trilhou o caminho de retorno a escola sozinho, reconhecendo sua grande dificuldade de aprendizagem, buscando ajuda de professores que demonstraram mais abertura de diálogo com ele, bem como atribuindo à esta instituição o potencial de mantê-lo na ‘linha’, na trajetória não infratora, conferindo-lhe uma identidade positiva, em contraposição ao estigma de ser egresso do sistema.

Em nenhum dos casos, os jovens mencionam o PROEG como mediador, facilitador ou determinante no retorno à escolarização. Também observamos que mesmo que as instituições se façam presentes na vida de jovens egressos tais como configuradas em seus mapas, a real empregabilidade dessa na vida deles teve relação direta com outros espaços e relações na vida do jovem.

Entendemos que para frequentar um espaço, uma instituição, é preciso mais do que o desejo, é necessário viabilidade, ou seja, meios para que o jovem possa ir e vir, permanecer e se sentir seguro e pertencente a tal espaço. Os meios necessários, no caso desses dois jovens, dizem respeito, no caso de Charlie ao investimento da família e a satisfatória condição socioeconômica da mesma. Na trajetória de Djemerson, o seu retorno a escola a partir de egresso foi marcado pelo vínculo estabelecido com alguns professores, mas que, contudo, não se mostrou suficiente para sua continuidade.

As instituições funcionam como pontes, viabilizando a continuidade de um trajeto protetivo para outros espaços da cidade, conseqüentemente, promovendo o acesso a novas relações, abrindo um leque de possibilidades de opções ao jovem. Nesse sentido, Carrano (2008) compreende que uma das tarefas mais importantes das instituições é contribuir para que os jovens possam realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais. Dotadas de espacialidade e sentido, instituições como a escola necessitam ser pensadas enquanto dispositivos capazes de proporcionar vivências

positivas, constituindo pontos de virada ou ‘pontes’ de acesso a outros patamares na vida de jovens.

Em relação à instituição familiar, esta funcionou na vida de Charlie como mediadora das relações que ele estabelecia, o que se apresentou protetivo à trajetória egressa do jovem. Compreendemos a família como sendo um dos pontos da rede de apoio que o egresso necessita diretamente. Neste sentido, problematizamos as condições sobre as quais se encontram as famílias dos egressos do sistema socioeducativo. O espaço de aglutinação familiar tende a ser a casa. Esta, muitas vezes, situa-se no lugar onde o jovem tem histórico infracional, sendo, portanto, a instituição família associada à uma espacialidade complexa na trajetória dos jovens.

No caso de Charlie, o fato de ter familiares residentes em Manaus há muitos anos, é um ponto importante a ser considerado a respeito da circulação do jovem pela cidade ao lembrarmos que esse jovem nunca havia residido na capital. Tendo a família desse jovem tem um bom conhecimento do território da cidade foi importante para transmitir segurança a Charlie quando havia a necessidade de transitar pela cidade. Assim, observamos como o conhecimento da família sobre os espaços da cidade pode colaborar para uma nova trajetória dos jovens.

Todavia, como dito, esta não é a realidade da grande maioria dos egressos do sistema. Djemerson apresentou poucas possibilidades de uma circulação livre e protegida pela cidade comparando com a trajetória egressa de Charlie. Djemerson permaneceu residindo no mesmo endereço, dizendo evitar alguns locais próximos ao seu bairro, locais onde praticava assalto. Família desse jovem pareceu não exercer um papel significativo na sua desvinculação com o ato infracional. Na vida desse jovem a sua relação com a família não é aprofundada, à exceção de um primo que aparece em sua fala mais relacionado à instituição igreja que propriamente às vivências familiares. O fato de sua trajetória não evidenciar relação entre a família e as formas de ele acessar outros espaços, sugere que esta não apresentou condições de efetivamente desempenhar função de participação neste processo.

No tocante ao trabalho, o emprego foi outra instituição com papel importante na vida de Charlie, indo além da representatividade monetária, possibilitando a interação do jovem com outros sujeitos, com os quais passou a circular novos espaços de lazer; momento de socialização em que ele pôde exercer e desenvolver questões de relacionamento interpessoal, passando a ser mais comunicativo. Sua mobilidade se ampliou sobremaneira, relatando três empregos formais desde sua saída da instituição.

Contudo, a atividade profissional na trajetória de Djemerson não se expressou em vias concretas como a de Charlie. A trajetória daquele foi apresentada mais como um desejo do que uma realidade em sua vida, tendo em vista que esse jovem conseguir fazer “bico”, entretanto no momento da entrevista o jovem relatou não estar realizando nenhuma atividade laboral, revelando, conseqüente, limitação de sua circulação por diferentes espaços, bem como vivências mais restritas.

Consideramos a atividade profissional, conforme observamos na fala dos participantes desta pesquisa, como atividade de inclusão social, econômica e afetivo-relacional, sendo assim, compreendida como um mecanismo de proteção. Alertamos que as condições concretas que inviabilizam esta inserção podem se configurar em uma situação de vulnerabilidade ao jovem, podendo ser fator eliciador da reincidência na prática infracional. Outro aspecto a considerar é que a entrada no campo profissional demanda uma formação escolar prévia que capacite os jovens ao menos com conhecimentos que permitam uma boa destreza escrita e verbal. Porém, como vimos a relação desses jovens com a escola se deu de modo fragmentar, o que reflete diretamente na dificuldade de ocupar um cargo, situação mais evidente na trajetória de Djemerson.

Ainda referente ao segundo objetivo complementar, vimos que Charlie destaca experiências positivas que contribuíam para distanciar-se da identidade infratora promovendo um olhar também positivo sobre si mesmo. As relações construídas em seu percurso foram assinaladas como predominantemente positivas. Quanto a Djemerson, seu retorno à mesma espacialidade vivida anterior ao cumprimento de medida também remete às relações já conhecidas, permanecendo ainda vinculado aos mesmos espaços de circulação e relações.

Apenas após doze meses, começou a se apropriar de novos espaços e experiências protetivas em seu bairro e em outras localidades da cidade, ampliando também sua rede de relações. Apesar de trajetórias distintas, espaço e vivências que se constroem a partir destes emerge como potencialmente úteis a consolidação de caminhos de não reincidência. Para Charlie e Djemerson, o estabelecimento de novos vínculos e espaços promotores de inclusão social relacionam-se ao sentido de valorização, acolhimento e mudança, aspectos primordiais para impulsionar construção de novas trajetórias.

Acerca do terceiro objetivo parcial, as adversidades apresentadas pelos jovens coadunam com os resultados de outras pesquisas sobre jovens egressos. Charlie em sua

trajetória egressa enfrentou adversidades relacionadas ao medo de ser reconhecido como autor de ato infracional, medo de ser usuário frequente de bebida alcoólica, podendo interferir na sua vida profissional, bem como teve que lidar com a demissão de um emprego.

Os recursos utilizados por ele para lidar com as demandas cotidianas foram: apoio familiar, estabelecimento de metas, capacidade de planejamento, enfrentamento das próprias limitações, ter se colocado ou ter sido favorecido a ele colocar-se em situações de interação social onde essas limitações eram desafiadas (trabalho), pares não associados a prática infracional, continuidade na formação escolar, pró-ativo, projeto de vida associado a sua relação com a filha.

Já na trajetória de Djemerson, identificamos como adversidades: não continuidade dos estudos, baixa escolaridade, espaços limitados, o que configura uma restrição das possibilidades de relações interpessoais, bem como não conseguir emprego na área dos cursos que ele realizou por intermédio do PROEG. Para o enfrentamento das adversidades cotidianas, Djemerson apresenta como recursos: disposição ou abertura pra ampliar seus conhecimentos, desejo de ampliar espaços e vivências, rede de amigos não vinculados a práticas violentas, abertura face à instituição religiosa com a qual estabeleceu relação positiva, identidade religiosa construída a partir da experiência com a instituição igreja e seus membros, valorização do estudo (ainda que não tenha efetivamente continuado), desejo por um futuro preenchido por atividades voltadas ao trabalho, ter realizado cursos profissionalizantes e retorno a escola.

Em relação a estes dois últimos, contudo, não consistiram efetivamente em processos protetivos por não modificarem as possibilidades reais de Djemerson, até aquele momento. As vivências de Djemerson impulsionam à reflexão acerca de recursos potenciais que, efetivamente, não funcionam como tal. Ainda que os cursos profissionalizantes por ele realizados através da PROEG possam se apresentar como ferramentas de enfrentamento, na realidade do jovem, a diversidade de áreas destas formações não ampliaram suas chances de uma atividade laboral, tendo que lidar com a frustração da não obtenção de emprego.

A política de socioeducação prevê a inserção do adolescente em atividades de caráter profissionalizante, como cursos e palestras, ainda quando estão em cumprimento de medida em meio aberto ou fechado. Na realidade da cidade de Manaus, ao se tornarem egressos e acompanhados pelo PROEG, há possibilidade de que os jovens

continuem sendo assistidos na preparação para o mercado de trabalho, sendo esta, basicamente a principal ação do referido Programa.

Entretanto, cabe refletir se a formação ofertada corresponde às condições de ampliação de empregabilidade, se preparam o jovem para serem absorvidos concretamente no trabalho e, sobretudo, se há espaços que favoreçam essa inserção. A capacitação tal como oferecida por si, não demonstra ser capaz de impulsionar uma trajetória egressa mais protetiva, devendo ser pensada em suas características como: áreas de oferta, empregabilidade, relação dos cursos com a escolarização do jovem, etc.

O quarto e último objetivo parcial do estudo refere-se à autonomia e formas de participação dos jovens a partir da trajetória trilhada na condição de egresso. Destacamos que os jovens atribuem muito as conquistas alcançadas e não vinculação à prática infracional a uma força individual para o enfrentamento das adversidades cotidianas, mesmo no caso de Djemerson, que apresenta a religiosidade como ponto de virada.

A esse respeito, é possível pensar que o processo de autonomia, que resulta em escolhas conscientes e numa percepção mais clara de seu papel e do alcance de suas ações no curso de sua vida, consiste num recurso positivo de enfrentamento das adversidades, quando em perspectiva semelhante ao sentido da autonomia freireana (FREIRE, 2001). Por outro lado, a crença da mudança centrada no esforço individual sinaliza, além da tendência individualizante que descontextualiza as condições de vida do processo histórico-social, uma ausência de instituições facilitadoras ao processo de mudança implicadas na trajetória do egresso.

Positivamente percebemos Charlie avançar na sua condição de ser autônomo, em um processo de emancipação, conseguindo construir uma história independente da família, mas que parte do apoio desta. Sua autonomia se revela em sua mobilidade, circulação pelos espaços da cidade e pelas suas vivências.

Em Djemerson, o processo de autonomia não é vislumbrado de forma tão clara, ainda que este demonstre movimentos nesse sentido. Contudo, a vinculação intensa com a prática religiosa sugere, como visto em suas falas, que esta absorveu quase que a totalidade de seu discurso sobre as vivências narradas. Sua autonomia-em-processo parece se assemelhar ao momento em que Charlie, sob a proteção intensiva de sua família, tinha os movimentos (e circulação) mais restritos a este âmbito.

Para Djemerson as experiências da igreja foram as únicas experiências que se mantiveram constantes em sua vida de egresso, sendo um lugar onde ele experimenta

sensações que organizam sua vida em uma trajetória segura e com a certeza do acolhimento, ao contrário das experiências relacionadas à escola e ao trabalho. Desejável, contudo, é que o processo de autonomia tenha continuidade, de modo a ser a instituição acolhedora, família, igreja ou outras como pontos de ancoragem inicial necessários para alavancar ao exercício de práticas autônomas e críticas, participativas que revelem uma emancipação dos jovens.

Voltando ao objetivo central da pesquisa, pudemos conhecer a realidade de ser egresso do sistema socioeducativo a partir dos mapas construídos pelos jovens participantes, incluindo os relatos sobre esta espacialidade e as relações vivenciadas nestes contextos. Os jovens demandam de apoio material e afetivo; enfrentam estigma de ex-infrator; isolamento; baixa escolaridade; dificuldade de inserção em atividades formais de emprego; pouca experiência profissional; retornam a áreas residenciais consideradas de risco; os espaços e oportunidades de lazer aos jovens tendem a remetê-los a situações de risco, associadas aos atos infracionais cometidos, tais como acesso a drogas.

Os espaços pelos quais circulam, podem ser vistos como restritivos ou ampliadores de suas experiências e trajetórias. São restritivos quando remetem ao risco de se envolverem novamente em ato infracional ou quando, para que isso não ocorra, cerceiem as possibilidades do sujeito pleno. São ampliadores quando potencializam vivências que constituem novas formas de organização subjetiva. No caso dos espaços vividos de forma restritiva, uma das razões para tal é o temor de ser associado à identidade infracional. Esta realidade exige certo isolamento da parte dos jovens, já que em geral moram em locais considerados zonas vermelhas.

Charlie foi um jovem que morou em três bairros após sua saída da internação e em todos relatou evitar manter amizade com os vizinhos em detrimento de serem “geralmente envolvidos com alguma coisa”. Os jovens apresentam como preocupação e desafio a superação da identidade infracional. Neste sentido, a identidade de estudante parece ser uma ponte pra alcançar a identidade de trabalhador. Outra identidade possível, atrelada ao sentido religioso, a conversão, aparece como uma das saídas, fortalecendo a identidade não infratora por meio de vivências não associadas a estas.

Todas essas identidades exigiram dos jovens a apropriação de uma nova espacialidade. Passa-se a circular e vincular-se em outros contextos. No caso do Charlie, as experiências, vividas com autonomia, ampliaram suas possibilidades de trajetórias distintas. A trajetória de Djemerson se configurou mais restrita que a de Charlie.

Contudo, é na espacialidade predominantemente oferecida pela igreja que este encontra fortalecida a identidade de não-infrator, por outro.

Desse modo, nesta pesquisa, os espaços dos egressos estudados revelaram-se como espaços de contenção e espaços de emancipação. Na narrativa dos jovens definimos como espaços de contenção aqueles que se apresentaram como delimitadores dos jovens, a família e a igreja, mas que não deixaram de ser também um espaço emancipatório e de promover ao jovem o acesso a outros espaços ao jovem onde pudesse exercer movimentos de emancipação e autonomia. Esses movimentos e conquistas identificadas nas falas de Charlie e Djemerson expõem uma configuração particular e intersubjetiva de cada um, caracterizando um desejo de mudança mais individual do que relativo as transformações sociais no entorno deles, ou de uma força institucional para promover trajetórias positivas aos egressos.

Compreendemos que os espaços de circulação dos egressos têm relação direta no incentivo ou cerceamento de uma participação ativa deles nos ambientes. Consideramos que a atenção do jovem e seu desejo por um projeto de vida estará relacionado aos espaços ou as experiências que ele considera mais significativas. No mapa de Charlie ele disse que o que mais lhe chamava a atenção era seu atual emprego de segurança privada, espaço em que se sentia mais participativo e realizado como pessoa. No mapa do segundo jovem, o mesmo relatou se sentir mais participativo no ambiente da igreja.

Assim, identificamos que um dos desafios ao acompanhamento de egressos tem início ainda no período de cumprimento da medida, momento em que é dado início a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), que dentre outras questões é um instrumento construído junto com o jovem para sua proteção contemplando dimensões relacionadas ao atendimento, orientações e questões relacionadas à sua saída do sistema, podendo assim servir como um norteador para o acompanhamento pós-medida. A família também é um participante importante na construção do PIA.

Outra sugestão é que as políticas-públicas voltadas a juventude pudessem contemplar demandas voltadas a esse segmento com a possibilidade inserção deles em projeto ou programa com possibilidade de um auxílio financeiro e reforço escolar, o que é quase um desejo utópico diante do atual cenário econômico do país que tem cortado a verba de diversos projetos sociais. Essas necessidades já seriam detectadas e trabalhadas com o jovem no seu período de desligamento da instituição socioeducativa.

Ao observarmos a vida dos dois jovens desta pesquisa identificamos claramente as possibilidades de acesso dos jovens à escola e ao trabalho associadas à questão

financeira. Ao pensarmos sobre a realidade das famílias de jovens egressos em Manaus a partir de nossa experiência ao longo desses anos no contexto socioeducativo e no Brasil partindo das pesquisas que tivemos acessos, observamos que a minoria possui uma estrutura econômica como a de Charlie que pôde dar ele a opção de terminar os estudos ao invés da necessidade imediata do trabalho. Por outro lado a grande parcela dos jovens egressos apresenta uma realidade similar a de Djemerson.

Pesquisar sobre a temática da socioeducação, especificamente sobre adolescentes e jovens privados de liberdade, tem sido algo muito desafiador a esta pesquisadora, acreditamos que questões relacionadas aos direitos, deveres e proteção do público infanto-juvenil sempre é delicado e tem a atenção de muitos admiradores, porém muitos opositores quando diz respeito ao adolescente considerado autor de ato infracional.

Assim, concluímos que estudar essas trajetórias específicas de jovens egressos do socioeducativo na Cidade de Manaus a partir de uma compreensão dos espaços os quais ocupam, transitam ou pertencem, nos permitiu uma leitura da relação dos processos sociais e espaciais constituintes de suas subjetividades, sendo o mapa utilizado como uma ferramenta para projeção dos padrões e experiências sociais, expondo o ponto de vista sobre a realidade vivida pelos sujeitos colaboradores da pesquisa. Acreditamos que pesquisas de cunho qualitativo e social com jovens devem dar visibilidade aos espaços e as formas com que esses eles conseguem se apropriar ou não desses lugares na complexa e importante relação com o tempo, entendendo que a (des)vinculação com determinado espaço estará inexoravelmente conectados com os arranjos sociais e projetos pessoais que se dão e se transformam tanto no processo histórico-social quanto nas histórias individuais..

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, G. M.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C.C. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO/ BID, 2002.
- ADORNO, S. (2000). Ética e Violência - Adolescentes, crime e violência. In: H. W. Abramo, M. V. Freitas, & M. P (Org.). Sposito, *Juventude em debate* (p. 136). São Paulo: Cortez.
- Advícula, R. d. (2006). *Sociedade civil no espaço de atuação com a juventude: cartografia social*. (U. F. Norte, Ed.) Natal, RN: Dissertação de mestrado em ciências sociais.
- ALMEIDA, M. M.; SILVA, R. C. Compreendendo as Estratégias de Sobrevivência de Jovens antes e depois da Internação na FEBEM. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v.5, n.1, p. 87-102, 2004.
- ALMEIDA, A. W. B de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 192 p. 2008.
- ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. Perspectivas de prevenção da infração juvenilmasculina. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(1), p. 81-90, 2005.
- ASSIS, S. G.. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de infratores e de seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 1999.
- ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. Criando Caim e Abel: Pensando a prevenção da infração juvenil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 4 (1).1999.
- AYRES, J. R. Norma e formação. Horizontes Filosóficos para as práticas de avaliação no contexto da promoção da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 9(3), p.583-592. 2004.
- BAQUERO, R. V.; LEMES, M. A.; SANTOS, E. A. Histórias de vida de jovens egressos de medidas socioeducativas: entre a margem e a superação. *Educação*, 34 (3), p. 341-350. 2011.
- BAGARDI, M. P.; ARTECHE, A. X.;NEOVA-SILVA, L. Projetos sociais com adolescentes em situação de risco: Discutindo o trabalho e a orientação profissional como estratégias de intervenção. In C. S. Hutz (Ed.), *Violência e Risco na Infância e na Adolescência: Pesquisa e Intervenção*.São Paulo: Casa do Psicólogo, p.101-146. 2005.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. 225 p.
- BOCK, A. M. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formações do ser humano: a adolescência em questão. *Cadernos CEDES*, 24 (62), p. 26-43. 2004.
- BRANCO, B. M.; WAGNER, A.; DEMARCHI, K. A. Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 21 (1), p125-132. 2008.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH). *Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei – 2012*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014.

_____. *Plano nacional de atendimento socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o SINASE*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. 2013.

BRASIL. Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo* e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jan. 2012.

_____. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente* e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Presidência da República. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo– SINASE*. Brasília – DF: CONANDA, 2006.

BASSAND, M. Algumas observações para uma abordagem interdisciplinar do espaço. In: Org. SANTOS, M. e SOUZA, M. A. A. D. *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 133-139.

CARRANO, P. Jovens pobres: modos de vida, percursos urbanos e transições para a vida adulta. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, Seropédica, RJ: EDUR, v. 30 n 2, p. 62-70, jul-dez, 2008.

CARRANO, P. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CARRANO, P.; LEÃO, G. Trajetórias e modos de vida de jovens de espaços populares. Comunicação apresentada no GT 23 *Jóvenes, cultura y poder em las ciudades* – na VIII RAM – Buenos Aires, 29/09 a 02/10 – 2009. Arquivo disponível da internet.

CASSAB, C. Espacialidade dos jovens em cidade méida: um olhar sobre os usos do espaço pelos jovens em Juiz de Fora - MG. Acesso em 22 de janeiro de 2016, disponível em *Observatório Geográfico de América Latina*: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/064.pdf>. 2014.

CASTRO, D. S. P. Direito à vida x Direito atropelado na base: A Cidadania das Crianças e Adolescentes em Questão. In: POKLADEK, D. D. (Org.) *A fenomenologia de cuidar: Prática dos horizontes vividos nas áreas da saúde, educacional e organizacional*. São Paulo: Vetor Editora, 2004.

CASTRO, A. L.; GUARESCHI, P. Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual. *Psicologia Social*, v.20,n.2, p. 200-207, 2008.

CHIMIN Junior, A. B.; LAVORATTI, C.; MOREIRA, D.; SHULTZ, E. S.; BACH, F. R.; BUDNY.L. S. Apoio familiar aos adolescentes egressos de sistema sócio-educativo da região de Ponta Grossa – PR. *Revista Conexão UEPG*. p. 22-27, 2007.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *Relatório da Infância e Juventude – resolução 67/2011: Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 88p. 2013.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v.57 (1), p. 2-11, 2005.

COSTA, C. R. B. S. F. *Contexto socioeducativo e a promoção de proteção a adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas*. Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, C. R.; ASSIS, S. G. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, v.18, n.3, p. 74-81, dezembro de 2006.

CYRULNIK, B. *Os patinhos feios*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, 24, p. 40-52. 2003.

DELL'AGLIO, D.; COSTA, L.; G.. Jovens em situação de vulnerabilidade social: a rede de apoio e o uso de drogas. In: DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H. (Org.). *Adolescência e Juventude; vulnerabilidade e contextos de proteção*. São Paulo, ed. Casa do Psicólogo, 2011.

DOMINGUES, D. F.; DESSEN, M. A. Reorganização familiar e rede social de apoio pós-homicídio juvenil. *Psicologia: teoria e pesquisa*. v.29 (2). p. 141-148, 2013.

ESTEVAM, I. D.; COUTINHO, M. D.; ARAÚJO, L. F. Os desafios da prática socioeducativa de privação de liberdade em adolescentes em conflito com a lei: ressocialização ou exclusão social?. *Psico*, v.40, n.1, p. 64-74, 2009.

FACCI, M. G. D.; BARROCO, S. M. S.; LEONARDO, N. S. T. A historicidade na constituição do sujeito: considerações do marxismo e da Psicologia Histórico-cultural. In: Tomanik, E. E.; Caniato, A. M. P.; Facci, M. G. D. (Org.). *A constituição do sujeito e a historicidade*. p. 107-132, 2009.

FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. de. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9(1), p.157-166. 2004.

FERNANDES, D. Juventudes, geografia e religião: reflexões a partir das noções de forma simbólica e habitus. *RA E GA*, 27, p.67-93. 2013.

FERNANDES, R. S. M. *Processos de proteção segundo jovens das cidades além-rio*. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, 2012.

- FERREIRA, S. M. S de; MEDEIROS, R. P. Juventudes e políticas públicas: construção de significados e participação juvenil no programa Plugminas. *Revista debates*. V. 8(2), p. 161-181. 2014.
- FRANCISCHINI, R.;CAMPOS, H. R. Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im)possibilidades. *Psico*,n.36,v.3, p. 268-273, dezembro de 2005.
- FRANCO, K. S. *Interações Familiares e a Promoção de Resiliência em Adolescentes do Contexto Socioeducativo*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, 2013.
- FREIRE, P. *Pedagogia do opromido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 17 ed. 1987. 184p.
- FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade*. São Paulo: Paz e Terra. 9 ed. 2001. 176p.
- GALLO, A. E.;WILLIAMS, L. C. A. Adolescentes em conflito com a lei: Uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), p.81-95. 2005.
- GOMES, F. B.; SILVA, J. M.; GARABELI, A. A. A relação entre espacialidade de jovens do sexo masculino e a morte por homicídio na cidade de Ponta Grossa – Paraná. *Caderno Prudentino de Geografia*. Volume especial (35), p. 154-174, 2013.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GORAYEB, A. *Cartografia social e populações vulneráveis*. Fortaleza: Mobilizadores COEP- Rede Nacional de Mobilização Social, 2014.
- JACOBINA, O. M. P.; COSTA, L. F. “Para não ser bandido”: Trabalho e adolescentes em conflito com a lei. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 10(2), p.95-110. 2007.
- LANCELOTTI, J. Construindo esperança em tempo de violência. In: LEVISKY, D. L. *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção "conhecendo, articulando, integrando e multiplicando"*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 257-263.
- LIMA, V. da C.; COSTA, S. M. G. da. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. *Revista Geografares*. N12, p. 76-113, 2012.
- LIMA. A. F de.; CIAMPA. A. C. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In: *Psicologia social crítica: parallaxes do contemporâneo*. Org. Aluísio Ferreira de Lima. Porto Alegre: Sulina, 2012. 326p.
- LINCOLN, Y.; GUBA, E. G. *Naturalistic inquiry*. California,USA: SagePublications. 1985.
- MARINHO, F. C. *Jovens egressos do sistema socioeducativo: desafios à ressocialização*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Brasília: Universidade de Brasília. 149f. 2013.

- MEAD, M. *Adolescencia y Cultura en Samoa*. Buenos Aires: Paidós. 1951.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Cadernos de Saúde Pública*, 14(1) p.35-42. 1998.
- MINAYO, M. C. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 23 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.
- MOREIRA, J. d.; SOUZA, J. M.; MELGAÇO, P.; GUERRA, A. M.; PEIXOTO, M. L. Os desafios da aplicação das medidas socioeducativa no Brasil: uma reflexão sobre diferentes relatos de experiências. *Psicologia Latina*, 5 (1), p. 1-10. 2014.
- MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Contepudo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: potencial e desafios. *RAC*. V. 15(4), p. 731-747. 2011.
- MULLER, F.; BARBOZA, P. de.; OLIVEIRA, C. C.; SANTOS, R. R.; PALUDO, S. de. Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação e as expectativas futuras. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 1 (1), p. 70-87. 2009.
- NARDI, F. L. *Adolescentes em conflito com a lei: percepções sobre família, ato infracional e medida socioeducativa*. Dissertação de mestrado em psicologia do desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 97f. 2010.
- NERY, M. A. (2006). A representação social do adolescente egresso do regime de internação na FEBEM sobre o processo de (re)socialização. *Dissertação de mestrado em Educação*, 106. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Araraquara.
- MAXIMILIANO, C. A.; MENESES, E. S. *Nova cartografia social da Amazônia: adolescente e jovens indígenas do alto rio negro*. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Coord). Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA, 2009. Cartilha – 11p.
- OLIVEIRA, M. B.; ASSIS, S. G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os "ressocializam". A perpetuação do descaso. *Cadernos de Saúde Pública*, 15 (4), p. 831-844. 1999.
- OTTONI, F. C. Os jovens e as desigualdades sócio-espaciais no Município do Rio de Janeiro. *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP*, p. 1-17. Caxambu. 2008.
- OZELLA, S. *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez. 2003.
- PANZINI, R. G.; ROCHA, N. S.; BANDEIRA, D. R.; FLECK, M. P. A. Qualidade de vida e espiritualidade. *Rev. psiquiatr. clín.*, v.34, P.105-115. 2011.
- PASSETI, E. (2007). Crianças carentes e políticas públicas. In: M. D. Priore, *História das crianças no Brasil* (6º ed., pp. 347-375). São Paulo: Contexto.
- PELUSO, M. L.; TORMIM, C. V. Violência social, pobreza e identidade entre jovens no entorno do Distrito Federal. *GEOUSP*, São Paulo, nº18, 2005. p.127-137.

PENSO, M. A.; CONCEIÇÃO, M. I., COSTA, L. F.; CARRETEIRO, T. C. *Jovens pedem socorro: o adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual*. Brasília: Liber Livro. 2012.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*. n. 5, p. 15-25, 1997.

PERIN, E. D. *Investigando potencial para altas habilidades em jovens autores de ato infracional*. Dissertação de mestrado em Programa Pós-Graduação Educação- PPGE - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

PRADO, A. C. G. C. *O jovem egresso do sistema socioeducativo e seu acesso a políticas sociais: como prossegue a história?* Dissertação de mestrado em Serviço Social. Faculdade de Ciências Sociais. Franca. 129f. 2014.

REIS, J. R. T.; Família, emoção e ideologia. In: *Psicologia Social: o homem em movimento*. Org. Lane, S.; Codo, W. São Paulo: Brasiliense: ed.8, p. 99-124. 1989.

ROCHA, W. S.; SILVA, I. R.; COSTA, C. R. B. S. F da. A Percepção dos Educadores sobre sua Formação Acadêmica e Preparação Profissional para o Trabalho com Adolescentes em Conflito com a Lei. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. V.5(2). p. 206-215. 2010.

SANTOS, M. A. Criança e criminalidade no início do século. In: M. D. Priore, *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto. 6º ed., p. 210-230. 2007.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. D. *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986. 139 p.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 176p.

_____, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Universidade de São Paulo,, 2012. 96p.

_____, M. *Espaço e método*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. 120p.

SARRIERA, J. Aspectos psicossociais do desemprego juvenil: Uma análise a partir do fracasso escolar para a intervenção preventiva. *Psico*, 24, p.23-39. 1993.

SAWAIA, B. B. Transformação social: um objeto pertinente a Psicologia Social? *Psicologia & Sociedade*, 26 (2), p. 4-17. 2014.

SAWAYA, S. B. O espaço como objeto de trabalho. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. D. *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 87-103.

SILVA, A. P. S. (Des)continuidade no envolvimento com o crime: construção de identidade narrativa de ex-infratores. Brasília: Ibccrim, 198p. 2003.

SILVA, F. P. P. *A rede de atendimento em meio aberto e os processos de subjetivação de adolescentes*. 205f. Dissertação de mestrado em Psicologia-Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SIQUEIRA, A. C.; BETTS, M. K.; DELL'AGLIO, D. D. A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. *Revista Interamericana de Psicologia*, 40(2), p.149-158. 2006.

SOARES, M. J. *A socioeducação na medida de internação aplicada a adolescentes infratores no norte do Brasil*. Asunción: Bagaço.336p. 2012.

SOUZA, M. M. *Adolescente em conflito com a lei: rompendo com a trajetória de infração*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de mestrado em psicologia. 2013.

TORRES, I. V.; GANOVA, S. R.; CORREDOR, D. V. Cartografia social como metodologia participativa e colaborativa pesquisa no território afrodescendente da bacia alta do rio Cauca. *Cuadernos de Geografía/Revista Colombiana de Geografía*, v21 (2), p. 59-73. 2012.

VIEIRA, F. V. *Cumprimento de medida e saída da internação: os sentidos atribuídos às experiências de internação e pós-internação na trajetória de jovens egressos de um centro socioeducativo*. 73f. Monografia, Manaus: Faculdade de Psicologia - Universidade Federal do Amazonas. 2011.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012 Crianças e adolescentes do Brasil*. Rio de Janeiro: FLASCO BRASIL. 2012.

ZAPPE, J. G.; RAMOS, N. V. Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS. *Psicologia e Sociedade*, 22 (2), p. 365-373. 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO GUIA PARA CONSTRUÇÃO DO MAPA SOCIAL

Fases Preliminares da Entrevista: Apresentação do entrevistador; realização do rapport com o entrevistado; explicação dos objetivos da entrevista; esclarecimento de possíveis dúvidas; solicitação ao entrevistado de permissão para gravar a entrevista, a qual iniciará após a devida autorização.

I. Construindo o mapa: trajetórias, espaços e vínculos

1. Orientação básica: “Gostaria que você pudesse pensar e fazer um mapa, onde você pudesse mostrar os locais que você frequenta e que de alguma forma foram ou são importantes pra você, desde que você terminou de cumprir a medida socioeducativa. O formato exato não é importante, o mais importante é você coloque no mapa os lugares, as pessoas, as instituições que de algum modo marcam a sua vida e fazem parte desse tempo da sua vida.” (a intenção é acionar uma evocação mental das trajetórias, transferindo-as para o plano do mapa).

II. Falando sobre o mapa - trajetórias, espaços e vínculos

1. Orientação geral: “Agora você poderia me explicar o seu mapa? (estimular falar sobre o mapa, com auxílio de algumas questões norteadoras)
 - 1.1 Quais locais você frequenta (porque frequenta ou não)? Como faz para ter acesso a eles? Qual a distância entre eles? Como conheceu estes locais?
 - 1.2 Quais pessoas você tem contato, vínculo nos locais de circulação?
 - 1.3 O que mais chama a sua atenção nesses locais? O que você poderia me falar sobre eles?
 - 1.4 Onde sente que participa mais, onde se sente mais ativo?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa “Espaços de pertencimento e circulação: vivências de Egressos do Sistema Socioeducativo na Cidade de Manaus”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Fabíola Vasques Vieira, contatada no endereço institucional: Rua General Rodrigo Otávio, nº 300 (UFAM/Faculdade de Psicologia, mini-campus, bloco X), ou pelos telefones: (92)99136-0866 e (92)3305-4550; ou ainda pelo e-mail: fabíola_vasques@hotmail.com e Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa, contatada no endereço institucional: Rua General Rodrigo Otávio, nº 300 (UFAM/Faculdade de Psicologia, mini-campus, bloco X); ou pelos telefones: (92)99983-7026 e (92)3305-4550; ou ainda pelo e-mail: claudiasampaiofam@hotmail.com.

Esta pesquisa tem como objetivo geral: Fazer um mapeamento da trajetória de egressos do sistema socioeducativo, tendo como foco a relação entre espacialidade, vivências e sentidos, a fim de conhecer e compreender a realidade vivida por estes sujeitos em sua vida cotidiana. Como objetivos específicos: propõem-se construir mapas sociais da trajetória individual de cada participante da pesquisa, a partir do momento em que são caracterizados como egressos do socioeducativo; levantar quais são as vinculações institucionais e interpessoais (comunitárias, familiares, etc.) relacionada à trajetória do egresso; verificar junto aos participantes como eles identificam os elementos da sua trajetória em termos de recursos e adversidades, e como lidam com as demandas cotidianas; e compreender a relação entre os espaços de circulação dos egressos e participação ativa destes em termos de autonomia e cidadania.

Esclarece-se que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos e como modo de minimizá-los certifica-se que a metodologia da pesquisa prevê o mínimo de risco ao participante, que, caso venha a sentir incômodo ou desconforto por participar do estudo, receberá suporte profissional adequado para que não sofra prejuízos de nenhuma ordem resultante da pesquisa. Caso haja algum prejuízo de ordem material decorrente da participação do mesmo na pesquisa, assumimos o compromisso de indenizá-lo neste sentido, de maneira compatível com o dano sofrido.

Certifica-se que terão suas despesas ressarcidas o participante desta pesquisa e seu acompanhante, quando necessário. O ressarcimento será feito para cobrir as despesas feitas por conta da pesquisa e dela decorrente, sendo também assegurado o direito a indenizações e cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa. Ressalta-se que todo ressarcimento e toda indenização se dará sob responsabilidade total da pesquisadora deste projeto, a qual recebe uma bolsa de auxílio à pesquisa que será usada para este fim havendo a necessidade. Garante-se ainda que todo o material utilizado neste estudo será custeado pela pesquisadora.

Se você aceitar participar da pesquisa, beneficiará a pesquisa contribuindo para uma análise sobre a trajetória de vida de adolescentes/jovens egressos do Sistema Socioeducativo local, uma vez que os resultados do estudo integrarão um conjunto ampliado de conhecimentos da realidade dos egressos do sistema socioeducativo podendo contribuir para posteriores estudos, pesquisas no campo científico e intervenções que beneficiem sujeitos em condições semelhantes. Outro benefício que pode gerar a você é o de levá-lo a pensar sobre sua trajetória pela cidade e os vínculos que estabelece nesses locais que podem protegê-lo ou colocá-lo em risco. Em síntese, os benefícios advindos do presente projeto são: reflexão e produção de conhecimento acerca da própria realidade (recursos, desafios), pelo participante do estudo, favorecendo seu fortalecimento; produção de conhecimento sobre a realidade de egressos do sistema socioeducativo, especialmente na cidade de Manaus; contribuição para o conjunto de conhecimentos acerca dos

adolescentes e jovens e o sistema socioeducativo, visando mudanças que levem a redução de vulnerabilidade.

Será construído junto com você um mapa onde você falará da sua trajetória pela cidade, tendo por base um roteiro com perguntas norteadoras que a pesquisadora fará, todo esse procedimento será áudio-gravado e posteriormente esta gravação será incluída na análise da pesquisa, não haverá registro fotográfico ou de qualquer outra natureza, exceto a gravação de áudio mencionada e o desenho do mapa. Tais procedimentos serão realizados nas dependências do Laboratório de Intervenção Social (LABINS), localizado nas dependências da Faculdade de Psicologia (FAPSI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no dia e hora a serem combinados. Os resultados destes desses procedimentos serão usados para formulação de trabalho científico, havendo publicação dos dados levantados, porém sem que as identidades (nome e sobrenome) dos participantes sejam divulgadas. Para que seja possível a sua participação solicito sua autorização assinando abaixo, permitindo desta forma, a coletados dados e usá-los na pesquisa, para que possam ser publicados e apresentados em congressos.

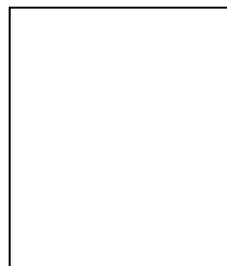
Para qualquer outra informação, você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181 – ramal 2004, ou pelo celular (92)99171-2496, e e-mail cepufam@gmail.com.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Consentimento pós-informação

Eu, _____, fui informado (a) sobre os objetivos e entendido as explicações sobre a pesquisa, e tirado minhas dúvidas, concordo em participar, sabendo que não terei nenhum benefício financeiro, bem como que a qualquer momento poderei sair da pesquisa sem que isso me acarrete prejuízos, e mesmo havendo desistência poderei ser indenizado proporcionalmente ao dano ocorrido. Este documento é emitido em duas vias e serão ambas assinadas por mim (participante) e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do Participante



Pesquisador Responsável

Impressão dactiloscópica do participante

Orientador Responsável

Manaus, ___ / ___ / ___

ANEXOS

ANEXO A – Autorização da SEJUSC**TERMO DE ANUENCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA,
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA
JUNTO A EGRESSOS DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE
INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE**

Informamos para os efeitos que se fizerem necessários que temos conhecimento, concordamos e autorizamos a execução da pesquisa *“Territorialidade e Vivências de Egressos do Sistema Socioeducativo na Cidade de Manaus”* pela pesquisadora responsável. Sabemos que o propósito científico da pesquisa é o de mapear a trajetória de egressos do sistema socioeducativo.

Manaus, 27 de julho de 2016.


RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO
Secretaria de Estado de
Justiça, Direitos Humanos e
Cidadania

Responsável pela pesquisa:
Fabíola Vasques Vieira.
(92) 99136-0866
fabiola_vasques@hotmail.com

ANEXO B – Parecer do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Territorialidade e Vivências de Egresso do Sistema Socioeducativo na Cidade de Manaus

Pesquisador: Fabíola VAsques Vieira

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 55546016.6.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.660.616

Apresentação do Projeto:

Resumo: Egressos do sistema socioeducativo têm sido foco de pesquisas dentre as que abordam a temática do adolescente autor de ato infracional. Problematicando questões referentes ao contexto de vulnerabilidade que tende a continuar presente na vida de adolescentes e jovens mesmo após o cumprimento de medida, a presente proposta tem como objetivo geral fazer um mapeamento da trajetória de egressos do sistema socioeducativo, tendo como foco a relação entre territorialidade, vivências e sentidos, a fim de conhecer e compreender a realidade vivida por estes sujeitos. Como objetivos parciais proponho construir mapas sociais da trajetória individual de cada participante da pesquisa, a partir do momento em que são caracterizados como egressos do socioeducativo; levantar quais são as vinculações institucionais e interpessoais (comunitárias, familiares, etc.) relacionada à trajetória do egresso; verificar junto aos participantes como eles identificam os elementos da sua trajetória em termos de recursos e adversidades, e como lidam com as demandas cotidianas; e compreender a relação entre os espaços de circulação dos egressos e participação ativa destes em termos de autonomia e cidadania. A base teórica do estudo é predominantemente oriunda da Psicologia Histórico-Cultural. O desenho metodológico proposto é de natureza qualitativa, com adaptação da Cartografia Social. Os participantes da pesquisa serão de três a seis adolescentes/jovens que tenham cumprido ao menos uma dentre as medidas -

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

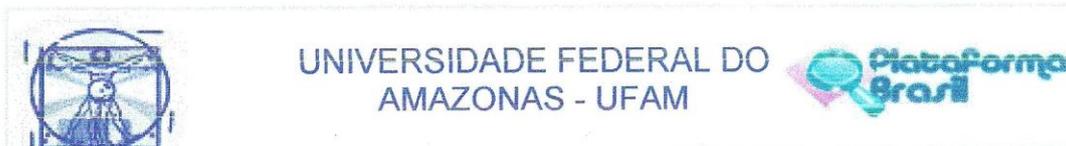
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.660.616

Prestação de Serviço à Comunidade, Liberdade Assistida, Internação -, todas na cidade de Manaus-AM.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Fazer um mapeamento da trajetória de egressos do sistema socioeducativo, tendo como foco a relação entre territorialidade, vivências e sentidos, a fim de conhecer e compreender a realidade vivida por estes sujeitos. **Objetivo Secundário:** • Construir mapas sociais da trajetória individual de cada participante da pesquisa, a partir do momento em que são caracterizados como egressos do socioeducativo; • Levantar quais são as vinculações institucionais e interpessoais (comunitárias, familiares, etc.) relacionada à trajetória do egresso; • Verificar junto aos participantes como eles identificam os elementos da sua trajetória em termos de recursos e adversidades, e como lidam com as suas demandas cotidianas; • Compreender a relação entre os espaços de circulação dos egressos e participação ativa destes em termos de autonomia e cidadania.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos. Nesta pesquisa é previsto alguma mobilização quanto aos conteúdos pessoais e subjetivos relacionados ao passado (momento em que participante cumpriu a medida socioeducativa), e a mobilização desses conteúdos são necessárias e pertinentes às pesquisas em Psicologia. Porém, por vezes, a mobilização de temas e vivências psíquicas e sociais muito delicadas podem suscitar certo desconforto emocional nos sujeitos além do comum, então, caso isto seja identificado; na tentativa de minimizar riscos emocionais e psíquicos aos sujeitos, o participante será aconselhado a não continuidade na pesquisa, bem como a pesquisadora se colocará a disposição para fazer acompanhamento no Centro de Serviços de Psicologia Aplicada (CSPA) da Faculdade de Psicologia da UFAM, uma vez que a formação da pesquisadora a capacita ao desempenho de tal atividade e terá a devida supervisão por parte de sua orientadora, psicóloga, doutora e pesquisadora responsável pela orientação deste presente projeto. Outra forma de serem minimizados os riscos será a garantia de sigilo através do TCLE, bem como não haverá nenhuma forma coercitiva ou constrangedora de participação na pesquisa. **Benefícios:** Uma vez que os objetivos da pesquisa apontam para a produção de conhecimento através da cartografia social, que favorece ao participante identificar recursos, possibilidade e desafios em sua trajetória consistindo em uma vivência psico-socioeducativa; assim, os resultados do estudo integrarão um conjunto ampliado de conhecimentos da realidade dos egressos do sistema socioeducativo podendo contribuir para posteriores estudos, pesquisas no campo científico e intervenções que beneficiem sujeitos em

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 **Fax:** (92)3305-5130 **E-mail:** cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.660.616

condições semelhantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Metodologia Proposta: A metodologia da pesquisa repousa numa abordagem qualitativa que busca inserir um rigor que não seja da precisão dos números aos fenômenos que apresentam características subjetivas. Vale ressaltar que a pesquisa qualitativa não é uma oposição a pesquisa quantitativa, possuem propostas diferentes, porém uma não anula a outra havendo a possibilidade de ambas se complementarem em uma pesquisa - (MINAYO, 2004). Nesta pesquisa iremos, inicialmente, compreender os caminhos percorridos pelos jovens após a experiência de cumprimento de medida socioeducativa, ou seja, na condição de egresso do sistema. Considerando que neste estudo buscaremos conhecer e compreender a trajetória de adolescentes e/ou jovens egressos, optamos por uma abordagem qualitativa sobre a qual González Rey (2005) argumenta que tal abordagem concebe o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se apresenta aos olhos do pesquisador. Para desenvolvimento dessa pesquisa optamos pela escolha seis sujeitos que tenham cumprido medida socioeducativa em meio aberto (Prestação de Serviço a Comunidade ou Liberdade Assistida) e sujeitos que cumpriram medida em Unidade de Internação. A diversidade de experiências subjetivas nas pesquisas qualitativas permite um conhecimento ampliado que, ao invés da regularidade e universalidade permitem considerar a multiplicidade que caracteriza os fenômenos sociais. Conforme mencionado na introdução a pesquisadora deste projeto desde graduação teve contato com contexto socioeducativo através de estágio institucional e em outro momento como aluna extensionista de projeto de canto-corral com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. No referido projeto foram criados vínculos da equipe (professora e alunos) com alguns adolescentes e sua respectiva família, sendo mantido contato telefônico, até dias atuais, após eles finalizarem o cumprimento de sua medida, ou seja, se tornarem egressos do sistema socioeducativo. Ressalta-se que estes jovens não estarão em cumprimento de medida socioeducativa e não possuem vínculo com instituição do âmbito judiciário, fato que justifica a não necessidade do termo de anuência para se realizar o convite aos participantes da pesquisa. A via de execução para escolha dos participantes será pela técnica metodológica snowball (Bola de Neve) "a qual é utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente" (BALDIN e MUNHOZ, 2011). Esta mesma técnica também está referenciada no material Division of Mental Health: Qualitative Research for Health Programmes (WORLD HEALTH ASSOCIATION, 1994). A compreensão das trajetórias como experiência subjetivas tecida no contexto social está aliada a

Endereço: Rua Teresina, 4950
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



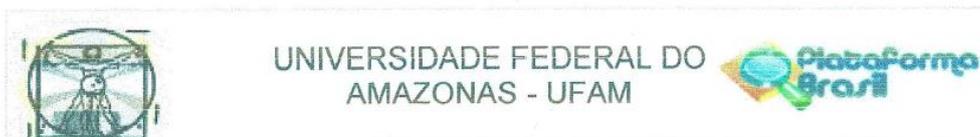
Continuação do Parecer: 1.660.616

premissa de que os fenômenos sociais não são lineares, mas marcados por contradição e movimentos dialéticos. Para isso apropriar-se-á da cartografia social, definida por Torres et al (2012) como uma metodologia qualitativa e participativa. A cartografia social enfoca o conteúdo significativo dos símbolos, bem como o conteúdo político e social reproduzidos nos objetos representados nos mapas sociais. O instrumento (roteiro de entrevista e confecção do mapa) a ser utilizado se encontra no anexo D deste projeto. Durante a confecção do mapa poderão surgir novas perguntas que não estão no anexo D em decorrência do conteúdo manifestado pelo participante durante a realização da coleta de dados. Esse instrumento em anexo consistirá em um guia para aprofundamento sobre a relação entre a territorialidade, vivências, instituições, pessoas, recursos e problemas apresentados na trajetória de cada participante. Critério de Inclusão: - ser adolescente ou jovem egresso de P.S.C., L.A ou medida de internação no estado do Amazonas; - ser egresso há no mínimo seis meses no caso de cumprimento de P.S.C. e L.A., e no mínimo um doze meses de saída da internação; - ter o adolescente no mínimo 15 anos de idade e o jovem no máximo 24 anos de idade; - o participante deve ter no mínimo o ensino fundamental completo; - morar ou estar morando em Manaus; - concordar livremente em participar da pesquisa após esclarecido os objetivos e método; - em sendo menor de idade, que o responsável pelo adolescente assine o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e o adolescente assine o Termo de Assentimento; - em sendo maior de idade assinar o TCLE. Critério de Exclusão: - impossibilidade de compreensão e realização das atividades propostas, ainda que preencha todos os critérios de inclusão estabelecidos; - mobilização emocional excessiva que gere algum tipo de sofrimento ou desconforto ao participante caso seja dada continuidade; - desejo do participante, a qualquer momento, em desistir de participar da pesquisa, sem que isto lhe traga algum tipo de comprometimento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Folha de rosto: ADEQUADA
2. Instituição Proponente: ADEQUADA
3. Riscos (no corpo do projeto): ADEQUADOS
4. Critérios de inclusão: ADEQUADOS
5. Critérios de exclusão: ADEQUADOS
6. Termos de Anuência: ADEQUADOS
7. Instrumentos de pesquisa: ADEQUADOS
8. TCLE's: ADEQUADOS
9. Cronograma: ADEQUADO

Endereço: Rua Teresina, 4950
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.660.616

- 10. Orçamento: ADEQUADO
- 11. Benefícios: ADEQUADOS
- 12. Declaração que os resultados serão tomados públicos: ADEQUADO
- 13. Declaração sobre uso e destinação de material: ADEQUADO
- 14. Curricula Lattes: FORAM APENSADOS
- 15. Metodologia proposta: ADEQUADA
- 16. Termo de Assentimento: ADEQUADO

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- 1. Folha de rosto: ADEQUADA
- 2. Instituição Proponente: ADEQUADA
- 3. Riscos (no corpo do projeto): ADEQUADOS
- 4. Critérios de inclusão: ADEQUADOS
- 5. Critérios de exclusão: ADEQUADOS
- 6. Termos de Anuência: ADEQUADOS
- 7. Instrumentos de pesquisa: ADEQUADOS
- 8. TCLE's: ADEQUADOS
- 9. Cronograma: ADEQUADO
- 10. Orçamento: ADEQUADO
- 11. Benefícios: ADEQUADOS
- 12. Declaração que os resultados serão tomados públicos: ADEQUADO
- 13. Declaração sobre uso e destinação de material: ADEQUADO
- 14. Curricula Lattes: FORAM APENSADOS
- 15. Metodologia proposta: ADEQUADA
- 16. Termo de Assentimento: ADEQUADO

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto seja APROVADO, pois o pesquisador cumpriu as determinações da Res. 466/2012.

É o parecer.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-5130	Fax: (92)3305-5130
	E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.660.616

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_700367.pdf	12/07/2016 12:08:32		Aceito
Outros	Termo_de_anuencia_FAPSI.pdf	12/07/2016 12:05:53	Fabiola VAsques Vieira	Aceito
Outros	ANEXO_D_rotreiro_guia_para_entrevista_emapa.docx	12/07/2016 12:03:31	Fabiola VAsques Vieira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_C_tcle_participante_maior_deidade.docx	12/07/2016 12:03:04	Fabiola VAsques Vieira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_B_assentimento_para_menoridade.docx	12/07/2016 12:02:36	Fabiola VAsques Vieira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_A_responsavel_por_adolescente.docx	12/07/2016 12:02:23	Fabiola VAsques Vieira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_comite.docx	12/07/2016 12:02:11	Fabiola VAsques Vieira	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	18/04/2016 18:25:48	Fabiola VAsques Vieira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

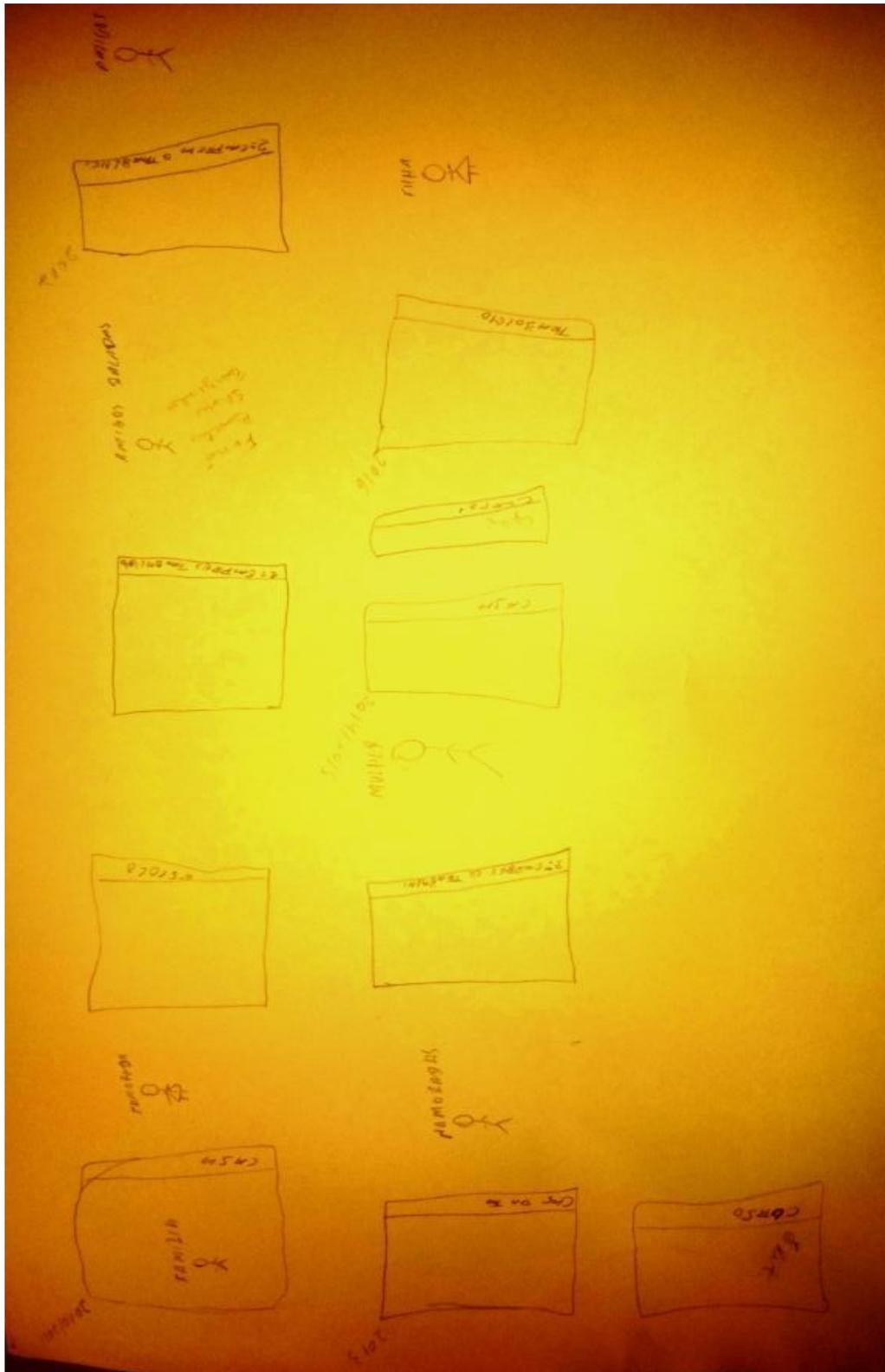
Não

MANAUS, 03 de Agosto de 2016

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br

ANEXO C – Mapa social de Charlie



ANEXO D – Mapa social de Djemerson

